

**Universidade Federal de São Carlos
Centro de Ciências Biológicas e da Saúde
Programa de Pós-Graduação em Ecologia e Recursos Naturais**

DÉBORA ERILÉIA PEDROTTI-MANSILLA

**Avaliando a Política de Educação Ambiental nas escolas do Mato Grosso:
desafios entre os domínios da Governança e da Governabilidade**

**São Carlos – SP
2010**

DÉBORA ERILÉIA PEDROTTI-MANSILLA

**Avaliando a Política de Educação Ambiental nas escolas do Mato Grosso:
desafios entre os domínios da Governança e da Governabilidade**

**Tese apresentada ao Programa de Pós
Graduação em Ecologia e Recursos
Naturais do Centro de Ciências
Biológicas e da Saúde da Universidade
Federal de São Carlos (UFSCAR) como
parte dos requisitos para a obtenção
de Título de Doutor em Ciências na
Área de Concentração em Ecologia e
Recursos Naturais**

Orientadora: Prof^a Dr^a Michèle Sato

**São Carlos – SP
2010**

**Ficha catalográfica elaborada pelo DePT da
Biblioteca Comunitária/UFSCar**

P372ap

Pedrotti-Mansilla, Débora Eriléia.

Avaliando a política de educação ambiental nas escolas do Mato Grosso : desafios entre os domínios da governança e da governabilidade / Débora Eriléia Pedrotti-Mansilla. -- São Carlos : UFSCar, 2010.

135 f.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal de São Carlos, 2010.

1. Educação ambiental. 2. Políticas públicas. 3. Controle social. I. Título.

CDD: 372.357 (20^a)

Débora Eriléa Pedrotti Mansilla

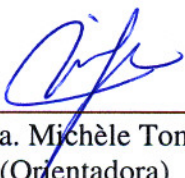
**Avaliando a Política de Educação Ambiental nas escolas do Mato Grosso: desafios
entre os domínios da Governança e da Governabilidade**

Tese apresentada à Universidade Federal de São Carlos, como parte dos
requisitos para obtenção do título de Doutor em Ciências.

Aprovada em 23 de abril de 2010

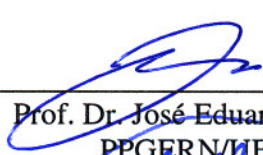
BANCA EXAMINADORA

Presidente



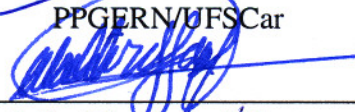
Prof. Dra. Michèle Tomo Sato
(Orientadora)

1º Examinador



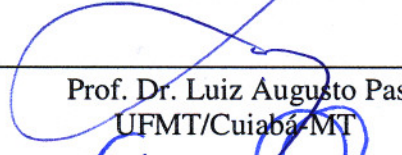
Prof. Dr. José Eduardo dos Santos
PPGERN/UFSCar

2º Examinador



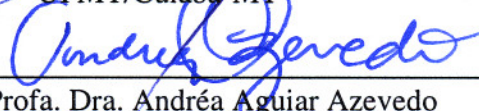
Prof. Dr. Waldir José Gaspar
Escolas Belas Artes-SP

3º Examinador



Prof. Dr. Luiz Augusto Passos
UFMT/Cuiabá-MT

4º Examinador



Profa. Dra. Andréa Aguiar Azevedo
UnB/Brasília-DF

PELOS CAMINHOS DE SANTIAGO

**Pergunto-me se a poesia
como arte de expressar e sentir
por meio de linguagens
vistas, declamadas ou sentidas
poderia expressar e sentir**

**as lutas
as resistências
os caminhos
e as miragens**

**Pergunto-me se a poesia
seria capaz de expressar e sentir
Em sinfonias de mi bemol
meus sentidos de paixão
pela Educação Ambiental**

**Michèle Sato
(Santiago de Compostela, Espanha –
set/07)**

Dedicatória

Aos profissionais da Educação de Mato Grosso que transformam a sua luta diária em esperanças na construção de uma sociedade justa e ecologicamente sustentável.

A Yago e Gibson amores da minha vida que alegram e suavizam o meu existir.

A meus pais José e Iris, meus exemplos de justiça e amor incondicional.

À Michele Sato por fazer de mim uma pessoa mais cuidadosa com a dimensão do Outro e compreender que meu EU deve estar a serviço do MUNDO.

À Geronima Mattos (in memoriam) e Abauna Ferreira (in memoriam) Ellen Eickoff (in memoriam), Italia Pedrotti (in memoriam) pessoas com as quais aprendi lindas lições de amor e partilha.

Agradecimentos

Ao Programa de Pós Graduação em Ecologia e Recursos Naturais da Universidade Federal de São Carlos, em nome dos funcionários e professores pela oportunidade dada e contribuição na realização de um sonho.

Ao Prof^o Dr. José Eduardo dos Santos, pelas contribuições em todo meu processo de doutoramento, desde o início com a primeira disciplina que cursei, como nas Bancas de Qualificação e Defesa, com suas orientações e exemplos que marcaram a minha vida.

A Prof^a Dra. Haydée Torres de Oliveira pela contribuição cuidadosa na Banca de Qualificação, pela convivência e respeito dialógico no campo da Educação Ambiental.

Ao Prof^o Dr. José Verani pelo olhar atento e cuidadoso e contribuições na Banca de Qualificação, e pela convivência na Universidade Federal de São Carlos.

Ao Prof^o Dr. Luiz Augusto Passos pela participação na minha Banca de Defesa, da qual me orgulho muito, mas principalmente, pelos extraordinários exemplos de justiça ambiental que nos faz refletir sobre as mazelas sociais que assolam o povo mato-grossense.

À Profa. Dra. Edna Hardoim, membro da minha Banca de Defesa, pelo olhar cuidadoso, e pela convivência sempre amiga e responsável na minha caminhada acadêmica e profissional, grata pelo exemplo de dedicação profissional.

Ao Prof Dr. Silas Borges Monteiro, pela participação como suplente na minha Banca de Defesa, com as suas valiosas contribuições.

A Profa. Dra. Andrea Azevedo, pelas excelentes contribuições na minha Banca de Defesa e pelo Olhar carinhoso sempre a mim dispensado.

Ao Prof. Dr. José Gaspar por aceitar participar da minha Banca de Defesa, após exaustivo período de trabalho e pelas valiosas contribuições apresentadas ao meu trabalho.

A Darci, Patrícia, Denize, Samuel, Ronaldo, Ronaldo Santana, Lucia, Imara, Regina, Michelinha, Jorginho, Amanda, Rosana, Mari, Sônia, Luciano

Moraes, Ivan, Dolores, Aluizio, Elizabete, Thais, Hermam, Robertinha, Lika, Graziela, amigos e amigas do Grupo Pesquisador em Educação Ambiental da Universidade Federal de Mato Grosso pelo compartilhar da jornada, que foi leve e prazerosa junto com vocês, pessoas as quais admiro pela rigorosidade científica e pela luta no movimento ecologista do Estado.

Aos amigos Heitor de Medeiros pela preciosa colaboração na revisão dos dados históricos da minha tese, e a João Carlos Gomes pelo companheirismo e pela preocupação em sempre me acompanhar nesta trajetória. É bom saber que pude sempre contar com vocês.

A Samuel Borges (Samuka), Ronaldo Senra (Bolinha) e Gisele Gomes por me ajudarem com tabulação de dados, e pela companhia acadêmica e amiga durante esta trajetória.

À Denize Amorin pela ajuda na consolidação dos dados financeiros junto a Secretaria de Estado de Planejamento do MT e pelo seu senso de justiça o qual se aplica tanto nas suas atividades acadêmicas como profissionais.

À Liete (Lika) e Imara (Ima) pelos diálogos construtivos a respeito da minha pesquisa, e pelo respeito que tem as outras formas de vida, com quem sempre aprendo.

Às técnicas Tereza Neide Nunes Vasconcelos e Maria Lucidalva Costa Moreira pela ajuda na coleta de dados sobre o Zoneamento Sócio Econômico Ecológico, e por sonharem e trabalharem por uma Gestão territorial sustentável pro Estado de Mato Grosso.

À Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso, pelo incentivo financeiro para meus estudos, pelas portas sempre abertas a minha pesquisa, mas principalmente por acreditar no meu trabalho. Com especial atenção ao Gestores à época da pesquisa Prof. Dr. Antonio Carlos Máximo, Profa. Dra. Marta Ponti Darsie, Ana Carla Borges Muniz, Rosa Neide Sandes, Ságuas Moraes e Fátima Rezende pessoas as quais acreditam que a Educação Ambiental é transformadora, e que o trabalho dos profissionais da Educação devem estar a serviço da promoção de um futuro melhor pro povo do Mato Grosso.

À Secretaria Municipal de Várzea Grande, com especial atenção a Profa. Benedita Campos, uma profissional sábia, e que compreende a

linguagem dos marginalizados e especialmente aos profissionais e alunos da Escola Municipal de Educação Básica Dirce Leite onde vigorosamente aprendi que a vida se torna bela quando a vivemos pelos outros.

Agradecimentos Especiais

A Deus pelo dom da vida, e por me dar um coração agradecido e alegre por tantas bênçãos recebidas.

A Gibson Araújo Mansilla, meu amor, cúmplice e amigo de todas as horas, a quem admiro e aprendo muito por meio dos seus exemplos de generosidade, honestidade e justiça.

Ao meu filho Yago Mansilla, certamente minha maior obra, pela pessoa maravilhosa e companheira, que mesmo com a minha ausência, continuou me apoiando e me ajudando na realização deste sonho. Tenho orgulho do seu sempre lindo e generoso olhar e senso de justiça que faz de você um extraordinário ser humano.

Aos meus pais Iris e José Pedrotti, meus maiores exemplos de que a retidão, a vida simples, o cuidado com o Outro e a grandeza de alma e coração são os valores essenciais ao viver.

A minha Orientadora Prof^a Dr^a Michele Sato, primeiramente por acreditar mais em mim, do que eu mesma. Agradeço também o exemplo de ser humano, pesquisadora e principalmente por me ensinar que a pesquisa se torna imprescindível quando a colocamos a serviço da coletividade. Agradeço pelo extraordinário ato em compartilhar comigo e na trajetória que juntas construímos alegrias, vitórias e derrotas, mas principalmente por me ensinar que é possível sonhar e lutar por um mundo mais justo para todos e todas. Por este aprendizado a minha caminhada se tornou muito significativa.

Às minhas irmãs Raquel, Desire e Janaína, pelo exercício diário da convivência fraterna, por compartilharem comigo mais esta caminhada, desculpando sempre as minhas ausências, impaciência e principalmente por serem sempre as minhas irmãs a quem amo incondicionalmente.

Ao Prof^o Dr. José Eduardo dos Santos, pela acolhida sempre cuidadosa e convivência prazerosa na Universidade Federal de São Carlos, pelo extraordinário pesquisador, profissional e pessoa admirável que é.

Ao Prof Dr. Germano Guarin Neto, pelas contribuições ao longo da minha carreira acadêmica e profissional e por me proporcionar a imersão no mundo da Educação Ambiental.

Aos meus sogros Edwin e Jaçanan Mansilla, pelo companheirismo em mais esta trajetória, por entenderem as minhas ausências, recolhimento e pelo amor sempre.

Ao Pastor Albérico Baeske e Sibyla Baeske, pelos ensinamentos de fé e esperança em Cristo, fundamentos essenciais ao meu viver.

Aos amigos Evanildes de Arruda Bordalho e Gino Francisco Buzatto, por serem as primeiras pessoas no âmbito profissional a me ensinar que a práxis pedagógica é fundamental para compreendermos os desafios da Educação.

A Marcus William, Marcus Winicius, Yago Mansilla, João Eduardo, Júlia Dolores, Tábata Jade e Bruna sementes da minha esperança na construção de um mundo mais justo e solidário.

As famílias Araújo e Gaiva por acreditarem e viverem comigo os meus sonhos, e serem a minha família acolhedora e carinhosa.

A minhas irmãs da vida Gisele Gomes, Daniela Peres, Monica Ormond, Regina Silva e Michelle Jaber, por nunca me deixarem sozinha nesta e em outras caminhadas.

Aos irmãos da vida, Valdeque Matos, Marcus Marcelo e Cezário Siqueira a quem muito me alegro por compartilhar mais um sonho dentre tantos outros que juntos construímos.

Aos meus amigos e amigas da SEDUC que juntos a outras pessoas construímos os caminhos da Educação Ambiental no Estado de MT nas

escolas: Ângela Maria dos Santos, João Bosco, Gisele Mateus, Luiza Braga, Regina Agueda, Luiza Helena, Euzemar, Josimar, Artema, Luzia, Zileide, Evanildes e Frank e Gino Buzatto.

Aos meus amigos e amigas da SEDUC, em especial a, Neuza, Rita Menegão, Zileide dos Santos, Cezarina Benittes, Jane Greve, Ema Maria, Izolda, Lucimar, Angelise, Suelme, Serginho, Nagila, Regina, Eva, Leize, Rui, Ceres, Zene, Dayse, Maria Dolores, Vani, Elisabethe, Marconi Dantas, Serginho, Eliane, Aparecida Paula, Irene, Terezinha Afin, Eliane, Tiana, Graciete, André, Aluizio, Jefferson, Sávio, Luzenira, Candida, Alexandre, Sebastião, Félix, Bernadete, Marcos Passos, Luis Carlos, Creuza, Benedita, Luzinete, Luzia, Isaias, Leila, Mirian, Cida Boralho, Ataíde Argemiro, Aidir, Ema Cintra, Isabela, Argemiro, Tianinha, Maria Elisa, Adriana, que, viveram comigo literalmente o meu doutorado, e que sempre me encorajaram com palavras e atitudes de amor, carinho, compreensão e companheirismo.

Certamente estes agradecimentos se estenderiam por muitas páginas, já que a minha trajetória foi suavizada e vivida por muitas pessoas, que me ajudaram e acompanharam, embora aqui não nominalmente citadas, serei eternamente grata a vocês.

Resumo

Para superar os cenários de degradação ambiental do Estado de Mato Grosso, é necessário uma modelagem dialógica entre as escolas, comunidades e governo para com vistas a construção e implementação de Políticas Públicas de Educação Ambiental. Esta tese objetivou compreender a política em educação ambiental da Secretaria de Estado de Educação, como processo inacabado, com possibilidade de reverter cenários indesejados para que o controle social exerça seu poder de coautoria e cidadania. De forma a atender este objetivo, utilizamos ao longo da tese metodologias baseadas na pesquisa qualitativa, pesquisa participante, pesquisa bibliográfica e documental, pesquisa diagnóstica avaliativa, na busca em hibridar a avaliação entre resultados e processos, observando o estado natural do fenômeno. A sustentabilidade das análises foi permeada, inicialmente por um olhar crítico à práxis educativa da Educação Ambiental no Sistema de Ensino de MT. E na compreensão do processo percorrido a formulação de políticas públicas em Mato Grosso, no axioma ético da não-neutralidade dos sujeitos, estabelecendo diálogos com SEDUC MT, Grupo Pesquisador em Educação Ambiental e os Centros de Formação dos Profissionais da Educação Básica. Ao lançar um olhar avaliativo sobre a Política de Educação Ambiental, enfatizamos os materiais educativos, as táticas de implementação. Nos resultados são oferecidos prognósticos do quadro da construção e implementação da Política de Educação Ambiental da SEDUC MT (PrEA). O caminho a ser trilhado à construção de Políticas Públicas de Educação Ambiental nos espaços escolarizados deve ser balizado pela participação social, desde o seu processo de construção (proposição inicial) até a sua avaliação. “Aprender com o erro” está é a tática que poderá fazer renascer nas unidades escolares de Mato Grosso a Educação Ambiental, mas sobremaneira participativa, com a audiência necessária para que escolas e comunidades se sintam parte dos seus processos formativos e decisórios, alicerçando a isso os processos políticos pedagógicos necessários a uma educação que seja ambiental e política na busca de um mundo mais justo e sustentável.

Palavras-Chave: educação ambiental, políticas públicas, controle social.

Abstract

To overcome the scenarios of environmental degradation in the State of Mato Grosso, requires a dialogical model between schools, communities and government to order the construction and implementation of Public Policies for Environmental Education. This thesis aimed to understand the policy in environmental education of the State Department of Education, as an unfinished process, with the possibility of reversing unwanted scenarios for social control exercise their power of coauthorship and citizenship. In order to meet this goal, we used throughout the thesis based on qualitative research methodologies, participatory research, bibliographic and documental research diagnostic evaluation, in search of hybridization between the evaluation results and processes, observing the natural phenomenon. The sustainability analysis was infused, initially for a critical educational praxis of Environmental Education in the Learning System TM. And in understanding the process used to formulate public policies in Mato Grosso, in the ethical axiom of non-neutrality of subjects, establishing dialogues with SEDUC MT, Researcher Group on Environmental Education and Training Centres of Vocational Education Basic. By launching an evaluative look on Policy Environmental Education, focusing on the educational materials, the tactics of implementation. The results are offered prognoses of the construction and implementation of the Environmental Education Policy SEDUC MT (PREA). The path ahead for construction of Public Policies for Environmental Education in the spaces must be limited by the educated social participation, since its construction process (initial proposal) to its evaluation. "Learning with the error" this is the tactic that could revive the school units of Mato Grosso Environmental Education, but greatly participatory, with the audience needed to bring schools and communities feel part of their formative processes and decision-making, it based the political processes necessary for teaching an education policy that is environmentally and in search of a more just and sustainable..

Keywords: environmental education, public policy, social control.

Lista de Figuras

Figura 1: Olhares da EA.....	40
Figura 2: Temáticas abordadas.....	43

Figura 3: Recursos mais utilizados.....	44
Figura 4 - Mapa 01 – Regiões de Planejamento.....	56
Figura 5 - Quadro 1. Panorama do Sistema de Ensino do MT.....	100
Figura 6 - Quadro 2 – Número de Alunos por Modalidade.....	101
Figura 7 Esquema da Tática de Implementação do PrEA MT.....	108
Figura 8 - Conferência Infanto Juvenil do Pantanal Mato-grossense.....	115
Figura 9 – Resultado da Oficina de Trabalho do Coletivo Jovem M.....	116

Lista de Siglas

- AME** - Associação Mato-Grossense de Ecologistas
- CEFAPRO** - Centros de Formação e Atualização dos Profissionais da Educação Básica
- CIEA** - Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental
- CJMT** - Coletivo Jovem de Meio Ambiente de Mato Grosso
- CNUMAD** - Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento
- COM VIDA** - Comissão de Meio Ambiente e Qualidade de Vida
- CPP** - Centro de Pesquisa do Pantanal ()
- DETRAN** - Departamento de Trânsito, Estradas e Rodovias
- EA** - Educação Ambiental.
- EDS** - Educação para o Desenvolvimento Sustentável
- FIEMT** - Federação das Indústrias de Mato Grosso
- FMI** - Fundo Monetário Internacional
- FORMAD** - Fórum Mato-Grossense de Meio Ambiente e Desenvolvimento
- FUNDEF** - Fundo de Manutenção do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério
- GERA** - Grupo de Estudos sobre Reforma Agrária
- GLS** - Gays, Lésbicas e Simpatizantes Organizações Não Governamentais
- GPEA** – Grupo Pesquisador em Educação Ambiental
- GTMS** - Grupo de Trabalho dos Movimentos Sociais
- IDH** - Índice de Desenvolvimento Humano
- INDEA** - Instituto de Defesa Agropecuária
- INEP** - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
- INPE** - Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
- LD** - Livros didáticos
- MEC** - Ministério da Educação
- MMA** - Ministério do Meio Ambiente
- MT** – Mato Grosso
- MTSD** - Mato Grosso Sustentável e Democrático
- ONG** - Organização Não-Governamental

PAEC - Projetos Ambientais Escolares Comunitários

PCN - Parâmetros Curriculares Nacionais

PIB - Produto Interno Bruto

PNEA – Política Nacional de Educação Ambiental

PNUD - Programa das Nações Unidas ao Desenvolvimento

PPP - Projetos Políticos Pedagógicos

PrEA – Projeto de Educação Ambiental

ProFEAP - Programa de Formação em Educação Ambiental no Pantanal

MÊS - Municípios Educadores Sustentáveis

ProMEA - Programa Mato-Grossense de Educação Ambiental

ProNEA Programa Nacional de Educação Ambiental

REMTEA - Rede Matogrossense de Educação Ambiental

SEDUC MT – Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso

SEMA MT- Secretaria de Estado de Meio Ambiente de Mato Grosso

SEPLAN - Secretaria de Estado de Planejamento

SINTEP/MT - Sindicato dos Trabalhadores do Ensino Público de Mato Grosso

UFMT – Universidade Federal de Mato Grosso

UFSCar - Universidade Federal de São Carlos

UNEMAT - Universidade de Estado de Mato Grosso

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura

UNESCO - Organizações das Nações Unidas Em Educação, Ciência e Cultura

ZSEE/MT - Zoneamento Sócio Econômico Ecológico do Estado de Mato Grosso

SUMÁRIO

Capítulo 1. BIOGRAFIA ECOLÓGICA	16
1.0 – Objetivos.....	20
2.0 - 1º Artigo - Sinfonias da Educação Ambiental Mato-Grossense	23
2.2 - 2º Artigo - Construindo esperanças nas políticas públicas socioambientais por meio da participação democrática nos territórios mato-grossenses.	24
2.3 - 3º Artigo - Políticas Públicas Em Educação Ambiental: Velho Vinho Engarrafado Por Novos Enólogos.....	26
2.4 - 4º Artigo - Avaliando os Caminhos em busca da sustentabilidade da Educação Ambiental no âmbito escolarizado em Mato Grosso	27
Capítulo 2. ESTADO DA ARTE	31
SINFONIAS DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL MATO-GROSSENSE	32
Prelúdio.....	32
partituras	36
clausura.....	43
instrumentos musicais	45
Capítulo 3. PERCEPÇÕES SÓCIO AMBIENTAIS	47
CONSTRUINDO ESPERANÇAS NAS POLÍTICAS PÚBLICAS SOCIOAMBIENTAIS POR MEIO DA PARTICIPAÇÃO DEMOCRÁTICA NOS TERRITÓRIOS MATO-GROSSENSSES.	48
1 – Iniciando o Diálogo nos cenários mato-grossenses.....	49
2. Reflexões necessárias na busca pelo Caminho.....	53
3. Delineando o Caminho	55
4. Tessituras Necessárias ao Caminhar... ..	57
4.1 Olhares dos professores frente aos Caminhos necessários a Construção das Políticas Públicas.....	57
5. Considerações Finais	65
6 - Referências Bibliográficas	66
Capítulo 4. POLÍTICAS PÚBLICAS EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL	70
POLÍTICAS PÚBLICAS EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL: VELHO VINHO ENGARRAFADO POR NOVOS ENÓLOGOS	71
I. A Videira	72
II. O Engarrafamento	76
III. A Adega.....	79
IV. A Fermentação	82
V. A Degustação.....	87
Bibliografia.....	90

Capítulo 5. AVALIANDO OS CAMINHOS	94
AVALIANDO OS CAMINHOS EM BUSCA DA SUSTENTABILIDADE DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO ÂMBITO ESCOLARIZADO EM MATO GROSSO.	95
Metodologia de Avaliação.....	98
Capilaridade do Sistema de Ensino Estadual MT	100
Avaliando o Contexto político-pedagógico do Projeto de Educação Ambiental da SEDUC MT	103
Processo de Construção da Política de Educação Ambiental da SEDUC MT.....	104
Processo de Implementação do PrEA MT.....	106
Avaliação dos Materiais Didáticos	108
Caderno 01 Projeto de Educação Ambiental – PrEA	108
Caderno 2 - Conceitos em Educação Ambiental	109
Caderno 3 – Múltiplas Dimensões da Educação Ambiental.	109
Caderno 4 – Projeto Ambiental Escolar Comunitário	110
Fascículos Pedagógicos	111
Formação Continuada.....	112
REDESCOLA.....	117
Equipe de Educação Ambiental da SEDUC MT.....	117
Projetos Ambientais Escolares Comunitários	118
Construindo Esperanças... ..	120
Referências Bibliográficas.....	122
 Capítulo 6. CONSTRUINDO ESPERANÇAS	 125



Capítulo 1. BIOGRAFIA ECOLÓGICA

“A educação ambiental é individual e coletiva. Tem o propósito de formar cidadãos com consciência local e planetária, que respeitem a autodeterminação dos povos e a soberania das nações”.

3º Princípio do Tratado de Educação Ambiental
para as Sociedades Sustentáveis. e Responsabilidade Global.



Foto: César Andrade

**"O papel da Educação ambiental não é apenas proporcionar alicerces político pedagógico, mas ressignificar o existir".
(Michèle Sato, 2009)¹**

A epígrafe acima revela o que a Educação Ambiental significa na minha vida. Ela ressignificou o meu existir.

Ao refletir sobre a minha identidade na Educação Ambiental, vivi momentos de muitas desconstruções. Seguramente compreendia que tal identidade começou a ser construída no ano de 2003 quando comecei a cursar o Mestrado em Educação na Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), na linha de pesquisa em educação ambiental.

Todavia, atualmente compreendo que não foi exatamente neste momento que começava a constituir em mim esta identidade. Hoje em função de um olhar mais amadurecido e cuidadoso e sob uma leitura ampliada frente ao campo epistemológico da educação ambiental, reflito que esta identidade transcende minha formação acadêmica e tem sua completude na minha formação como ser humano ao longo da vida.

Após reflexões com um pouco mais de maturidade, e no término dos 04 anos do doutorado, me reconheço como educadora ambiental esta identidade foi sendo tecida primeiramente por meio da dimensão social da educação ambiental e não pela sua dimensão ecológica.

Assim começo descrevendo a minha trajetória, embora adolescente à época, quando da participação no Centro de Estudos Bíblicos, uma associação ecumênica, que objetiva fazer uma releitura social da Bíblia, ou melhor, dizendo uma Leitura Popular da Bíblia. Este foi um momento importante onde consegui sair do meu EU e olhar o OUTRO na dimensão das injustiças sociais que acometem tantas formas de vida, inclusive a humana, e que como cristã tenho que ter a coragem de combater. Esta experiência mudou a minha vida e certamente nunca mais fui a mesma pessoa.

A dimensão ecológica da educação ambiental foi sendo construída por mim quando da minha formação inicial no Curso de Ciências Biológicas na Universidade Federal de Mato Grosso. O mundo da biologia, que me foi apresentado na faculdade, fez-me emergir para a dimensão ambiental, mas de maneira diferente. Todos os ensinamentos e aprendizagens no Curso de Ciências Biológicas fizeram

de mim uma pessoa mais responsável com a manutenção da vida de outras espécies e neste momento entendi por meio das diversas disciplinas cursadas a emergência de sensibilizarmos mais e mais pessoas frente aos dilemas ambientais enfrentados pela coletividade.

Com um currículo voltado para as dimensões ecológicas global, nacional, mas fortemente ligado a dimensão local do Estado de Mato Grosso, já que os profissionais que ali atuam se dedicam a pesquisa no território mato-grossense. A minha formação inicial marcou em mim a responsabilidade frente ao cuidado com o estado de Mato Grosso e sua gente. Desta forma resolvi que seguiria a carreira como professora, influenciada por minha mãe, e pelo convívio dialógico que se constrói e no exercício de ensinar e aprender. Assim percebi que poderia contribuir de maneira significativa para a melhoria das condições de vida da população do meu Estado.

Como acadêmica do Curso de Ciências Biológicas na Universidade Federal de Mato Grosso, participei ativamente do movimento estudantil, no Centro Acadêmico de Biologia e no Diretório Central dos Estudantes. Período este em que fui conduzida por ideais importantes como a liberdade a igualdade de direitos e deveres entre as pessoas. Outra aprendizagem que me foi significativa nesta época foi vivenciar que mesmo com a participação no movimento estudantil que me parecia construída por um contorno democrático, nem sempre assim se configurava na prática. Mas a aprendizagem política foi fundante na minha vida. Entretanto me faltava à compreensão real da opressão, do que realmente é ser e se sentir oprimido.

O que descobri após o término da faculdade, já que em função dos baixos salários dos professores fui trabalhar no Conselho Tutelar da Criança e do Adolescente de Cuiabá, e lá realmente conheci junto com a população carente de Cuiabá, as mazelas vividas pelos injustiçados, pela falta de políticas públicas de atendimento prioritário. Em muitas situações o desemprego, a fome, as más condições de vida que eram submetidas as pessoas as quais eu atendia como Conselheira Tutelar, eram um atentado a mim como ser humano, com todas as condições necessárias de sobrevivência, cobrava-me muito no sentido de que havia algo que eu deveria fazer novamente pelo OUTRO.

Mesmo não atuando na Educação após o fim da faculdade, em 1998, eu retorno à educação como professora interina na Secretaria de Estado de Educação

do Mato Grosso. E é na sala de aula que sou feliz, a educação é o meu caminho e por meio do meu trabalho, que acredito ser significativo consigo aliar os meus sonhos. Sou apaixonada pelo trabalho na educação, desta forma meu dever profissional e humano é lutar por uma educação de qualidade para o coletivo.

O entendimento da complexidade ambiental e que ela abarca as questões ambientais e sociais, só aconteceu no período de 2003 a 2005 quando cursei o Mestrado em Educação na linha de Pesquisa em Educação Ambiental na UFMT. Nos momentos vividos no Mestrado, em meio às discussões nas disciplinas, mas principalmente quando comecei participar do Grupo Pesquisador em Educação Ambiental compreendi que as mazelas sociais advinham não somente dos fatores ambientais, mas principalmente do sistema econômico vigente, e assim meu olhar se politizou, na comunhão entre a pesquisa e a vivência no movimento ambientalista do Estado.

Educadora ambiental mato-grossense, esta é minha identidade, e, portanto nada mais justo que eu aliar a minha trajetória profissional a minha identidade. Justifico assim o desejo em pesquisar sobre políticas públicas no Estado que acolheu a mim e meus familiares, o amor a esta terra fez que eu junto com a minha Orientadora propusesse então uma avaliação das Políticas Públicas em Educação Ambiental no âmbito escolarizado.

Como trabalhadora da Educação minha atuação profissional atualmente e desde 2003 acontece junto a Secretaria de Estado de Educação do MT, onde em 2004 foi concebido o Projeto de Educação Ambiental (PrEA/MT), que se configura como a Política de Educação Ambiental para as escolas do Estado já que traz em seu bojo, objetivos, metas e diretrizes curriculares para a inserção da educação ambiental nos currículos escolares. Outro ponto importante da Política é que ela da sustentabilidade a uma proposta de trabalho para as escolas e por meio delas chegar às comunidades circundantes, através da Construção dos Projetos Ambientais Escolares Comunitários.

O PrEA/MT nasce em 2004, e se configura como Projeto, considerando que do ponto de vista da governança¹, ele é somente uma Ação da Secretaria de Estado de Educação dentro do Programa Integrado de Educação Ambiental do Estado. Entretanto em se tratando desta tese o consideramos como a Política de

¹ Governança, se refere as rotinas burocráticas do gerenciamento despolitizado (PEDROTTI-MANSILLAE SATO, 2008, P.).

Educação Ambiental para o ambiente escolarizado, pela configuração apresentada pelo menos.

1.0 – Objetivos

Os objetivos da tese foram cumpridos em 04 etapas diferentes que compreendem 04 artigos produzidos ao longo da trajetória de doutoramento. Os quatro artigos apresentam em sua composição objetivos e metodologias diferenciadas que fortaleceram o entrelaçamento necessário à construção da Tese.

De forma a vislumbrarmos os caminhos e as diversas possibilidades na construção ao objetivo geral da tese, que foi o de compreender a política pública em educação ambiental como processo inacabado, com vistas a reverter cenários indesejados para que o controle social exerça seu poder de coautoria e cidadania. No caminhar desta construção, muitas inquietações e hipóteses nos acompanharam: sobre como se dá a participação da sociedade nas políticas públicas? Porque os processos de construção de políticas públicas não consideram a participação democrática? Como os profissionais da educação que trabalham com disseminação das Políticas Públicas de educação ambiental do Estado enxergam a Política em questão? Qual o quadro real desenhado pelas escolas no que concerne a educação ambiental, seus protagonistas, temáticas trabalhadas, materiais utilizados? Como se dá a construção de políticas de educação ambiental no estado, quais os sujeitos que se movem nesta construção? Quais táticas podem ser utilizadas no sentido de ampliarmos o diálogo entre comunidade, escola e governo? E ainda, quais são as nuances que conferem a uma política pública de educação ambiental a sustentabilidade necessária a sua implementação no Sistema de Ensino?

De forma a vislumbrarmos o estado da arte da educação ambiental no Mato Grosso, um dos objetivos específicos da tese foi o de lançar um olhar crítico à práxis educativa da Educação Ambiental no Sistema de Ensino Estadual de MT, no intuito de compreendermos como eram os cenários da educação ambiental nas escolas, seus protagonistas, as principais temáticas trabalhadas, quais eram os materiais didáticos utilizados à construção das propostas, bem como os anseios dos profissionais da educação frente à inserção do Projeto de Educação Ambiental na rede de ensino.

Outra preocupação presente na construção do caminho deu-se em função de considerarmos a hipótese que há de forma geral, na sociedade um desconhecimento sobre o que seja política pública; ou ainda, quando se compreendem, as mesmas são percebidas como programas, projetos e ações governamentais, sempre ligadas às questões partidárias, e não como o conjunto de ações, planejamento e, sobretudo, a presença de vários segmentos sociais e não meramente governos².

Considerando o parágrafo anterior outro objetivo específico da Tese foi a compreensão dos Gestores dos Centros de Formação dos Profissionais da Educação Básica da Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso sobre políticas públicas, ambiente e educação. Ponderando que estes profissionais juntam-se a uma equipe multidisciplinar e tem a responsabilidade em disseminar as políticas educacionais do Estado na rede de ensino.

A atualidade é marcada por uma imobilidade coletiva, pois a presença intensa do projeto neoliberal na sociedade incita o isolamento competitivo e assim a contemporaneidade tem sido testemunha do esvaziamento da participação democrática nos processos de políticas públicas e até mesmo em instância como sindicatos, associações e instâncias coletivas têm diminuído, e o que se nota são raras ações voluntárias, militantes ou filantrópicas.

A população no seu isolamento e na luta diária pela sobrevivência, vive frente ao processo global de adequação da sociedade ao modelo neoliberal. Assim o tempo não pode mais ser desperdiçado na participação política, o que tem esvaziado os processos participativos e as instâncias democráticas. Desta forma clama-se para que o controle social participativo rema contra o imobilismo, mas não há clareza de que maneira pode-se promover a participação; já que na maioria dos processos de construção de políticas públicas as mesmas são construídas a portas fechadas pelo governo, e só depois se conclama participação.

Neste sentido e com esta preocupação presente, outro objetivo específico da tese foi o de compreender a práxis da formulação de políticas públicas em Mato Grosso, no axioma ético da não-neutralidade dos sujeitos, por meio do diálogo com SEDUC MT, Grupo Pesquisador de Educação Ambiental e Rede Mato-grossense de

² .: PEDROTTI, Débora & SATO, Michèle. Políticas públicas em educação ambiental: velho vinho engarrafado por novos enólogos. In GALVAO, Afonso & SANTOS, Gilberto Lacerda (Org.). **Tendências e desafios de um campo em movimento**. Vol. 03. Brasília: Líber Livro Editora, ANPEd, 2008. 160 p.

Educação Ambiental dentre outros, na busca da compreensão e reconhecimento dos caminhos percorridos pelos sujeitos que se movem no Estado na construção de políticas de educação ambiental, bem como os seus protagonistas.

Acreditamos que a coautoria por parte da população na construção das políticas públicas pode assegurar com mais ênfase a implementação da mesma. Assim se a população se sente co-autora de uma política ela a fortalece no cotidiano e a reconhece como pública. Desta forma também a hipótese era que a política de Educação Ambiental da SEDUC MT não se sustentou porque não foi construída de forma democrática, ampliando o diálogo com toda a rede de ensino.

Por meio do estado da arte da educação ambiental no Estado, do olhar dos gestores dos Centros de Formação a construção das políticas públicas, em especial a de educação ambiental da SEDUC MT e frente à compreensão da práxis da formulação das políticas públicas em EA no Estado de MT, o último objetivo específico da Tese foi o de avaliar o PREÁ MT, lançando o olhar avaliativo ao conjunto de táticas de implementação, materiais educativos almejando ao final oferecer prognósticos do quadro da construção e implementação da Política de Educação Ambiental da SEDUC MT.

A compreensão das proposições contidas na Política de Educação Ambiental da SEDUC em suas diferentes nuances, foram sempre refletidas com o objetivo voltado à contribuição necessária para a mudança do cenário da implementação da educação ambiental no Estado de MT.

A escolha da construção da tese se orienta por meio das determinações do Programa de Ecologia e Recursos Naturais da Universidade Federal de São Carlos, que permite a estruturação da mesma em Artigos. Não se trata, assim, de uma tese clássica cujos capítulos compreendem os objetivos, metodologia, resultados e discussão, mas agrega 04 artigos ou capítulos de livros, publicados durante a trajetória do Doutorado e que perfazem o mote da pesquisa.

No contexto deste formato de tese alguns conceitos serão repetidos, mas revelam pontos essenciais da tese. As abordagens a seguir dão pistas de cada artigo, trazendo seus objetivos e metodologias utilizadas, com o objetivo de torná-los intrínsecos no decorrer deste trabalho.

2.0 - 1º Artigo - Sinfonias da Educação Ambiental Mato-Grossense

O primeiro artigo apresentado na tese tem o objetivo em lançar um olhar crítico à práxis educativa da Educação Ambiental no Sistema de Ensino Estadual.

Com metodologia baseada na análise documental e lançando um olhar fenomenológico, traz um amplo panorama da EA escolarizada no Mato Grosso, apontando dados referentes aos profissionais da Educação que protagonizam a EA, aos materiais utilizados, as temáticas comumente abordadas, dentre outros indicadores que trazem o retrato do Estado da Arte da EA escolarizada e as suas nuances, no contexto das escolas urbanas, rurais e indígenas do Estado.

Apresenta um relato vigoroso sobre a História da EA, com ênfase no movimento ecológico do Estado com o intuito da compreensão que as ações protagonizadas pelo movimento, desencadearam ações importantes para a implementação da educação ambiental em instâncias colegiadas e também a construção de Políticas de Educação Ambiental. Oferece inicialmente uma retrospectiva histórica da inserção da Educação Ambiental, onde são apresentados, fatos considerados importantes pelas autoras no sentido delinear a Educação Ambiental não somente no contexto escolar, mas também no contexto dos movimentos sociais.

A metodologia proposta no artigo se baseou inicialmente na pesquisa documental, com análise de material secundário³.

Para análise e reflexões sobre o contexto nacional, nos utilizamos de um documento impresso e produzido pelo Ministério da Educação e o Instituto Anísio Teixeira que trazia um panorama da Educação Ambiental no Brasil, tal documento foi construído com base em relatórios entregues pelas 27 secretarias de educação de cada estado brasileiro ao Ministério.

Para a obtenção dos dados referentes ao estado da arte da educação ambiental no MT, o instrumento de coleta de dados utilizado foi um denso questionário constituído de perguntas abertas e fechadas, encaminhado pela Secretaria de Estado de Educação do Mato Grosso a todas as escolas estaduais. De forma a obter um retrato amplo da educação ambiental no Estado a sugestão era

³ MOREIRA, Sonia Virginia. Análise Documental como método e técnica. In DUARTE & BARROS (ORG). Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação. São Paulo Atlas, 2009.

que em cada unidade escolar, pelo menos um professor por período de atuação respondesse ao questionário.

O questionário trazia elementos estruturantes para a compreensão da dinâmica da educação ambiental no Sistema Estadual de Ensino, e se baseava em elucidar as práticas pedagógicas desenvolvidas pelos professores com o trabalho com a educação ambiental, e na identificação dos protagonistas das ações de educação ambiental no Estado. Trouxe ainda a identificação das principais temáticas trabalhadas pelas escolas, e os materiais que eram comumente utilizados no planejamento dos projetos e ações bem como as estratégias de intervenção.

Assim, por meio da pesquisa diagnóstica, e com o olhar fenomenológico (olhar das pesquisadoras) na análise dos dados trazidos pelos questionários conseguimos um retrato da Educação Ambiental no Sistema Estadual de Ensino do Mato Grosso, o que desvelou o nosso olhar sobre o Estado da Arte da educação ambiental no Estado.

2.2 - 2º Artigo - Construindo esperanças nas políticas públicas socioambientais por meio da participação democrática nos territórios mato-grossenses.

O segundo artigo direciona novamente para o Sistema Estadual de Ensino do Mato Grosso e se estrutura após 03 anos da implementação da Política de Educação Ambiental da SEDUC MT (PrEA/MT).

Com a finalidade de compreender a situação da implementação da Política e da educação ambiental no Sistema de Ensino, este artigo teve como objetivo a compreensão dos olhares dos treze gestores que atuam nos Centros de Formação dos Profissionais da Educação Básica da Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso sobre políticas públicas, ambiente e educação.

A escolha do espaço amostral deu-se em função de que na estrutura administrativa do Estado os Centros de Formação e Atualização dos Profissionais de MT são os responsáveis em disseminar as políticas, programa e projetos educacionais, por meio da formação continuada dos profissionais da educação. Assim compreender o olhar dos sujeitos frente às políticas públicas se tornou importante no contexto da pesquisa.

O artigo nos traz indícios que o caminho a ser trilhado à construção de Políticas Públicas de Educação Ambiental nos espaços escolarizados deve ser balizado pela participação social, desde o seu processo de construção (proposição inicial) até a sua avaliação.

A metodologia do artigo se baseou na pesquisa participante, que se caracteriza pelo envolvimento dos pesquisadores e dos pesquisados no processo. Assim nesta abordagem metodológica a identificação dos autores com o que vem sendo investigado é fundamental e desta forma atendeu as necessidades da pesquisa.

Nesta metodologia, pesquisador e os pesquisados se identificam como objetos e sujeitos sociais⁴, Esta junção se evidenciou no caminhar da pesquisa, onde nós e os entrevistados nos tornamos sujeitos de um trabalho comum.

Para o processo investigativo utilizamos da observação participante no decorrer do processo. Tal técnica foi essencial no sentido da interação com o universo pesquisado e do estabelecimento de uma relação de confiança entre as pesquisadoras e os profissionais os quais foram entrevistados⁵.

A técnica utilizada para coleta de dados junto aos participantes da pesquisa foi à entrevista semi-estruturada, com objetivos claros e definidos. Deste modo ao optarmos por esta técnica, apresentamos aos entrevistados uma mesma seleção de perguntas abertas, considerando que as mesmas proporcionam uma ampla variedade de respostas estabelecida por meio de um diálogo franco e livre por parte dos professores. Tal fato foi oportunizado pela entrevistas semi estruturadas, onde há liberdade para que o pesquisador se atente se necessário, fazer-se outras perguntas, para além das já definidas de forma a esclarecer alguns aspectos da fala do entrevistado que não foi compreendida. Este tipo de entrevista é válido quando se quer delimitar o volume de informações para um maior direcionamento ao tema abordado⁶.

O diálogo com esses profissionais foi tranqüilo e de forma muito aberta, certamente também oportunizado pela escolha da técnica de coleta de dados. No

⁴, DEMO, P. **Elementos metodológicos da pesquisa participante** In BRANDÃO, Carlos Rodrigues (Org) Repensando a Pesquisa Participante. São Paulo: Editora Brasiliense, 1984. 252 p.

⁵ THIOLENT, 2004, p. 15)

⁶ BONI, Valdete & Quaresma, Sílvia Jurema **Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais**. Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC. Vol. 2 nº 1 (3), janeiro-julho/2005, p. 68-80 in www.emtese.ufsc.br Acesso em 09/01/2010

entanto o nosso convívio com esses profissionais, não se deu somente no momento das entrevistas, mas em oportunidades diferentes e de certa forma já havíamos estabelecido uma relação de confiança com eles. E essa relação foi importante no momento das entrevistas.

2.3 - 3º Artigo - Políticas Públicas Em Educação Ambiental: Velho Vinho Engarrafado Por Novos Enólogos

O terceiro artigo traz reflexões importantes sobre práxis da formulação de políticas públicas em Mato Grosso, no axioma ético da não-neutralidade dos sujeitos. Discute as diferentes dimensões inerentes ao processo das Políticas Públicas: a dos sujeitos envolvidos; do processo de construção aos resultados das políticas. Retrata a importância dos sujeitos ecologistas que se movem em Mato Grosso, à construção dos processos participativos das políticas públicas em educação ambiental no âmbito da Secretaria de Estado de Educação. Sustenta-se na mediação pedagógica dos conflitos sociais para que o ambiente seja concebido em sua complexa envergadura político-ecológica. Tem ênfase em territórios mato-grossenses, mas com a base de sustentação epistemológica no Projeto de Educação Ambiental (PrEA MT).

A metodologia utilizada neste artigo direcionou-se para a pesquisa qualitativa bibliográfica, onde utilizamos para a obtenção dos dados publicações sobre a temática em estudo por meio da pesquisa documental.

A construção investigativa foi de cunho mais teórico e menos empírico, porém não a torna menos importante, já que focamos neste artigo a necessidade de revisitarmos as referências bibliográficas concernentes às políticas já definidas e vigentes no cenário nacional e internacional, no entanto com uma consideração mais específica no território mato-grossense.

A investigação frente aos documentos já existentes constitui-se em uma importante possibilidade para a reflexão necessária, já que os estudos históricos são investigações documentais que possibilitam a releitura do mundo e que oferecem novas posturas práticas.

Além da pesquisa bibliográfica, reveladora do cabedal de produções sobre o assunto, nos valem de dados obtidos junto a nossa participação em instâncias colegiadas no Mato Grosso, como a Comissão Interinstitucional de Educação

Ambiental (CIEA), a Rede Mato-Grossense de Educação Ambiental (REMTEA), e do nosso envolvimento direto com os Coletivos Jovens de Meio Ambiente. Desta forma buscamos também uma interpretação fenomenológica das políticas públicas em educação ambiental nos espaços escolarizados de Mato Grosso nos contextos da Secretaria de Estado de Educação (SEDUC), em diálogos com a Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), aqui representada pelo Grupo Pesquisador de Educação Ambiental (GPEA), além da expressiva presença da Rede Mato-Grossense de Educação Ambiental (REMTEA).

Uma importante instância de participação ocorreu junto a eventos realizados com propósitos voltados à construção de políticas públicas em educação, no caso específico do fórum que desenhou o Plano Decenal de Educação para o estado de MT, com um capítulo voltado para a educação ambiental.

O envolvimento das pesquisadoras foi fundamental para por meio da observação participante, potencializar o nosso olhar para além da pura leitura, oferecendo magnitude de compreensão aprimorada à pesquisa.

Importante elucidar ainda que neste artigo partimos de uma definição de governança e governabilidade, no entanto orientamo-nos pela dinâmica da construção de conceitos e dos aprimoramento dos mesmo, atualmente já acrescentaríamos a tais definições outros significados a governança e governabilidade.

2.4 - 4º Artigo - Avaliando os Caminhos em busca da sustentabilidade da Educação Ambiental no âmbito escolarizado em Mato Grosso

O último artigo da Tese, tem como objetivo oferecer prognósticos do quadro da construção e implementação da Política de Educação Ambiental da SEDUC MT (PrEA), com vistas a sugestões de caminhos possíveis para consolidar a implementação da Educação Ambiental no Sistema de Ensino do Mato Grosso.

O artigo se ocupa da avaliação, embora no ponto de vista naturalista, da Política de Educação Ambiental da SEDUC trazendo o seu contexto pedagógico e ecológico, analisando aspectos referentes à sua implementação por meio da formação continuada, materiais didáticos, táticas de implementação, sistema de comunicação, encontros e outras nuances inerentes ao projeto.

O artigo traz ainda uma descrição do Sistema de Ensino do Estado de Mato Grosso, compreendendo que a avaliação é também diagnóstica e assim ela deve acontecer no contexto da política e considerar este contexto em todos os momentos.

A metodologia utilizada no artigo foi concebida por meio da avaliação naturalista e diagnóstica, no entanto é importante salientar que não se teve a pretensão em apontar erros e acertos, mas o anseio em contribuir de forma significativa verificando as potencialidades e os problemas relativos à proposta.

A avaliação é considerada naturalista porque acontece no Sistema Estadual de Ensino, onde as ações da Política de Educação Ambiental foram implementadas. Assim constituem-se como fontes de pesquisa a participação das autoras frente aos processos de construção e implementação do PrEA MT, bem como documentos técnicos que constituem o acervo da Secretaria de Estado de Educação do Mato Grosso (SEDUC MT).

Na avaliação naturalista a proposta não se situa nos indicadores quantitativos de forma a mostrar os resultados advindos dos objetivos propostos pela Política, mas fundamentalmente ancorado nos desejos e possibilidades de transformação da realidade. Dessa forma as reflexões propostas tem o objetivo de subsidiar por meio da reflexão dos processos a Política no sentido de melhorá-la e transformar a realidade.

A avaliação naturalista considera que os dados do estudo em questão resultam da interação entre o observador e os atores envolvidos nos processos avaliados, portanto ela objetiva também desenvolver a consciência crítica dos participantes frente à ação, aos quais estão comprometidos, e no sentido de apontar as mudanças necessárias para a implementação da Política de Educação Ambiental da SEDUC MT.

Uma avaliação centrada nos processos dialógicos e participativos, deste modo a metodologia por nós proposta se baseia na busca de significar o caminho percorrido pela Política de Educação Ambiental. No sentido de refletir sobre aspectos da Política, que consideramos pertinentes neste momento, para que as potencialidades sejam salientadas e os fracassos refletidos tornem-se potencialidades.

Caracteriza-se também como avaliação diagnóstica por apresentar uma avaliação assistemática, por meio de informações levantadas aleatoriamente, a

partir de diversas formas de contato. Para este estudo consideramos análise documental das devolutivas das formações continuadas e notícias veiculadas no site da Secretaria, mas essencialmente de nossas percepções construídas por meio da observação participante em todo o processo de construção e implementação da Política.

Os materiais impressos foram cuidadosamente apreciados de forma a entender a dimensão pedagógica a qual a Política estava centrada, bem como fazer uma análise criteriosa do material.

Assim embora com base metodológica clara, não podemos aqui ocultar que não há neutralidade no nosso olhar, ao contrário em todos os artigos há um olhar de pesquisadoras comprometidas com a rigorosidade acadêmica, mas que não deixam de lado a militância ecologista no Estado.

O mote da tese foi sempre o de compreender por meio do olhar das pesquisadoras, onde não há neutralidade, ao contrário, é recheado de concepções e paixões, mas também de compromisso com a pesquisa científica e a Educação Ambiental, que uma pesquisa avaliativa pode oferecer prognósticos do quadro da Política em questão, revertendo os processos para que as escolas exerçam o papel de coautoras no PrEA.

Assim a proposição é que utilizando da tática de aprendizagem consigamos aprender com os erros, de forma a vislumbrarmos novos caminhos que possam sustentar a Educação Ambiental nos Currículos mato-grossenses.

O trabalho sustenta a tese de que na formulação de políticas públicas (PP), é emergencial considerar o controle social significativo. Trocando em miúdos, na FORMAÇÃO das políticas públicas, notadamente o PrEA, houve um momento de estranhamento do projeto, em processos que os professores DEFORMARAM a proposta, já que parecia ser estranho ao cotidiano. A dinâmica do esvaziamento ocorre também pelos obstáculos epistemológicos, que Gastón Bachelard considera como uma das etapas mais difíceis de superação ao trabalho intelectual. Face a fragilidade, momentos de TRANSFORMAÇÃO foram incentivados, possibilitando que a escola fizesse a sua REFORMA e acolhesse a Educação ambiental em seu currículo, aqui precedido não apenas como reprodutora de culturas, mas essencialmente como geradora de movimentos capazes de agir a favor da sustentabilidade da Educação ambiental.

Não me descuidei de tornar meu olhar crítico ao processo, ainda que completamente envolvida e, nesse sentido, por vezes com limites para enxergar os erros. A grandeza da tese talvez seja a coragem de expor a fragilidade de um projeto de Educação Ambiental em Mato Grosso, por ter sido construído pelo governo sem ampla participação. Todavia, no constatar o vidro frágil, ousou dar reviravoltas para ampliar cenários e buscar parceiros.

Novos sobrevoos foram possíveis, então, porque uma vez identificado o caos, o equilíbrio tende a se fixar, pelo menos por um período. Para além de produtos e sucessos finais, o sistema escolarizado acolhe a Educação Ambiental em suas estruturas, acenando para novos bordados num mosaico que tece a cidadania.



Capítulo 2. ESTADO DA ARTE

“A educação ambiental valoriza as diferentes formas de conhecimento. Este é diversificado, acumulado e produzido socialmente, não devendo ser patenteado ou monopolizado”.

11º Princípio do Tratado de Educação Ambiental para as Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global.

Referência Bibliográfica: SATO, Michèle; PEDROTTI-MANSILLA, Débora; OLIVEIRA-JR, Samuel B. de; SENRA, Ronaldo. Sinfonias da educação ambiental mato-grossense. In ALVES, André; PUHL, João I.; FANK, Jônia (Orgs.). **Mato Grosso Sustentável e Democrático**. Cuiabá: Defanti, Cadernos do FORMAD, 2006



Foto: César Andrade

SINFONIAS DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL MATO-GROSSENSE⁷

Michèle Sato

Débora Pedrotti

Samuel B. de Oliveira-Jr

Ronaldo Senra

PRELÚDIO⁸

A dimensão ambiental era ignorada pela civilização, passou a ser considerada na década de 60, possivelmente com o grito ecológico de Rachel Carson, com a publicação do livro “Primavera Silenciosa” (2002). A preocupação com a dimensão ambiental ultrapassou os danos dos pesticidas e já é uma constatação notória aos habitantes deste planeta Terra. Embora a Educação Ambiental (EA) do plano internacional seja muito relacionada com a dimensão ecológica, no Brasil ela se reveste de enorme envergadura social. Reconhecemos desta maneira, que ela não é um mero instrumento de gestão ambiental e que nossa luta está longe de ser finalizada. Ela é uma modalidade educativa que incorpora a rebeldia da contracultura, recebe herança da Antropofagia da Semana da Arte Moderna, incorpora o legado da Tropicália, ou espelha-se na corajosa e teimosa luta de sujeitos como Chico Mendes. Queremos forjar um mundo com mais justiça social e ambiental, através de táticas revolucionárias que possam promover a práxis de transformação contra os modelos insustentáveis de consumo e simultaneamente, incluindo a maioria que ainda vive sem condições dignas de sobrevivência.

No Brasil, orientada pela Lei 9795-99 de Educação Ambiental (PNEA), e amparada no Programa Nacional de Educação Ambiental (ProNEA), o cenário rico testemunha um caldo vigoroso de originalidade, criatividade e preocupação social, ao lado da ambiental (BRASIL, 2005). Os estados se organizam em redes e comissões colegiadas, traçando diretrizes, metas, proposições e utopias em

⁷ REF. Sato, Michele; Pedrotti, Débora; Oliveira-Jr, Samuel B. de; Senra, Ronaldo. SINFONIAS DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL MATO-GROSSENSE In ALVES, André; PUHL, João I.; FANK, Jônia (Orgs.). **Mato Grosso Sustentável e Democrático**. Cuiabá: Defanti, Cadernos do FORMAD, 2006.

⁸ Agradecemos a Edinéia (UFS Campus Itabaiana/SE) e Lucileide (Brasília PNUD), parcerias do mesmo sonho.

horizontes de esperanças. O Estado de Mato Grosso não se esquivou deste compromisso, iniciando sua trajetória ecologista ainda na década de 60, através do movimento dos artistas pela natureza e outros movimentos da vanguarda que trouxeram a criação do Parque Nacional da Chapada dos Guimarães. A primeira Organização Não-Governamental (ONG), a Associação Mato-Grossense de Ecologistas (AME) ainda possui sua dinâmica, porém tímida nos dias atuais. Grande parte de seus militantes ingressou em outras organizações, mudou de estado ou está em refluxo temporário. Estes ecologistas, entretanto, permitiram seus legados na criação da Rede Mato-Grossense de Educação Ambiental (REMTEA)⁹, hoje liderança forte em Mato Grosso, oferecendo eventos, contando com listas virtuais e em diálogos locais, nacionais e globais. Suas atuações políticas vêm sendo reconhecidas ao fortalecimento de uma EA crítica, emancipatória e revolucionária.

Não há registro sistematizado da EA popular, senão estudos de caso que revelam a forte presença da EA de forma multisetorial, com grupos ou sujeitos que carregam marcas indelévels de significados e esperanças que se redefinem, redizem e ressignificam segundo os contextos e referências, à luz de nossas cosmogonias, crenças e valores. Ainda que a REMTEA tenha um amplo cadastro de seus membros, seus dados ainda são incipientes para oferecer um amplo panorama do estado da arte da EA. Isso implica dizer que não há um cenário padronizador que possa oferecer um perfil exato da EA no estado de Mato Grosso, senão um vasto e complexo campo das diversas culturas e ambientes. A Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) foi pioneira em oferecer um curso de especialização na América Latina e Caribe, ainda no ano de 1989. Seus egressos tornaram-se lideranças em seus territórios e ainda hoje, é possível conversar com um ou mais grupos sobre o efeito desta inovação. Após esta fase, iniciou seu compromisso na pós-graduação *stricto sensu*, no Programa de Pós-Graduação em Educação, através do Grupo Pesquisador em Educação Ambiental (GPEA), que persiste vigorosamente até os dias atuais. Diversos projetos de pesquisa, vivência e docência foram e ainda estão sendo desenvolvidos, com premiações, financiamento e reconhecimento internacional.

Assim como a UFMT, outras universidades, principalmente a Universidade de Estado de Mato Grosso (UNEMAT) também realiza suas atividades na EA, seja

⁹ www.ufmt.br/remtea.

através de vivências comunitárias, docência ou pesquisa em amplo desenvolvimento. As Secretarias da Educação (SEDUC) e do Meio Ambiente (SEMA) comandam a Política Estadual de Educação Ambiental e possuem projetos e atuações fortalecidas no campo da EA. Buscam diálogos e transversalizando a EA em demais órgãos, e através da Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental (CIEA), e acolhem vários organismos na Política Pública Privada, como o Departamento de Trânsito, Estradas e Rodovias (DETRAN), Fórum Mato-Grossense de Meio Ambiente e Desenvolvimento (FORMAD), ou a Federação das Indústrias de Mato Grosso (FIEMT), além de diversos outros órgãos.

Uma grande expressão da sociedade civil foi a Carta da Terra, que em seus 16 princípios, trouxe ressonâncias internacionais. A Carta da Terra, inicialmente liderada pelas Organizações das Nações Unidas Em Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), regional Mato Grosso, foi incorporada facilmente pelos povos indígenas, organização de bairros, movimentos negros, mulheres, Comunidade Eclesial de Base, artistas e Gays, Lésbicas e Simpatizantes (GLS), entre outros. Suas atividades iniciaram em 1998, com a realização da Conferência Internacional da Carta da Terra e têm sustentabilidade até os dias atuais (SATO, PASSOS & MALDONADO, 2005). A Agenda 21 de Mato Grosso ainda está em plena construção, mas nosso aporte à Agenda 21 nacional foi significativo, através de proposições e olhares críticos que possibilitaram também escrever uma agenda da EA, além da tessitura da agenda 21 escolar. Um outro destaque é o Coletivo Jovem de Mato Grosso (CJMT), liderado majoritariamente por universitários, com acolhimento aos estudantes do ensino médio e com forte articulação nacional e internacional. Engajados na plataforma política do governo federal, “Vamos Cuidar do Brasil”, atuam também nas escolas, participando da I Conferência Infanto-Juvenil do Meio Ambiente Pantaneiro (SATO, 2006), e convém sublinhar o papel relevante destes jovens que em suas irreverências, possuem compromissos que podem dar sustentabilidade aos chamados “dinossauros” da EA da década de 60, ainda em plena liderança no Estado.

Atualmente, a Lei Estadual da Educação Ambiental (7888/00) deve ser revisitada, com a coragem de permitir que o Programa Mato-Grossense de Educação Ambiental (ProMEA), acene sua dinâmica de mutação. Novos projetos em parcerias, redes, comissões e coletivos educadores formam uma grande comunidade de aprendizagem nos setores escolarizados e também em territórios

não escolarizados, construindo a escola e seu entorno, através de Organizações Não Governamentais, instituições governamentais, empresas, escolas, artistas e sujeitos. Cumpre ressaltar que no ano 2005, a REMTEA e o FORMAD realizaram conjuntamente uma audiência pública com o Ministério do Meio Ambiente, reforçando o papel da sociedade civil na participação democrática da construção e formulação de políticas públicas.

Na contemporaneidade dos compromissos e agendas da EA, o Coletivo Educador vem sendo construído no Programa de Formação em Educação Ambiental no Pantanal (ProFEAP), que em aliança com o estado de Mato Grosso do Sul, busca oferecer uma variedade de pratos no rico cardápio de variedades e exuberâncias dos pantanais mato-grossenses. Ultrapassando a rigidez e engessamento das tradicionais disciplinas, cursos ou palestras, o cardápio pode ser uma variação gastronômica da antropofagia oswaldiana, em comer o feio para que o belo floresça. Na meta de promover o empoderamento comunitário, basicamente através da agitação e barulho da educação popular, o coletivo educador se arranja na composição de tons e semitons que matizam Mato Grosso e seus Municípios Educadores Sustentáveis (MES). A proposta dos MES descentraliza as políticas, permitindo que as políticas sejam desenhadas conforme necessidades e limites das biorregiões. A ordem na desordem pode ser percebida na exuberante e bela natureza, mas ameaçada em seus impactos; ou no sabor das expressões culturais, ameaçadas pelo efeito globalização que padroniza as identidades.

Uma outra frente em EA veio no Projeto “Mato Grosso Sustentável e Democrático (MTSD)”, inicialmente liderado pela UNEMAT Tangará da Serra, Grupo de Estudos sobre Reforma Agrária (GERA) e UFMT. A meta era diagnosticar o estado da arte da EA em espaços escolarizados e não escolarizados, através da fonte de consulta dos organismos da educação formal, bem como ONG. Entretanto, a ausência de financiamento foi determinante em encolher o universo, e conjuntamente com a SEDUC, conseguimos um vasto panorama da EA escolar. É sobre este contexto que o presente texto decorre seu olhar fenomenológico.

PARTITURAS

Através dos relatórios entregues pelas 27 secretarias de educação de cada estado brasileiro, o Ministério da Educação (MEC), em conjunto com o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), lançou um amplo diagnóstico acerca do estado da arte da EA nas escolas (VEIGA, AMORIM & BLANCO, 2005). A análise documental, que não contou com uma pesquisa empírica, revela que a EA acompanha a evolução do número de escolas do ensino fundamental, apontando um aumento na promoção da EA de, aproximadamente, 72% no ano 2001 para 95% em 2005. Em Mato Grosso, este número sobe de 57% para 94%, em sintonia com o cenário nacional. Comparando regiões urbanas e rurais, o saneamento aparece como proposta da EA, sem referência à saúde, ambas dimensões transversais nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN). Inscreve-se nesta proposta da Agenda Marrom, o tema mais popular da EA no cenário internacional: os resíduos sólidos, com ênfase exagerada na Pedagogia da Reciclagem, que favorece a coleta seletiva do lixo sem reflexão da inadequação do modelo desenvolvimentista da sociedade global. A coleta seletiva, geralmente em latas coloridas que indicam as características dos resíduos sólidos, aponta a preocupação do destino final do lixo, e isso não pode ser encarado como meta da EA, uma vez que o consumo já foi realizado e o resíduo representa um problema que não foi evitado.

Se conseguirmos transcender da “Pedagogia da Reciclagem” à “Pedagogia dos 3 R (Redução, Reutilização e Reciclagem)”, alertaríamos sobre importância da reflexão crítica dos modelos de desenvolvimento, evidenciando as disparidades sociais desassociadas das complexidades ambientais, desde que o consumo exagerado de poucos gera a miséria da maioria da civilização humana. Algumas pessoas se segregam e dialeticamente são segregadas na vida dos lixões, à mercê das políticas ineficientes que corroboram a exclusão social e o prejuízo ambiental. A história do *Homo sapiens* revela que os danos ambientais recaem, majoritariamente, nas camadas economicamente desfavorecidas e a Rede Internacional da Justiça Ambiental conclama os direitos e a possibilidade de vidas dignas, através de táticas que promovam a inclusão social com proteção ecológica.

A análise quantitativa de relatórios esconde de qual EA estamos tratando, desde que inúmeras atividades em datas comemorativas, conteúdos abordados nas

ciências naturais e geografia, ou atividades pontuais de plantar árvores podem ser compreendidas como práxis da EA. Tornou-se, assim, imperativamente importante realizarmos um diagnóstico mais local, que pudesse oferecer uma interpretação mais qualitativa do estado da arte da EA mato-grossense. No ano de 2004, a Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso (SEDUC) encaminhou um denso questionário às escolas públicas, com o objetivo de lançar um olhar mais crítico à práxis educativa, além de promover encontros e conhecimento empírico das realidades escolares. O retorno de 52% dos 5 mil questionários encaminhados às escolas, valida a fidedignidade do espaço amostral, que abarca vários municípios de áreas indígenas, rurais e urbanas. Embora com a maioria numérica de escolas urbanas (69%), e com a clara divisão entre os efetivos e contratados, cumpre ressaltar que das 22 escolas indígenas do Estado, tivemos o retorno de 14 escolas, evidenciando a participação e interesse indígena, que merece especial atenção na formulação de políticas educacionais.

Admiravelmente, a maioria dos questionários foi respondida por professoras e professores com formação em Pedagogia (22%) e Letras (20%), contrariando a tradicional presença de disciplinas como a Biologia (18%) ou a Geografia (10%). Uma outra agradável surpresa foi a presença de 10% de questionários respondidos por professores de Matemática, área tradicionalmente alheia as dimensões ambientais, e cujas dificuldades pedagógicas são debatidas mundialmente no enfoque da EA. A área de História expressa sua relevante participação na EA com uma representação de 9%, e surge, inclusive, a disciplina de Educação Física, embora com representação de apenas 1%. Abarcando várias outras disciplinas (10%), as escolas mato-grossenses demonstram que a temática ambiental compreende uma polissemia de sentidos e interpretações e que as fronteiras do conhecimento podem ser superadas, através do engajamento responsável de todos os cidadãos. Este resultado valida a preocupação mundial com o ambiente, desafiando as fronteiras do saber ao tratamento transdisciplinar requerido à EA.

O diagnóstico revela que a leitura de 50% de professoras e professores traz o ambiente como um lugar para se viver, cuja territorialidade deve ser protegida e cuidadosamente valorizada. 18% ainda mantêm a percepção da instrumentalização, e consideram que a EA seja uma mera ferramenta para solucionar os dilemas ambientais como as queimadas, monocultura ou perda da

biodiversidade. Embalados pelos desejos da proteção ecológica, talvez estes professores não consigam enxergar os campos epistemo-praxiológicos próprios da EA. Em contraposição a este olhar, 16% buscam a construção de sociedades sustentáveis, inscritos nos desejos da participação democrática à promoção da inclusão social e da proteção ambiental como fatores conjugados dos processos educativos (figura 1).

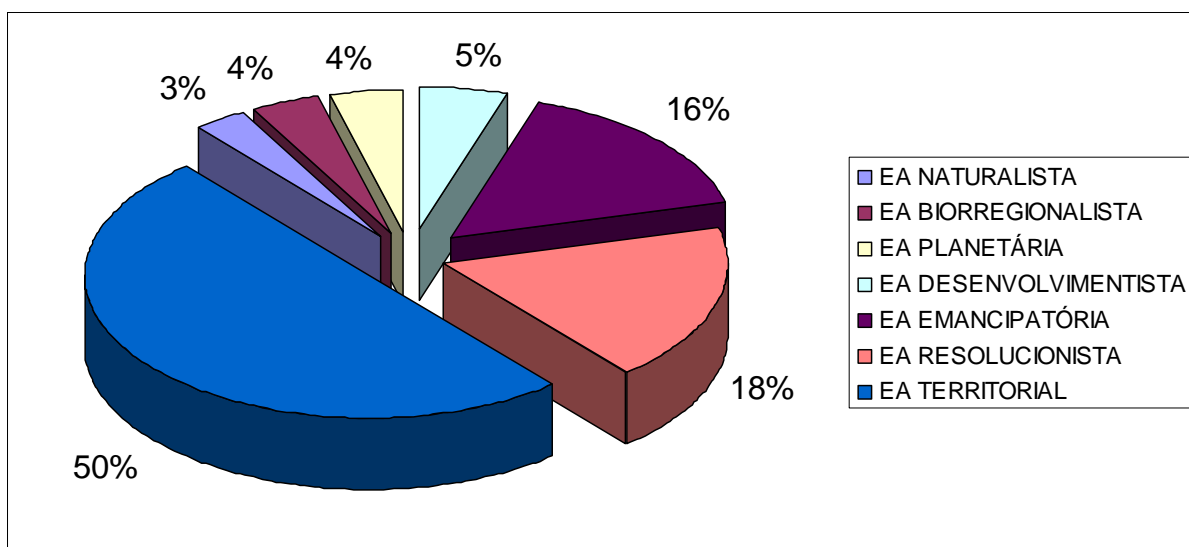


Figura 1: Olhares da EA

Na década (2005-2014) que se orienta mundialmente pela “Educação para o Desenvolvimento Sustentável (EDS)”, é um conforto constatar que apenas 5% dos professores compreendam a EA como elemento desenvolvimentista. O desenvolvimento foi sempre orientado através de visões dominantes do poder, com falhas históricas e dúvidas existenciais (FIELD, 2006). As orientações hegemônicas internacionais, em particular as relacionadas com os programas educativos da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional (FMI), insistem em globalizar os discursos e padronizar os diferentes. No contexto fenomenológico, é evidente que as orientações, ou os ‘pacotes’ vindos de cima devam ser rejeitados, porque não são partes intrínsecas das identidades dos sujeitos que atuam na EA. Se 4% dos professores compreendem a dimensão ambiental em sua globalidade planetária, muitas vezes conclamando que Gaia é um planeta vivo, há que sublinhar que outros 4% conclamam a terra, a água, o fogo e o ar da biorregião como fatores prioritários à incorporação da EA.

Apenas 3% ainda percebem a EA associada aos elementos da natureza, entretanto, esta pequena porcentagem contradiz os cartazes e narrativas apresentados durante a I Conferência Infanto-Juvenil do Ambiente Pantaneiro, realizada no final do ano de 2005. Sob a coordenação da SEDUC, do MEC, da UFMT, do Centro de Pesquisa do Pantanal (CPP) e do CJMT, cerca de 100 escolas pantaneiras participaram da conferência expondo cartazes que evidenciavam a esmagadora visão da EA naturalista. As narrativas dos estudantes revelavam um banquete do belo, com cantos de insetos, revoar de borboletas, exuberância de flores e árvores, plumagens de pássaros ou percursos dos rios, bastante distantes da existência humana (SATO, 2006). Entretanto, num contexto mais genérico, talvez as professoras e os professores estejam se esforçando para superar o “mito moderno da natureza intocada” (DIEGUES, 1994), buscando construir uma trajetória da EA que aposte na utopia de um ‘outro mundo possível’. Afinal, na arquitetura de várias sociedades sustentáveis, devemos superar os desafios inerentes ao processo da educação. E o desejo de uma transformação social com cuidado ecológico pode também ser constatado pelo alto índice de devolução dos questionários, evidenciando a participação nos processos de políticas públicas para o fortalecimento da EA no Estado de Mato Grosso.

As dificuldades para inclusão da EA nas escolas são sublinhadas principalmente pela ausência de materiais pedagógicos, o que orienta a formulação de políticas públicas que estimule a produção de materiais locais com ampla divulgação como plataforma das políticas de EA. Um segundo problema concentra-se na escassez de processos formativos, iniciais e continuados, que acarreta diversos outros problemas como: inabilidade em se trabalhar em grupo ou formar parcerias; redimensionar o currículo às temáticas transversais; compreender os conceitos subjacentes ao campo da EA; fomentar participação comunitária nos projetos da escola; e a enorme dificuldade em se avaliar a aprendizagem no âmbito da EA, já que, por ser uma proposta de vanguarda e incorporada tardiamente pelos sistemas formais da educação, os modelos de avaliação tradicionais não conseguem abarcar o processo da formação de uma comunidade de aprendizagem.

Considerações sobre ausência de recursos, ou infra-estrutura escolar precária são outros aspectos apontados como obstaculizadores à EA. Obviamente, referendar a EA é também considerar o trabalho docente e sua trajetória salarial, já que ela não é uma ilha isolada de um continente em crise. Entretanto, as políticas

devem orientar as agências de fomento para melhor divulgação, com facilidade no cumprimento dos editais, desde que mesmo em condições de financiamento às atividades da EA, distanciam-se das realidades escolares em função do excessivo engessamento burocrático. Os eventos devem estimular a participação dos professores com trabalhos, pois estes garantem a visibilidade, divulgação e conhecimento das inúmeras experiências que pulsam e embelezam o Estado, mas que paradoxalmente se fragilizam pelo seu anonimato.

Para a análise das temáticas abordadas nas escolas, orientamo-nos pela construção da Agenda 21, e nesta divisão, a Agenda Verde lidera com 35% por meio de vivências relacionadas com a proteção da biodiversidade, preocupações com a queimada, integridade ecossistêmica, cuidados nas matas ciliares ou preocupação com as indústrias madeireiras e a monocultura. Incorporamos as atividades relacionadas com hortas e jardinagens, temas bastante comuns nos programas de EA do mundo todo (figura 2). O fato de a Agenda Verde superar a Agenda Marrom (30%), contrariando o diagnóstico nacional com atividades excessivas relacionadas ao saneamento, lixo ou esgoto, pode evidenciar a notória percepção dos danos ambientais no Estado, despertando a sensibilização da comunidade escolar em não segregar a qualidade de vida dos aspectos naturais. Cuidados com a comunidade do entorno escolar, valorização da cultura através de mitos ou expressões artísticas revelam o compromisso da Agenda Social (21%) intrinsecamente relacionado com a dimensão ambiental.

Os componentes da Agenda Azul (13%) evidenciam a preocupação e cuidado com a água, nascentes, rios e olhos da água, numa das regiões mais ricas do potencial hídrico do planeta, na presença das bacias do Alto Paraguai, Platina e Amazônica. Todos os ecossistemas mato-grossenses, quais sejam, a Amazônia, o Cerrado e o Pantanal são paisagens com intrincadas tessituras de ligação e, se um elo for danificado, todo o sistema poderá entrar em colapso. 6% das temáticas carregam proposições de fortalecimento da legislação, busca de energia alternativa ou construção da educomunicação, uma nova tática que consagra a formação e a informação em movimentos circulares de transmissão e recepção, na ultrapassagem do produto informacional à valorização dos processos formativos, e, essencialmente, na responsabilidade sócio-ambiental que edifica uma Nação.

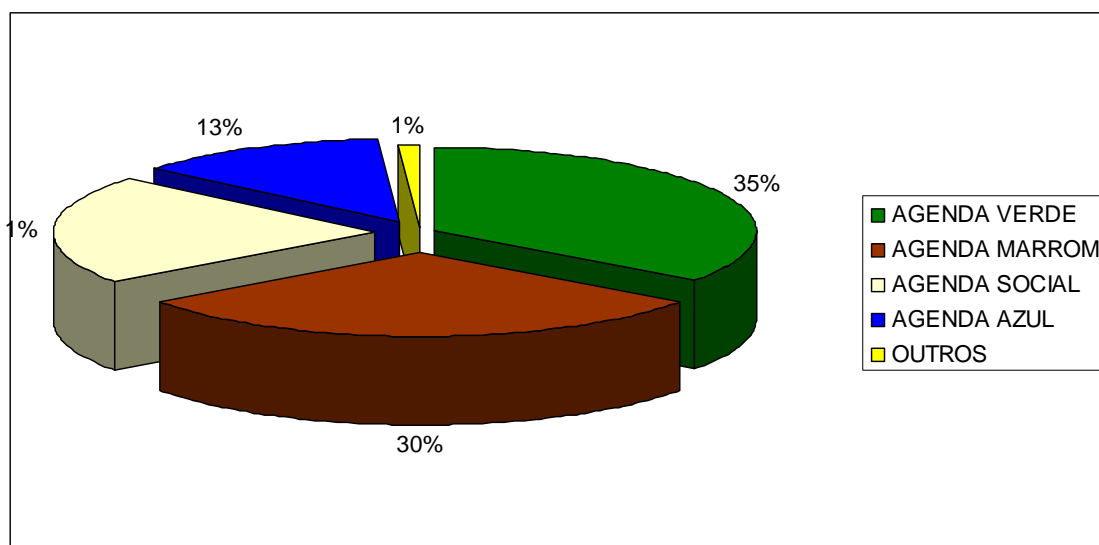


Figura 2: Temáticas abordadas

Embora a maioria das respostas indique que os sujeitos envolvidos nas atividades da EA sejam de coletivos de professores e estudantes, muitas vezes com o envolvimento de toda a escola, inclusive com a comunidade do entorno, as aulas expositivas aparecem como estratégia mais utilizada pelos respondentes do diagnóstico. Dificulta, desta maneira, compreender como as aulas são oferecidas aos membros da comunidade ou funcionários da escola, já que é uma estratégia restrita ao âmbito da sala de aula. Reforçando o paradoxo, os livros didáticos surgem como principal recurso utilizado, absolutamente na metade das respostas obtidas. Informações dos veículos de comunicação de massa; trabalhos de campo; palestras com especialistas; acesso à internet; documentos e diálogos possíveis em eventos da EA constituem como demais recursos utilizados nas vivências em EA (figura 3).

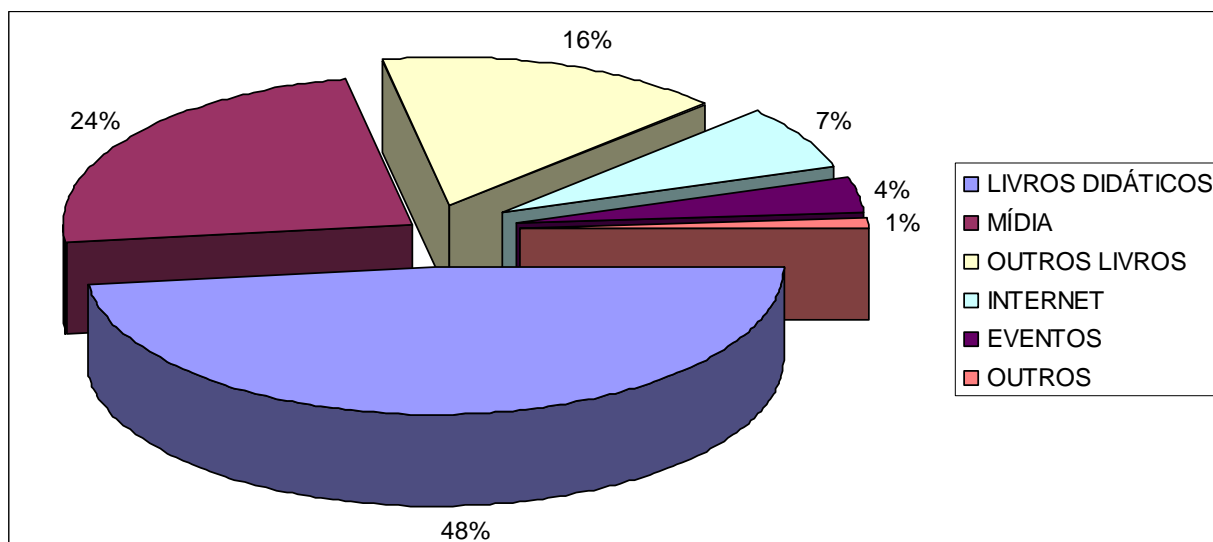


Figura 3: recursos mais utilizados

As estruturas educadoras como parques urbanos, museus, ou unidades de conservação são pouco citadas, talvez fruto da demasiada burocracia exigida nos trabalhos de campo, na ausência de tempo ou na inabilidade em se trabalhar na perspectiva de multirreferências, agregando mais de uma área do conhecimento às atividades da EA. Somado a estes fatores, não há sistematização coerente que possibilite a divulgação destes centros de EA, inviabilizando a utilização destas estruturas como potenciais aliadas à práxis pedagógica da EA.

Embora diversos materiais, publicações, jogos ou multimídia sejam divulgados cotidianamente, tais recursos ainda estão distantes da vida pedagógica das escolas, demarcada pelo uso excessivo dos tradicionais livros didáticos. Estudos sobre os livros didáticos (LD) evidenciam que o valor de um texto é determinado pela qualificação do educador (SATO, 1992). A formação crítica na qualificação docente possibilita que a professora, ou o professor, execute sua tarefa com louvor, desde que sua formação possibilitará lançar um olhar aguçado às tendências, ideologias ou erros conceituais de qualquer LD. Por outro lado, um bom livro jamais fará um bom professor, pois o valor e a aceitação da EA vão depender da capacidade emancipatória da formação intelectual do educador. É fundamental, portanto, que as políticas públicas incorporem o processo de formação permanente na práxis educativa.

Para além dos recursos pedagógicos e processos formativos, entretanto, há que considerar a importância de um desenho dos Projetos Políticos Pedagógicos

(PPP), perspectivando a dimensão ambiental nos currículos escolares, e não apenas nas paixões movidas pela militância da luta ecológica. A institucionalização da EA não representa seu engessamento, desde que a causa ambiental transcende os espaços escolares e solicita um currículo fenomenológico mais amplo (PASSOS & SATO, 2002), que se inscreva na produção e reprodução de culturas das diversas sociedades sustentáveis. “Educar, na perspectiva libertária e demais tendências pedagógicas que dialogam no campo crítico, é emancipar-se, exercer ativamente a cidadania, construir democraticamente as alternativas possíveis e desejadas” (LOUREIRO, 2004, p. 35). Assim, é preciso fortalecer as políticas públicas que favoreçam a construção dos Projetos Ambientais Escolares Comunitários (PAEC), que aliem a dimensão escolarizada ao saber popular, e que sobremaneira, resgatem a função revolucionária do processo pedagógico à capacidade de mobilização, para que a democracia seja participativa e não meramente representativa.

CLAUSURA

A morfologia da EA não é austera, mas sua fisiologia é legítima e dinâmica, e muitas vezes, assemelha-se à teia de aranha, na metáfora weberiana da cultura que é tecida por dentro, externaliza-se e sustenta a sobrevivência humana. Se um fio se solta do emaranhado de fios e novelos da teia, a aranha então comanda a operação de resgate, buscando táticas que possam fiar novos tecidos na trama flexível da EA. A teia construída sofre intempéries de chuva, ventania e poeira. Entretanto, superando o caos, busca em seus labirintos, seu caminhar ao horizonte, superando obstáculos no equilíbrio e na dinâmica do ciclo da vida e da morte. Em síntese, o estado da arte da EA no estado de Mato Grosso sempre foi desenhado através dos princípios de:

- Trabalhos dialógicos em parceria;
- Privilégio da mediação pedagógica em situações de conflitos;
- Reconhecimento das multirreferências e na existência de saberes populares e científicos;
- Aceitação de um enfoque emancipatório, complexo e crítico;
- Reflexão filosófica por uma ética menos antropocêntrica;
- Respeito à diversidade biológica e à diferença cultural e étnica;

- Competência em aliar o local com o global;
- Descentralização das ações, fortalecendo os municípios;
- Adequação de propostas biorregionais, contextualizadas nos limites e potenciais de cada grupo social ou território;
- Proposta de transversalizar a EA em projetos, programas, currículos e instituições;
- Conhecimento e liberdade autônoma dos sujeitos e instituições através de pactos éticos;
- Adoção dos princípios à construção de sociedades sustentáveis, por meio de ampliação das parcerias interinstitucionais e intersetoriais.

O fortalecimento da EA como programa de políticas públicas representa uma guinada conceitual e prática em direção à consolidação da função social da educação, propriamente dita, que poderá convergir para um genuíno compromisso com a participação para a desejada transformação social e responsabilidade ecológica. Poderá ser um momento de inauguração histórica, na aliança dos protagonistas atuantes do estado, que sob compromisso social, mantêm seu foco na dimensão ambiental do Estado.

Ao trazer a História da EA, reescrevemos a memória, ainda que incompleta e faltando detalhes do movimento, como um canto que floresce transportando-a na tradição, desafiando o fluxo do tempo e despertando novos sentidos e formas da EA. A memória viva recria o movimento da EA na capacidade de domar o fluxo temporal e no inexorável ciclo de sua própria existência. Nada jamais conseguirá fazer com que a EA se desvie da aventura que escolheu. O movimento ecológico foi, e continuará sendo definido por grupos diferenciados com instrumentos capazes de tocar músicas muito distintas em sistemas e compassos muito específicos. Não é esta a lógica que sustenta o aparelho do pragmatismo, porque a história não se movimenta por lógicas, mas por interesses. E as correlações de forças são mutáveis.

A meta esmiuçada, ponto de partida para a construção da EA, é o grande desafio de quem se aventura a trabalhar em um grupo com diversos interesses. Refazer e criar os desejos de esperanças, como sentido gerador no tempo, é a ação de ofício de quem se arrisca a domar e a desvendar a EA. A inspiração incita a ação de desfazer e desconstruir a trama, algumas vezes amorosamente tecida por

diversas mãos, por outras vezes, violenta contra as agressões que ferem a liberdade. A EA representa, desta maneira, malhas frágeis de conflito que necessitam de cuidados na dinâmica da cultura e da natureza. Representa uma viagem de constantes tessituras que se tocam e se articulam mutuamente, não na sobreposição de uma ou outra opinião, mas na tensividade de sua complementação.

É no ritmo e na pausa deste desejo de transformação que a EA se põe em circularidade, onde os perdedores das armas nem sempre são derrotados da esperança e onde a utopia se inscreve na ousadia de correr os riscos, pois somente aqueles que se aventuram em territórios ameaçados compreendem a dimensão da vitória. São estes os compromissos da Educação Ambiental que ousa propor seu programa desenhado pela democracia, na participação dos diferentes segmentos do Estado que não se sobrepõem, nem se recusam a dialogar nesta construção, mas que, sobremaneira, quer complementar suas diferenças e competências no caldo vigoroso que torna Mato Grosso especial na sua tessitura da Educação Ambiental.

INSTRUMENTOS MUSICAIS

BRASIL, Ministério do Meio Ambiente; Ministério da Educação. **Articular, fortalecer e enraizar a Educação Ambiental para um Brasil de todos**. Brasília: Órgão Gestor da Política Nacional de Educação Ambiental - MMA/MEC, 2005.

CARSON, Rachel. **Silent spring**. Boston: Houghton Mifflin Company, 2002 (40ªed).

DIEGUES, Carlos. **O mito moderno da natureza intocada**. São Paulo: Hucitec, 1994.

FIELD, Sean. Developing dialogues: the value of oral history. In: **Encyclopedia of Life Support Systems (EOLSS)**. Oxford: UNESCO, Eolss Publishers, [<http://www.eolss.net>] [Retrieved February 6, 2006].

LOUREIRO, C. Frederico. Problematizando conceitos em Educação Ambiental. In SERRÃO, M.; ALMEIDA, A. (Orgs.) **Educação, ambiente e sociedade**. Vitória: Centro de Educação Ambiental, CST, 2004, p. 29-51.

PASSOS, Luiz Augusto; SATO, Michèle. Educação Ambiental: O currículo nas sendas da fenomenologia Merleau-pontyana. In SAUVÉ, L.; ORELLANA, I. et SATO, M. (Dir.) **Sujets choisis en éducation relative à l'environnement - D'une Amérique à l'autre**. Montréal: ERE-UQAM, 2002, Tome I: p. 129-135.

SATO, Michèle. **How the environment is written** - a study of utilisation of environmental education textbooks in Brazil and England. Norwich: 1992, 211p. M.Phil. Thesis, School of Environmental Sciences, University of East Anglia.

SATO, Michèle; PASSOS, Luiz Augusto; MALDONADO, Carlos. Mato Grosso Writes Its Earth Charter. CORCORAN, P.; VILELA, M.; ROERINK, A. (Eds.) **Toward a sustainable world: The Earth Charter in action**. Amsterdam: Kit Publishers, 2005, 85-95.

SATO, Michèle. Jovens transbordantes em mundos suspensos. In: GHEDIN, E.; GONZAGA, A.; BORGES, H. (Orgs.) **Currículo e práticas pedagógicas**. Rio de Janeiro: Memvavmem, 2006, p.26-38.

VEIGA, Alinne; AMORIM, Érica; BLANCO, Maurício. **Um retrato da presença da Educação Ambiental no ensino fundamental brasileiro**: o percurso de um processo acelerado de expansão. Brasília: MEC & INEP, 2005.



Capítulo 3. PERCEPÇÕES SÓCIO AMBIENTAIS

“A educação ambiental deve estimular e potencializar o poder das diversas populações, promover oportunidades para as mudanças democráticas de base que estimulem os setores populares da sociedade. Isto implica que as comunidades devem retornar a condução de seus próprios destinos”.

10º Princípio do Tratado de Educação Ambiental para as Sociedades Sustentáveis. e Responsabilidade Global.

Referência Bibliográfica: PEDROTTI-MANSILLA, Débora E. P. & SATO, Michele. Construindo esperanças nas políticas públicas socioambientais por meio da participação democrática nos territórios mato-grossenses. In: **Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental FURG**. Volume 23 JUL-DEZ/2009.



Foto: César Andrade

CONSTRUINDO ESPERANÇAS NAS POLÍTICAS PÚBLICAS SOCIOAMBIENTAIS POR MEIO DA PARTICIPAÇÃO DEMOCRÁTICA NOS TERRITÓRIOS MATO-GROSSENSES.¹⁰

Débora E. Pedrotti-Mansilla¹ & Michele Sato¹

Resumo – Nos cenários de degradação ambiental do Estado de Mato Grosso é necessário que se estabeleça diálogos entre as escolas, comunidades e governo para a construção e implementação e avaliação de Políticas Públicas de Educação Ambiental. Este artigo objetiva compreender os olhares dos Gestores dos Centros de Formação dos Profissionais da Educação Básica da Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso sobre políticas públicas, ambiente e educação. A metodologia utilizada é a pesquisa qualitativa e participativa. O artigo nos traz indícios que o caminho a ser trilhado à construção de Políticas Públicas de Educação Ambiental nos espaços escolarizados deve ser balizado pela participação social, desde o seu processo de construção (proposição inicial) até a sua avaliação.

Palavras Chave: educação ambiental, políticas públicas e participação

Abstract – In the scenarios of environmental degradation in the state of Mato Grosso is necessary to establish dialogue between schools and government communities for the construction and implementation and evaluation of Public Policies for Environmental Education. This article aims to understand the views of the Management of Training Centers for Professional Basic Education State Department of Education of Mato Grosso on public policy, environment and education. The methodology used is qualitative research and participatory. The article brings evidence that the way to go to the construction of Public Policies for Environmental Education in the spaces should be marked out of school for social participation, from the construction process (proposition) to be assessed.

Keywords: environmental education, government and participation

¹⁰ REF: PEDROTTI-MANSILLA, Débora E. P. & SATO, Michele. **CONSTRUINDO ESPERANÇAS NAS POLÍTICAS PÚBLICAS SOCIOAMBIENTAIS POR MEIO DA PARTICIPAÇÃO DEMOCRÁTICA NOS TERRITÓRIOS MATO-GROSSENSES**. Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental FURG. ISSN 1517-1256, v. 23, julho a dezembro de 2009.

1 – Iniciando o Diálogo nos cenários mato-grossenses...

Os cenários de degradação ambiental e social não são novos no Estado de Mato Grosso. Fragmentos da história apontam que a exploração do ambiente remonta desde o período colonial do Brasil. Até mesmo a idéia da criação da Capitania de Mato Grosso, em março de 1748, motivou-se, dentre outros fatores, pela descoberta de jazidas de ouro e diamantes na região (SIQUEIRA, 2002, p. 40).

Na época que remonta ao Império, esta Capitania se torna Província, em função da intensa navegação fluvial. Inúmeros produtos eram exportados para o mercado europeu. A matéria prima era exportada *in natura*. Por volta de 1790 se instala no Brasil a cultura cafeeira (Ouro Verde) e traz um intenso panorama de substituição da vegetação natural. Neste mesmo período se introduz no Estado a cultura da cana-de-açúcar, advinda do litoral do país, dando origem aos engenhos e usinas mato-grossenses.

Nas décadas de 30 a 70, quando do Movimento Marcha para o Oeste, mudanças drásticas incidiram na alteração da paisagem mato-grossense, ocasionando a explosão de um grande processo predatório.

Nas décadas seguintes, o panorama de degradação ambiental se intensifica resultando no surgimento de inúmeros impactos ambientais, que permanecem e são enfrentados pela população até os dias atuais (PEDROTTI & SATO, 2008, p.101).

Porém é nas décadas de 80 e 90 que temos uma maior extensão de áreas desmatadas. Dados revelam, com nitidez, o altíssimo índice de áreas naturais que foram alteradas e impactadas, até 1992. No entanto, um dado alarmante é que entre os anos de 1992 a 2003, a área desmatada no Estado corresponde a aproximadamente 76% (12.826,746 ha) da área total desmatada até 1992 (MULLER, 2006, p.66).

O cenário do uso indevido e indiscriminado do ambiente se acentua na atualidade com a liderança do Estado no ranking nacional de maior produtor de soja, com uma área plantada em torno de 5,68 milhões de hectares¹¹, preocupante do ponto de vista ecológico, já que com o incremento da agricultura mundial

¹¹ http://www.cnpso.embrapa.br/index.php?cod_pai=16&op_page=294 acesso em 26/08/2009

“ecossistemas de todo o mundo têm sofrido significativas ameaças” (TOWNSEND et al, 2006, p. 478).

Recentemente o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais¹² – INPE registrou no primeiro trimestre de 2009, que MT foi o estado com mais áreas desmatadas, isso considerando somente a Amazônia. Este índice aumenta se a ele agregarmos os dados do desmatamento geral do Estado.

Embora esta pesquisa não responda aos dilemas socioambientais e nem se tem a visão utilitarista da “resolução de problemas”, é inegável que a educação ambiental carrega marcas de lutas fora das arenas científicas. Associada aos movimentos sociais, a vanguarda da educação ambiental é também liderança na academia. Por isso, esta pesquisa científica conjuga-se aos ideários políticos da mudança do mundo, pois a educação ambiental por nós desejada:

Configura-se como uma luta política, compreendida em seu nível mais poderoso de transformação: aquela que se revela em uma disputa de posições e proposições sobre o destino das sociedades, dos territórios e das desterritorializações. Que acredita que mais do que conhecimento técnico-científico, o saber popular igualmente consegue proporcionar caminhos de participação para a sustentabilidade através da transição democrática (SATO, 2003. p.4)

A transformação da sociedade passa pela Educação que busca garantir que os sujeitos atuem e escrevam suas Histórias modificando-as e sendo modificados por ela de forma a buscar alternativas para o nosso modo de vida e organização em sociedade (LOUREIRO, 2006, p.149). A dimensão política da Educação Ambiental (EA) nos possibilita trilhar pelos caminhos dos diálogos de saberes.

Mas como estabelecer esses diálogos entre a escola e a sociedade? Uma tática para oportunizar esses diálogos é a mobilização da sociedade civil junto a escola, proposição apresentada pelo Projeto de Educação Ambiental (PrEA) da Secretaria de Estado de Educação do MT, que reivindica a construção do Projetos Ambientais Escolares Comunitários (PAEC).

A intencionalidade dos PAEC é a de oportunizar espaços de participação democrática na busca da tessitura da construção coletiva, de forma a ampliar a relação dialética escola-sociedade. Os projetos são inscritos na intencionalidade de contribuir para o diálogo e a valorização dos conhecimentos das comunidades e

¹² http://www.inpe.br/noticias/noticia.php?Cod_Noticia=1847 acesso em 09/06/2009

escolas, compreendendo que nestes diálogos, possivelmente não tenhamos uma única verdade, mas um conjunto de saberes entrelaçados que se conjugam e são construídos em comunhão (SENRA, 2009, p. 94).

Os Projetos Ambientais Escolares Comunitários (PAEC) são uma provocação ao isolamento das escolas, que enclausuradas em suas verdades, projetaram um saber descontextualizado do cotidiano da comunidade escolar. Compreendemos que a escola não pode ser uma ilha isolada do continente em crise, e que ela necessita forjar meios para dialogar com os espaços fora de seus muros. Mas, a comunidade também necessita saber que ela não pode estar alheia aos processos educativos de seus filhos, e ambas, escola e comunidade, necessitam dialogar educativamente à construção de projetos ambientais, considerando que o diálogo verdadeiro abrirá possibilidades para aprendizagens mutuas.

O cenário escolar não é fácil. Rodriguez (2001) estuda a descentralização e autonomia da escola pelo viés do Fundo de Manutenção do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF) e alia os números do financiamento com a política educacional. Sem se inscrever no discurso de que a técnica determina a política, isto é, que a escola deva ser tecnicista para que sua política avance, o artigo revela a desorganização quando o assunto é autonomia e descentralização por meio financeiro. Por outro lado, vale sublinhar que os pacotes pedagógicos chegam não apenas por parte do governo, mas também pelas universidades, organizações não governamentais (ONG) e demais instituições, “entupindo” a escola de ofertas, e na maioria das vezes, sem nenhuma ajuda financeira ou processo formativo de acompanhamento que promova a sustentabilidade das políticas locais

As possibilidades de melhorar a participação no controle público são também fortemente determinadas pelas condições gerais de atraso e autoritarismo que caracterizam a genealogia histórico-estrutural da sociedade brasileira. Os Conselhos do setor educacional são fortemente limitados por este contexto (RODRIGUEZ, 2001, p. 55).

Na busca pela amplitude da participação social, e da ampliação do diálogo entre governo e sociedade nas instâncias decisórias, é preciso operar uma mudança de foco da dimensão institucional para a dimensão política (participação) nos processos de construção de Políticas Públicas. Um exemplo desta mudança foi o processo de articulação do Grupo de Trabalho de Mobilização Social (GTMS),

quando da discussão do Zoneamento Sócio Econômico Ecológico do Estado de Mato Grosso (ZSEE/MT), proposto por duas Secretarias de Estado, de Planejamento [SEPLAN] e de Meio Ambiente [SEMA], o ZSEE/MT traz em seu bojo competente mapa ecológico e econômico.

O ZSEE fruto de um longo processo de estudos e planejamentos, permaneceu no papel durante quase 20 anos e tornou-se mais eloquente no início do debate das audiências públicas lideradas pela Assembléia Legislativa. Do ponto de vista ecológico e econômico, a consistência é excelente, todavia, a parte social carecia de dados e propostas mais locais, de acordo com a realidade e narrativas dos habitantes em diversas localidades. Para colaborar com o ZSEE, o Grupo Pesquisador em Educação Ambiental (GPEA) da Universidade Federal de Mato Grosso, assumiu a liderança em promover um seminário para traçar o mapa social do Estado. Em parceria com diversas instituições do GTMS, foram convidadas 250 lideranças de diversos grupos sociais, que também discutiram as diretrizes sociais, melhorando o documento que compunha a parte social do ZSEE.

Entre as lideranças, contávamos com a participação do Sindicato dos Trabalhadores do Ensino Público de Mato Grosso (Sintep/MT) que tem articulação política histórica no Estado. Parceria que foi fundamental nos debates e na publicação do caderno pedagógico ZSEE, que, “traduzindo” a linguagem muito técnica do documento territorial, foi amplamente divulgado e facilitou a compreensão da proposta por parte do grande público.

Exaltar a necessidade de participação e o controle social do segmento educação, essencialmente fundamental e médio, requer considerações diversas que estão além de criticar os professores por sua imobilidade. Transcendendo o legado histórico do autoritarismo, o momento de incertezas trouxe paralisia no cenário neoliberal do individualismo e competição. No bombardeio de inúmeras intervenções nas escolas, na maioria das vezes incipiente ao cenário biorregional, o professorado se fecha pela própria defesa e dificilmente acredita ser a mola propulsora de mudanças, ainda mais num momento onde ele é apontado como culpado de tudo.

Se no plano pedagógico o cenário é de incertezas, o que dirá de políticas estruturantes relacionadas com a dimensão ambiental. Movidas pelo imaginário do desenvolvimentismo, igualmente presente no autoritarismo neoliberal, as pessoas estão longe da ética biocêntrica que acolhe outras formas de vida para além da humana. Sem perceber a ligação intrínseca entre dilemas ambientais e exclusão

social, a educação ambiental ainda é um desafio que carece constantemente de avaliação, revisão e inovação para que os cenários globais e locais consigam dialogar, tornando o ato pedagógico local de cada escola uma contribuição a toda sustentabilidade planetária.

Nossas inquietações frente ao cenário das Políticas de Educação Ambiental se somam a dos pesquisadores do GPEA/MT, que atuam nos territórios mato-grossenses por meio da pesquisa científica e envolvimento na luta do movimento ecológico. As buscas pela compreensão dessas inquietações são importantes no contexto da pesquisa, já que as respostas encontradas contribuirão na construção da proposição de uma guinada epistemo-praxiológica que garanta a educação ambiental nas escolas e comunidades do Mato Grosso, proposição da nossa tese: Porque os profissionais da educação e a sociedade em geral não participam ativamente da construção de Políticas Públicas? Há compreensão do que são Políticas Públicas? A dimensão ambiental esta presente no sistema de Ensino do MT?

2. Reflexões necessárias na busca pelo Caminho

Este artigo objetiva compreender os olhares sobre políticas públicas, ambiente e educação de 12 sujeitos que atuam frente aos Centros de Formação Continuada no território mato-grossense.

Como parte da tese de doutoramento que ora desenvolvemos cujo foco principal da pesquisa é a construção de um olhar crítico sobre as políticas públicas de educação ambiental no âmbito da educação escolarizada no Mato Grosso, a compreensão desses olhares irá contribuir para a proposição de uma guinada epistemo-praxiológica que garanta a educação ambiental nas escolas e comunidades dos territórios mato-grossenses.

Nesta construção muitas inquietações e hipóteses sobre a participação da sociedade nas políticas públicas, e a ampliação do diálogo entre comunidade, escola e governo nos acompanham: O que impede a nossa participação? Considerando a politicidade da Educação porque não vemos professores participando nos processos de construção das Políticas Públicas? Seria conformismo? Ou a perda da esperança

em políticas democráticas? Que táticas podem levar ao estabelecimentos destes diálogos?

A sociedade brasileira passa por um momento de imobilidade coletiva, pois o projeto neoliberal incita o isolamento competitivo, tal fato é comprovado pela falta de participação da sociedade nos sindicatos, associações e instâncias coletivas.

Sobre a imobilidade social Dagnino (2004, p. 95,96) salienta que há uma confluência perversa imposta à sociedade, na última década, entre projetos políticos distintos envolvidos no processo da construção democrática brasileira. De um lado está o projeto que teve origem na luta empreendida contra a ditadura militar e concretizada com a Constituição de 1988, com princípio na participação da sociedade nas instâncias decisórias e o compartilhamento do poder do Estado com a sociedade.

O outro projeto se configura no processo global de adequação das sociedades ao modelo neoliberal e traz em seu bojo a manifestação de um projeto de Estado mínimo, se caracteriza pela isenção do papel do Estado garantidor de direitos, por meio da diminuição das suas responsabilidades sociais transferindo-as, mesmo que sutilmente para a sociedade civil.

Em Mato Grosso, a presença do projeto neoliberal é marcante. Analisando documentos e políticas produzidos pelo governo estadual no período histórico de 2003 a 2008 sobre o meio ambiente, verificamos que a maioria deles se sustenta na idéia de um Desenvolvimento Sustentável que no contexto, nada mais é do que o velho capitalismo, que maquiado, e travestido encontra espaço e oportunidade inclusive “oficiais” (leis) para se estabelecer na sociedade (SATO, 2005, p.03).

Há, de forma geral, na sociedade um desconhecimento sobre o que seja política; ou ainda, quando se compreendem as políticas públicas, as mesmas são percebidas como programas, projetos e ação governamental, ligadas às questões partidárias. Esta pesquisa é permeada pelo conceito de Políticas Públicas como o “conjunto de ações, planejamento e, sobremaneira, presença de vários segmentos sociais e não meramente governos” (PEDROTTI & SATO, 2008, p.108).

Clama-se para que o controle social participativo reme contra o imobilismo, mas não há clareza de que maneira promove-se a participação. Compreendemos a participação como sendo aquela que acontece por meio da sensibilização, mobilização e conhecimento, no qual o sujeito mergulha na realidade da sua comunidade. Esta imersão o fortalece como sujeito de sua própria história, capaz de

pensar e agir com vistas à transformação da realidade a qual pertence (ESTRADA, 2006, p.19).

O princípio da participação articula-se na vivência cotidiana onde imprime sentido e significado a um grupo social, com vistas a construir o protagonismo deste grupo frente a sua própria história, ampliando a “consciência crítica desalienadora, agregando força sociopolítica a esse grupo ou ação coletiva” (GOHN 2005, p.30).

Outras hipóteses nos acompanham para as quais procuramos respostas que nos ajudarão a responder aos objetivos propostos neste artigo e em nossa tese: Quando a política pública é construída somente pelos governantes, dificilmente haverá participação popular? A coautoria assegura implementação da política? A política de Educação Ambiental da SEDUC MT não se sustenta porque não foi construída de forma democrática? Como nossa pesquisa poderá contribuir na mudança do cenário da implementação da educação ambiental no Estado de MT?

3. Delineando o Caminho

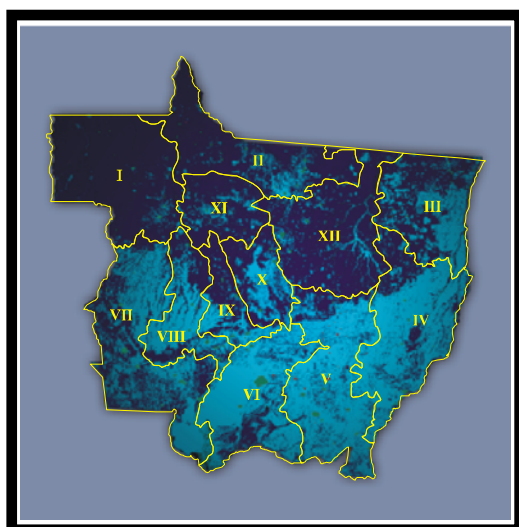
Optamos trilhar o caminho por meio da pesquisa qualitativa e participativa que se caracteriza pelo envolvimento dos pesquisadores e dos pesquisados no processo de pesquisa. Tal metodologia demanda “na mesma pessoa o pesquisador formalmente competente e o cidadão politicamente qualitativo” (DEMO, 2007, p.239), o que possibilita a união entre teoria e prática.

A identificação dos autores com o que vem sendo investigado é fundante nas metodologias participantes onde pesquisador e os pesquisados se identificam como objetos e sujeitos sociais (DEMO, 1984, p. 115). Esta junção se evidenciou no caminhar da pesquisa, onde nós e os entrevistados nos tornamos sujeitos de um trabalho comum, embora com diferentes papéis; neste desenho a pesquisa participante se configura como um instrumento a mais de reconquista popular (BRANDÃO, 1982, p.11).

Para a investigação, utilizamos da observação participante no decorrer do processo. Tal técnica foi essencial no sentido da interação com o universo pesquisado e do estabelecimento de uma relação de confiança, o que nos favoreceu neste processo é o fato de uma das autoras exercer suas funções profissionais na SEDUC/MT, e as duas participaram do processo de construção do Projeto de

Educação Ambiental, e até mesmo da tentativa de implementação do mesmo no sistema educativo. (THIOLLENT, 2004, p. 15)

O Universo dos entrevistados compõe um total de 12 Diretores dos Centros de Formação e Atualização dos Profissionais da Educação Básica (CEFAPRO), a escolha destes sujeitos ocorreu em virtude de que estes Centros se localizam nas cidades pólos das 12 Regiões de Planejamento do ZSEE/MT (Mapa 01), onde inicialmente se configurou o Projeto de Educação Ambiental. Outro fato é que os sujeitos residem e trabalham nas distintas Regiões de Planejamento, e fato mais contundente é que os entrevistados são responsáveis pela implementação das Políticas Educacionais do Estado, inclusive a Política de Educação Ambiental.



Legenda:

- Região I- JUÍNA
- Região II- ALTA FLORESTA
- Região III- VILA RICA
- Região IV- BARRA DO GARÇAS
- Região V- RONDONÓPOLIS
- Região VI- CUIABÁ
- Região VII- CÁCERES
- Região VIII- TANGARÁ DA SERRA
- Região IX- DIAMANTINO
- Região X- SORRISO
- Região XI – JUARA
- Região XII - SINOP

Figura 4 - Mapa 01 – Regiões de Planejamento¹³

Os entrevistados têm a sua formação profissional nas diversas áreas do conhecimento (Pedagogia, História, Língua Portuguesa e dentre outras), no entanto a grande maioria é formada em pedagogia, habilitação exigida para o cargo que ocupam.

As entrevistas com os gestores ocorreram somente no mês de outubro/2008 e abril/2009, após a finalização da implementação do Projeto, de forma a não incorrerem no erro de avaliarmos uma Política que não havia sido implementada. A Política de Educação Ambiental escolarizada tem início em 2005 e finaliza em 2007. Entretanto é oportuno considerar que o nosso convívio com este

¹³

Fonte: SEPLAN MT

grupo ocorreu por diversas vezes ao longo dos anos em que exercemos as atividades junto a SEDUC-MT.

A técnica utilizada para coleta de dados junto aos participantes da pesquisa foi a entrevista semi-estruturada, com objetivos claros e definidos, foi o momento no qual conseguimos estabelecer um diálogo direto com os professores, formalizando assim um diálogo aberto (NOGUEIRA, 1973, p. 111). A opção por esta técnica nos fez apresentar a todos os entrevistados a mesma seleção de perguntas abertas já que estas proporcionam uma ampla variedade de respostas e foram respondidas livremente pelos professores.

Num total de 07 questões, indagamos: 1) Qual a importância da Educação?; 2) Como o CEFAPRO auxilia a Educação?; 3) O que é ambiente? 4) Como aliar ambiente e educação?; 5) Como o CEFAPRO contribui para isso?; 6) Podemos chamar o que o CEFAPRO faz de cidadania? Por quê?; 7) O que define uma Política Pública? Como você avalia as Políticas da SEDUC MT? E as Políticas de Educação Ambiental?

Concebendo que a participação é imperativa para a construção das Políticas Públicas, e na busca por caminhos para avaliarmos a Política de Educação Ambiental da SEDUC MT o fazemos por meio da pesquisa participante em função da sua configuração, já que as transformações sociais necessitam que os sujeitos tenham acesso aos conhecimentos produzidos pelas pesquisas de forma a participar politicamente na busca pela sustentabilidade socioambiental.

4. Tessituras Necessárias ao Caminhar...

4.1 Olhares dos professores frente aos Caminhos necessários a Construção das Políticas Públicas

Participar ativamente das Políticas de Planejamento Ambiental é necessário para que possamos compreender as realidades sócio-ecológicas dos territórios mato-grossenses. Mas a abertura ao diálogo e a participação da sociedade junto as Políticas Publicas ainda é um tabu na sociedade contemporânea.

A participação da sociedade na construção das políticas é fundamental porque implica no que Faria (2003 in PEDROTTI & SATO 2008 p.98) chama de

compromisso de assinatura, a mudança de foco para a dimensão política que caracterizamos como a participação social permitiria uma atuação direta e sustentável dos sujeitos na dimensão institucional que é o processo de construção das Políticas Públicas.

Considerando a participação social nas Políticas Públicas e a diversidade sócio cultural brasileira, evidenciamos que há diferentes tipos de cultura de participação nas políticas. Na busca por compreender os olhares dos sujeitos frente as políticas públicas, neste artigo nos basearemos na contribuição Frey (2000, p. 237) que considera a existência de três tipos de culturas políticas envolvidas à construção de políticas públicas: a cultura paroquial (sem visão política sistêmica de baixo para cima); a cultura de súditos (com os cidadãos aguardando passivamente pelos resultados) e a cultura de participação, que interfere de forma ativa nos acontecimentos políticos.

Os olhares dos entrevistados coadunam com a proposição de Frey (2000) já que vem ao encontro com as três culturas citadas no parágrafo anterior: o primeiro grupo, aproximadamente 16,66 % dos entrevistados, coaduna com a cultura paroquial, trazendo em seus relatos a idéia de que a sociedade é mera beneficiária das Políticas Públicas, concebendo-as como pública, por estar a serviço da coletividade no sentido de isonomia da sociedade. Não há diferença no olhar deste grupo entre Política de Estado e de Governo, conforme verificamos na transcrição da entrevista de um dos sujeitos que compõem o grupo: *“Pra mim é tudo igual política pública e de governo. Não consigo ver diferença”*.

A Cultura dos Súditos se evidencia em 25 % das respostas. Os entrevistados compreendem que as Políticas passam a ter o caráter público quando a sociedade vê a necessidade da sua prática ou implementação. Neste caso, acenam positivamente para o cumprimento da política porque beneficia a todos. No entendimento que a implementação da política levaria a uma melhor organização da sociedade, assim deixam de ser política de governo e se tornam políticas de Estado, conforme fala do Gestor 11: *“As Políticas Públicas voltadas ao trabalho da Educação estão contempladas nos vários programas e projetos do Governo.”*.

Mas este grupo não considera, nas suas respostas, a importância da participação social na elaboração e discussão das Políticas Públicas. Mas demonstram que existe diferença entre Políticas de Estado e de Governo, já que atuam na rede de ensino há mais de 10 anos e relatam que assim que mudam-se os

governos chegam novos programas e projetos nas escolas. Assim os professores não têm a garantia da continuidade do projeto, mesmo estes apresentando resultados satisfatórios para o processo de ensino-aprendizagem, conforme a seguinte transcrição do Gestor 03: *“Há uma descontinuidade enorme de Políticas Públicas, mas acho que são as de Governo que falo agora. Há diferença entre Política de Governo e Política de Estado”*.

As diferenças entre Políticas de Governo e de Estado se estabelecem desde a concepção dos termos Governo e Estado. Os governos são transitórios e se configuram por meio de uma orientação política num determinado espaço e território, já o Estado é o conjunto de Instituições permanentes que formam um bloco que facilitam as ações do governo (HOFLING, 2001, p. 31). É necessária a construção de Políticas de Estado no sentido de garantir a continuidade das Políticas Públicas, que mesmo após o fim de governos se sustenta já que não são ações pontuais e sim programas e projetos pensados a longo prazo por meio da participação democrática.

Aproximadamente 58,34% dos entrevistados integram por meio de suas respostas a Cultura de Participação, conforme relato: *“Políticas Públicas é de todos, não só minha, mas construída, formulada junto à sociedade, de verdade, com participação cidadã”*. Consideram que a Política Pública sai da dimensão individual e se torna coletiva, quando a mesma supera a dimensão governo/partido. E passa a ser construída pela sociedade, que por sua vez deve participar ativamente do processo de construção.

Este grupo percebe que há poucas Políticas Públicas no Estado, considerando que elas rompem com a dualidade governo/Estado.

Citam o Plano Estadual de Educação como sendo a primeira tentativa de uma Política de Estado. É um plano decenal, onde houve grande mobilização e participação do setor da educação desde o processo de discussão e construção, que se deu por meio de um texto base, que foi discutido junto as unidades escolares do Estado, Conferência Estadual e em inúmeras Audiências Públicas.

Os entrevistados ponderam sobre a importância de uma maior abertura a participação nas políticas, criticam a insuficiência dos espaços democráticos e clamam pela ampliação das discussões junto coletividade.

A mudança do foco para a dimensão política (participação) no processo de construção das políticas públicas é importante no processo de compreensão da

descontinuidade das Políticas. Se as políticas não forem democraticamente construídas, com a participação da sociedade civil, elas não se sustentam. Já que os sujeitos negam a sua participação por meio do imobilismo. Considerando que habitualmente a discussão sobre as políticas abarca a dimensão somente formal (obrigatória) na promoção do debate com a sociedade. Nos processos ditos “participativos” convocados pelo governo, a proposição política geralmente se apresenta revestida com o projeto neoliberal, e convoca-se a população somente para dar um contorno democrático à proposta governamental. Assim a imobilidade se explica no sentido de que a sociedade tem uma concepção de mundo diferente do que a estabelecida na proposta governamental, e a coexistência das concepções não deixam que a sociedade se reconheça co-autora de tais políticas.

A falta dessa identidade leva ao imobilismo, pois como os professores já se sentem excluídos, tem a convicção que continuarão a ser excluídos no futuro e assim se negam a referendar tais propostas. Mesmo reconhecendo a importância da participação nas Políticas Públicas, entendemos que “este degrau da escada continua sendo uma vergonha na medida em que não oferece nenhuma garantia de que as preocupações e idéias dos cidadãos serão levadas em consideração” (ARNSTEIN, 2002, p.09).

O desenvolvimento da cultura democrática acontece por meio das ações coletivas que pensam a sociedade, as pessoas, os limites da ordem política e pública do Estado (CARDOSO NETO, 2009, p.8). A participação junto aos processos de construção de políticas públicas leva os sujeitos a refletirem sob que enfoque as proposições políticas estão baseadas, no projeto participativo democratizante, que luta pela diminuição da exclusão social, ou ao projeto neoliberal que imprime cada vez mais na sociedade mecanismos e situações de exclusão social.

Tal reflexão não é simples desde que ambos os projetos apelam para a participação popular, no entanto com lógicas diferentes. Esta dualidade leva os setores da sociedade civil a questionarem a participação frente às Políticas, afinal a participação acaba não mais garantindo o fortalecimento do projeto democrático, ao qual buscam fortalecer (DAGNINO, 2004, p 97 e98).

Neste sentido não seria conformismo da sociedade se ausentar das discussões, mas sim a perda da esperança em políticas realmente públicas e participativas, onde se identifiquem como sujeitos de direito e não só de deveres.

Porém mesmo em cenários de incerteza a busca pela participação é imprescindível, já que “aprendemos em tempos de ditadura que somos capazes de protagonizar a história que queremos construir” (JACOBI, 2002, p.12), avançando assim na construção da autonomia necessária para transformar a realidade fortalecendo desta forma os processos democráticos no país de forma a romper a cultura política dominante

Ao serem questionados sobre como avaliavam as Políticas de EA da SEDUC MT, 75% dos entrevistados alegou o desconhecimento da Política Ambiental. Este panorama de desconhecimento é inquietante, considerando que esses gestores estão à frente do Trabalho com os Centros de Formação, que disseminam as Políticas Educacionais do Estado.

Porém é importante ressaltar que o desconhecimento desta Política específica tem a ver com o que consideramos anteriormente. O Projeto de Educação Ambiental da SEDUC MT não foi construído em base democrática, o que faz dele um pacote governamental, embora seja correto salientar que o mesmo foi concebido após a realização de um diagnóstico sobre a Educação ambiental realizado na rede estadual de ensino. Outro fato que possa explicar o desconhecimento pode ser a inadequação das táticas utilizadas na sua implementação. De qualquer forma os professores da rede não se identificam com ele, ao contrário, o negam por ser uma proposta governamental.

Somente 25% dos entrevistados, relataram que conheciam a Política de EA e as suas táticas para a implementação nos currículos escolares, conforme exemplo de uma das entrevistas, transcrição abaixo:

Sobre as políticas de EA, conheço o PrEA e COM VIDA, participei de várias formações, no entanto nas escolas temos muitos problemas, mas o pior é a descontinuidade de ações de apoio ao professor e ao gestor, acho que a SEDUC deveria continuar com as ações de formação em EA, pois pra mim foram muito importantes, mas nem todos tiveram acesso (Gestor 03).

A avaliação positiva do grupo sobre a participação nas ações advindas das Políticas de EA no contexto estadual e nacional contribuiu para a sensibilização dos mesmos à dimensão ambiental na educação, quanto para o entendimento da importância da participação dos mesmos nas lutas empreendidas pelo movimento ecológico do MT.

Outro ponto importante que buscamos compreender neste artigo é como os gestores concebem aliar educação e o ambiente. Nas diversas respostas aproximadamente 40% dos entrevistados sustentam que esta não é uma tarefa fácil, ao contrário a julgam muito difícil, conforme verificamos na fala de um dos entrevistados: *“Acho muito complicado, já que a complexidade ambiental não se constrói com uma educação esfacelada em disciplina. Complicado porque envolve pessoas diferentes, e isso gera conflitos”* (Gestor 8).

A EA se baliza num paradigma nada tradicional o que contrária a lógica cartesiana que ainda hoje sustenta o trabalho da escola, esta lógica é percebida claramente pelos gestores. Outro fato são as mudanças trazidas pela EA no campo da transversalidade e da interdisciplinaridade, que não podemos negar requerem um grande e sólido conhecimento sobre as disciplinas, e a articulação das mesmas no sentido de compartilhar as suas problemáticas por meio da diversidade de seus domínios (NOAL, 2001, p.375; TRISTÃO, 2004, p.64).

Se considerarmos a fragmentação curricular, a deficiente formação de professores e os problemas inerentes ao cotidiano escolar, inclusive na dimensão das relações interpessoais, a inserção da dimensão ambiental no sistema de ensino deve ser pensada com um olhar complexo considerando todas as variáveis existentes. Porém estas variáveis impeditivas ganham destaque e soluções se a proposta for construída junto aos professores que atuam nos diversos territórios mato-grossenses. Contribuindo desta forma para a construção de uma coerência dialógica com escola e comunidade de forma buscar a proposições conjuntas na busca por soluções.

Tal afirmação encontra força quando percebemos que aproximadamente 30% dos entrevistados discorrem que a inserção da dimensão ambiental na escola é imprescindível: *“Esta é a chave, o papel da escola é de orientar e auxiliar o aluno na consciência ambiental, a escola tem que problematizar”* (Gestor 02). O papel da escola é o de construir junto à comunidade escolar, as táticas que possibilitem a sensibilização necessária para conservarmos a nossa herança cultural, natural e econômica, a fim de buscarmos a sustentabilidade local, que contribui para a sustentabilidade global (TRISTÃO, 2004, p. 66).

Mas este grupo salienta que há impeditivos para que a dimensão ambiental se estabeleça no currículo escolar. Um desses empecilhos seria poder econômico conforme relata o Gestor 06: *“Pelo interesse econômico, as pessoas*

modificam o ambiente por conta da ganância, do dinheiro mesmo. O ambiente deveria ser mantido, mas infelizmente “saco do interesse não tem fundo”. Considera que este mesmo poder econômico não tem interesse que a dimensão ambiental se estabeleça nem na Escola, tampouco na sociedade.

A inserção da dimensão política da educação ambiental nas escolas certamente iria contribuir para a abertura de momentos reflexivos onde por meio das discussões a comunidade escolar seria sensibilizada sobre assuntos como a insustentabilidade dos padrões de consumo da sociedade contemporânea, a utilização de grandes áreas naturais em detrimento do lucro de poucos, e a exaustão dos recursos naturais frente aos problemas ocasionados pelo projeto neoliberal.

A Superação da concepção dualista entre ambiente e natureza é a forma citada por 30% dos entrevistados para aliar educação e ambiente. Justificam que a tendência das ações na escola e na sociedade é a de reforçar o dualismo, conforme fala do Gestor 05: “Quando rompermos com esta dualidade que te falei, vamos estar inserido numa nova dimensão. Mas a tendência da escola é a de reforçar estes discursos”.

Romper o dualismo certamente ajudará a escola a identificar a realidade a qual está inserida. Trazendo ao bojo das discussões não somente a concepção de ambiente como natureza, mas ampliando as reflexões em torno da complexidade ambiental, trabalhando com inúmeras concepções de ambiente inseridas no bojo da comunidade escolar. Assim as escolas e comunidades protagonizariam os projetos ambientais por se identificarem com eles construindo por meio desse movimento, os sonhos coletivos na busca de um planeta de todos (SANTOS et al, 2009, p. 17).

Não há neutralidade na escola, e os diálogos mantidos com estes professores nos asseguram isso com veemência. A escola se revela reprodutora da sociedade, refletindo isso nas relações diárias entre as pessoas as quais a freqüentam (FREIRE, 1987, p.59). Os olhares dos professores se tornaram reveladores, sobre a existência dos projetos antagônicos que estão instalados na sociedade e também na dimensão educacional (GUIMARAES, 2000, p. 20). O olhar dos professores por vezes ingênuo se politiza ao longo do caminho dialógico, que inclui provocações, e mostra que a politicidade é inerente ao processo educativo.

Um exemplo de Política Pública estruturante relacionada com a dimensão ambiental é trazido neste artigo por meio do processo de discussão do Zoneamento Sócio Econômico Ecológico do Estado de Mato Grosso (ZSEE/MT), que foi mediada

junto às organizações sociais por meio da articulação do Grupo de Trabalho de Mobilização Social (GTMS).

O Zoneamento é um instrumento técnico e político direcionado ao ordenamento do espaço geográfico do Estado e ao disciplinamento do uso de seus recursos naturais. Traz o caráter social aliado ao mapa ambiental do Estado, embora inicialmente as comunidades biorregionais não se identificassem com ele¹⁴, após a realização do Seminário onde as propostas sociais do ZSEE/MT foram construídas por meio do GTMS pela sociedade civil, que promoveu curso, publicou um caderno pedagógico e mobilizou as diversas ações coletivas que rumassem aos processos democráticos de construção de Políticas Públicas, mudando o foco da dimensão Institucional para a dimensão política (participação). Não há indícios de que os governantes e os deputados consigam dar audiência as vozes dos representantes do GTMS.

Nas Audiências Públicas as discussões entre a sociedade civil e o setor do agronegócio foram permeadas de hostilidades. O setor produtivo, detentores do poder econômico, conseguiram levar inúmeros representantes deste setor as Audiências Públicas. Já a sociedade civil organizada por meio do Grupo de Trabalho dos Movimentos Sociais (GTMS), se fez presente, embora com um número menor de pessoas, no entanto extremamente corajoso, contribuindo assim para não deixar que as discussões do Zoneamento se pautassem somente no ponto de vista econômico.

Assim posto, parece que o trabalho do GTMS foi de Sísifo, isto é, uma lendária figura da mitologia grega que representa uma árdua tarefa de empurrar rochas ao pico da montanha de forma inútil, já que lá no alto, ela rolará morro abaixo pela ação da gravidade. Quando se analisa somente o produto distanciado dos processos de construção, muitas vezes podemos perceber que não houve vitória. Entretanto, o GTMS ganhou força, mobilidade e essencialmente, união entre as diversas organizações que construíram momentos de lutas com táticas participativas. Foi uma ação concreta contra o conformismo, para que o instituído se transformasse pela luta dos instituintes. Para que as políticas públicas não fossem percebidas como ação governamental, mas essencialmente que a sociedade civil

¹⁴ OLIVEIRA, H. H. Org. **Zoneamento Socioeconômico Ecológico do Mato Grosso**. Caderno Pedagógico. 2009 32p.

engajada é também autora das propostas que constituem as políticas socioambientais.

Nos cenários mato-grossenses a implementação da educação ambiental, embora emergente na sua dimensão política e transformadora, não é tarefa fácil, considerando a complexidade socioambiental dos seus territórios. A experiência contemplada por nós no processo de discussão do ZSEE/MT mostra que diversas nuances são necessárias a construção de uma Política Pública que realmente contemple a heterogeneidade dos territórios e povos mato-grossenses.

Porém um elemento estruturante para esta construção é a abertura a participação popular, no sentido de contemplarmos o olhar complexo e real dos sujeitos que habitam os diferentes territórios deste Estado.

Nesta busca é imprescindível promovermos nas escolas e por meio delas junto às comunidades, discussões sobre o mapa social e ambiental do Estado contidas no ZSEE/MT. Neste sentido o Zoneamento torna-se um instrumento importante para as escolas de Mato Grosso construir junto as suas comunidades conhecimentos que busquem a sustentabilidade local, por meio dos diálogos de saberes desta construção escola e comunidade atuam frente ao destino da sociedade e seus territórios.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Repensar a construção de Políticas Públicas é tarefa que deve ser empreendida pela coletividade. É essencial a procura por processos participativos para que a dimensão política aflore na busca pelas mudanças necessárias, no entanto é fundante garantir a participação dos segmentos sociais mais fragilizados no processo de negociação e/ou no de movimentos contra hegemônicos (GUIMARÃES, 2003, p.47) no sentido de possibilitarmos uma nova identidade de participação.

Frente às discussões trazidas neste artigo, refletimos que o caminho a ser trilhado à construção de Políticas de Educação Ambiental nos espaços escolarizados deve ser balizado pela participação social, desde o seu processo de construção (proposição inicial) até a sua avaliação. Esta participação irá conferir a Política Pública diferentes nuances socioambientais do território mato-grossense,

não na sua compreensão macro, mas com o olhar voltado para as especificidades locais (comunidades) o que torna as ações significativas para as comunidades, tornando-as co-autoras desta Política.

É necessário um fecundo processo de diálogo entre a sociedade, governo e escolas, de forma a darmos a tônica da práxis pedagógica ao processo educativo, onde se abrirá uma maior possibilidade e desejo de diálogos a participação de idéias plurais, situação a qual é fundamental para uma reflexão para uma Terra com mais responsabilidade ecológica (SATO & PASSOS, 2002 p. 01). Pois quando a população se sensibiliza e entende os propósitos políticos aos quais é convidada a participar se torna protagonista da realidade a qual tem clareza que quer e necessita transformar.

Há que se registrar aqui que mesmo com a pequena participação de professores engajados com o compromisso político do debate sobre o ZSEE/MT, a líder do movimento que deu origem ao processo de criação e mobilização do GTMS foi uma professora universitária. Neste sentido reforçamos que o espaço escolarizado é fundamental no engajamento político que desenha a utopia de MT.

Aliar a dimensão pedagógica e a ecológica em uma Política que revele a beleza e o colorido do povo e dos territórios mato-grossenses é imprescindível para a inserção de uma educação ambiental crítica e transformadora.

6 - Referências Bibliográficas

ARNSTEIN, S. R. **Uma escada da participação cidadã**. Revista da Associação Brasileira para o Fortalecimento da Participação – PARTICIPE, Porto Alegre/Santa Cruz do Sul, v. 2, n. 2, p. 4-13, jan. 2002.

BRANDÃO. C. R. **Pesquisar - Participar**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

CARDOSO NETO, O. Fe. **O Sentido Da Democracia, O Projeto Da Autonomia e a Imaginação Criadora**. UFMT in http://www.ie.ufmt.br/semiedu2009/gts/gt6/Poster/Odorico_Ferreira_Cardoso_Neto 59>. Acesso em 03/08/2009.

DAGNINO, E. “¿Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando?” En Daniel Mato (coord.), Políticas de ciudadanía y sociedad civil en

tiempos de globalización. Caracas: FACES, Universidad Central de Venezuela, pp. 95-110.

DEMO, P. **Elementos metodológicos da pesquisa participante** In BRANDÃO, Carlos Rodrigues (Org) Repensando a Pesquisa Participante. São Paulo: Editora Brasiliense, 1984. 252 p.

DEMO, P. **Metodologia Científica em ciências sociais**. 3 ed. rev. e ampl – 11 reimpr. – São Paulo: Atlas, 2007. 293 p.

ESTRADA, N. R. de A. N. **Caminhos para “resolver a vida”: Significados e alternativas de participação em uma comunidade popular da zona oeste do Rio de Janeiro**. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: UFRJ, Instituto de Psicologia, 2006.

GUIMARÃES, M. **Educadores ambientais na perspectiva crítica: Reflexões em Xerém**. Campinas: 2003, 168p. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Instituto de Ciências Humanas e Sociais, UFRJ.

GUIMARÃES, M. **Educação ambiental: No consenso um embate?** Campinas SP: Papirus, 2000.

GOHN, M. G. **O Protagonismo da Sociedade Civil: movimentos sociais, ONGs e redes solidárias**. São Paulo, Cortez, 2005. 113p.

HÖFLING, Eloísa. Estado e políticas (públicas) sociais. Cadernos Cedes, ano XXI, n.55, p. 30-41, 2001.

FREY, K. **Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil**. Planejamento e políticas públicas, n.21, jun, p.211-259, 2000.

FREIRE, P. **Pedagogia da esperança**. Um reencontro com a pedagogia do oprimido. 1987, Paz e Terra. São Paulo.

JACOBI, P. **Políticas sociais locais e os desafios da participação cidadina**. Ciência & Saúde Coletiva. vol.7 no.3 São Paulo 2002.

LOUREIRO, C.F.B. **Complexidade E Dialética: Contribuições À Práxis Política E Emancipatória Em Educação Ambiental** Educ. Soc., Campinas, vol. 27, n. 94, p. 131-152, jan./abr. 2006 149 Disponível em <<http://www.cedes.unicamp.br>>acesso em 05/06/2009

MATO GROSSO. Projeto de Lei da Política de Planejamento e Ordenamento Territorial do Estado de Mato Grosso. Disponível em

<http://www.al.mt.gov.br/V2008/Raiz%20Estrutura/Zoneamento/Mensagem%20do%20>

[Projeto%20de%20Lei%20do%20ZSEE](#) .pdf, acesso em 20/07/2009.

MULLER, Frederico Guilherme Moura. **Rodovia Cuiabá–Santarém, BR – 163, desmatamento atual e futuro: uma questão de monitoramento e controle** . Dissertação de Mestrado. UFMT. 2006. 207p.

NOAL, F. O. **Ciência e Interdisciplinaridade: Interfaces com a Educação Ambiental** In SANTOS, J. E. ; SATO, M. A Contribuição da Educação Ambiental a Esperança de Pandora. São Carlos: RIMA, 2001. 604 (Coord.). Educação: tendências e desafios de um Campo em Movimento. Brasília: UnB, ANPEd Centro-Oeste, 2008 157 p.

NOGUEIRA, O. **Pesquisa social: introdução às suas técnicas**. São Paulo: Ed. Nacional, 1973.

ODUM, E.P. **Ecologia**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1988. 434 p.

PEDROTTI, D.; SATO, M. **Políticas públicas em educação ambiental: velho vinho engarrafado por novos enólogos**. In SANTOS, Gilberto (Coord.). Educação: tendências e desafios de um Campo em Movimento. Brasília: UnB, ANPEd Centro-Oeste, 2008 157 p.

RODRIGUEZ, V. Financiamento da educação e políticas públicas. O Fundef e a política de descentralização. **Cadernos Cedes**, ano XXI, n55, Nov, 2001, p. 42-57.

SANTOS, J. E. dos; SATO, M.; ZANIN, E. M.; MOSCHINI, L. E. **O Cenário da pesquisa no diálogo Ecológico Educativo**. São Carlos: RIMA, 2009. 126p.

SATO, Michèle. **Identidades da Educação Ambiental como rebeldia contra a hegemonia do desenvolvimento sustentável**. In **XII Jornadas da Associação Portuguesa de Educação Ambiental: Educação Ambiental nas Políticas do Desenvolvimento Sustentável**. Anais. Lisboa: ASPEA, 2005, 5p. [conferência].

SATO, M. **Resenhando esperanças por um Brasil Sustentável e Democrático** [resenha]. In: Revista de Educação Pública, Cuiabá, v.12, n.22, 189-197, 2003. Disponível em http://www.ufmt.br/gpea/pub/res_brsd_mi.pdf Acesso em 01/08/2009.

SATO, M; PASSOS, L. A. **Versos e reversos da diversidade**. In: Simpósio Sul Brasileiro De Educação Ambiental & II Simpósio Gaúcho De Educação Ambiental, Anais... (Conferência de abertura). Erechim: URI, 2002, p. 115-126.

SENRA, R. E. F. **Por Uma Contrapedagogia Libertadora no ambiente do Quilombo** Mata Cavallo. Dissertação de Mestrado. Cuiabá UFMT/IE. 2009.137 p.

SIQUEIRA, E. M. **História de Mato Grosso: Da ancestralidade aos dias atuais.** Cuiabá: Entrelinhas, 2002.

THIOLLENT, M. **Metodologia da pesquisa ação.** 13. Ed. São Paulo: Cortez. 2004

TRISTÃO, M. **A Educação Ambiental na formação de professores rede de saberes.** São Paulo: Annablume; Vitória: Facitec, 2004..

TOWSEND, C. R.; BEGON, M.; HARPER, J. L. **Fundamentos em Ecologia.** Tradução de Gilson Rudinei Pires Moreira et al 2^a ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.



Capítulo 4. POLÍTICAS PÚBLICAS EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL

“A educação ambiental deve promover a cooperação e o diálogo entre indivíduos e instituições, com a finalidade de criar novos modos de vida, baseados às necessidades básicas de todos, sem distinções étnicas, físicas, de gênero, idade, religião, classe ou mentais”.

13º Princípio do Tratado de Educação Ambiental para as Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global.

Referência Bibliográfica: PEDROTTI, Débora; SATO, Michèle. Políticas públicas em educação ambiental: velho vinho engarrafado por novos enólogos. In GALVAO, Afonso; SANTOS, Gilberto Lacerda (Org.). **Tendências e desafios de um campo em movimento**. Vol. 03. Brasília: Líber Livro Editora, ANPEd, 2008. 160 p.



POLÍTICAS PÚBLICAS EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL: VELHO VINHO ENGARRAFADO POR NOVOS ENÓLOGOS¹⁵

Débora Pedrotti & Michèle Sato

RESUMO:

As políticas públicas envolvem três dimensões interligadas: a) os sujeitos envolvidos; b) o processo de construção; e c) os resultados das políticas, seus indicadores e sustentabilidade. A literatura das décadas passadas tem dado ênfase somente ao resultado final, muitas vezes como fruto de políticas governamentais e inclusive utilizando-se da educação como dogma ideológico de políticas partidárias. Este texto busca inverter os cenários, sublinhando a importância dos sujeitos ecologistas que se movem em Mato Grosso, à construção dos processos participativos das políticas públicas em educação ambiental no âmbito da Secretaria de Estado de Educação. Desta maneira, não apresenta indicadores para meramente aferir os resultados, muito menos pretextos para fazer propaganda política, mas sustenta-se na mediação pedagógica dos conflitos sociais para que o ambiente seja concebido em sua complexa envergadura político-ecológica. Rompe o antagonismo do global e do local, com ênfase em territórios mato-grossenses, inscrito no debate no eixo político mais amplo, trazendo a reflexão de significações identitárias que se estabelecem nos desejos ecologistas da sociedade mundial. Tendo o Projeto de Educação Ambiental como base de sustentação epistemológica, este texto discute a práxis da formulação de políticas públicas em Mato Grosso, no axioma ético da não-neutralidade dos sujeitos que constroem os significados da esperança, por meio da metáfora da degustação etílica do vinho, uma bebida que não serve somente aos deuses (governo), mas que também é apreciada pelos mortais (sociedade civil).

Palavras-chave: educação ambiental - políticas públicas - governabilidade.

¹⁵ REF.: PEDROTTI, Débora & SATO, Michèle. Políticas públicas em educação ambiental: velho vinho engarrafado por novos enólogos. In GALVAO, Afonso & SANTOS, Gilberto Lacerda (Org.). **Tendências e desafios de um campo em movimento**. Vol. 03. Brasília: Líber Livro Editora, ANPEd, 2008. 160 p.

Comer o vinho
beber o pão
nesta luz (natural?)
da desrazão

(Orides Fontela)

I. A VIDEIRA

Se perguntarmos a 10 pessoas sobre suas percepções acerca das políticas públicas, possivelmente teremos 10 respostas relacionadas às leis, aos decretos ou aos programas oficiais do Poder Público. No imaginário da vasta maioria, o velho vinho das "Políticas Públicas" já vem engarrafado com rótulos prontos, e normalmente servido em taças governamentais. Entretanto, a guinada conceitual de Faria (2003) contrapõe os estudos sobre políticas públicas, diferenciando os estudos antes realizados (que ainda notadamente persistem) e oferecendo novos cenários. Com ênfase nos processos de construção (dimensão institucional), movendo sua atenção gradativamente aos sujeitos (dimensão política) que participam na construção de políticas públicas, o autor considera que esta mudança de foco pode oferecer uma possibilidade do compromisso da assinatura, pois permite níveis de atuação menos pontuais e mais sustentáveis, desde que é mais acompanhada pelos seus autores.

Sob o olhar mais filosófico, Dovers (2004) considera que a Modernidade retirou a subjetividade dos sujeitos e os estudos sobre políticas públicas acentuam as instituições em função do status neutro ostentado pela racionalidade. Oferecendo uma interpretação pós-moderna, denuncia a pseudo-neutralidade e anuncia a cultura humana em seu grande desafio de aprender coletivamente, numa arena de disputas e conflitos que se estabelece na construção de políticas públicas.

Utilizando-se da metáfora do vinho, as autoras deste texto reconhecem de que há uma relação dialética entre a fermentação (instituição) e os "enólogos" (sujeitos). Este texto considera os sujeitos envolvidos, bem como os processos que promovem a fabricação de novos vinhos, por meio da recuperação histórica da política da educação ambiental em Mato Grosso, que possibilitou que o vinho

pudesse ser engarrafado por vários segmentos sociais e servido em várias taças de maneira a celebrar a participação mais ampla de políticas públicas. No grau de rebeldia da educação ambiental, queremos também transgredir contra certas ordens hegemônicas, e apropriando-se do surrealismo da poesia de Orides Fontela, na epígrafe deste texto, para comer o vinho e beber o pão, na reinvenção do que compreendemos como governabilidade e governança. No olhar de Rúa (1997), a dimensão política do processo (governabilidade) não se contrapõe às rotinas burocráticas do gerenciamento despolitizado (governança), e a essência dos estudos sobre políticas públicas não significa assumir a existência de disjunção entre estas duas dimensões. Por isso, a construção de políticas públicas requer uma constante modelagem dialógica, desde que sem temer as subjetividades, impõe também considerar a rotina, ou a morosidade burocrática imbricadas nos campos conflituosos de poder. Buscamos, assim, uma interpretação fenomenológica das políticas públicas em educação ambiental nos espaços escolarizados de Mato Grosso, contextos da Secretaria de Estado de Educação (SEDUC), em diálogos com a Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), aqui representada pelo Grupo Pesquisador de Educação Ambiental (GPEA), além da expressiva presença da Rede Mato-Grossense de Educação Ambiental (REMTEA).

O repensar a política educativa transcende ações pontuais, geralmente realizadas para medir a eficiência e a eficácia da aprendizagem como se os estudantes fossem uma *tabula rasa*, e que só as políticas temporárias de um governo pudessem registrar o veredicto tecnicista do processo ensino-aprendizagem. Sob índices quantitativos como taxa de matrícula, elevação do número de permanência na escola ou redução da repetência entre os ciclos fundamental e médio, negligenciam a qualidade educativa no pressuposto de que a exigência subjetiva ainda não é cientificamente comprovada. O estudo assume que para além das políticas setoriais de uma pasta governamental, num dado momento histórico e situado em algum território geográfico específico, a política da educação ambiental incida em contextos mais amplos, não somente pelo protagonismo de sujeitos que movem o ecologismo, mas também na maneira como a edificação política consubstancia a cidadania.

No coração do Brasil, no centro-oeste brasileiro, a acelerada urbanização e o crescimento econômico determinaram de forma abrupta modificações nos ambientes naturais. Desta forma, muitos mato-grossenses não vivem e nem tem

direito a um meio ambiente ecologicamente equilibrado, o que em primeira instância fere a Constituição Brasileira, no seu Capítulo IV, Artigo 224 (BRASIL, 1988), que determina que todo cidadão brasileiro tenha direito ao ambiente conservado, impondo ao Poder Público e sociedade civil que sua sustentabilidade seja garantida para esta e futuras gerações.

No paradoxo da constituição cidadã, a noção de "ordem e progresso" é acirrada no estado, inclusive pelo próprio poder público. Enquanto isso, diversos segmentos à margem da história sofrem os impactos socioambientais de maneira devastadora, já que as condições para uma vida digna não cresceram tanto quanto a arrecadação econômica de Mato Grosso, e os sinais do desequilíbrio se desvelam nos três ecossistemas: Amazônia, Cerrado e Pantanal. Se o *ranking* brasileiro aumenta de nível no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) no último relatório do Programa das Nações Unidas ao Desenvolvimento (PNUD), há que se considerar que o índice Gini desmascara as desigualdades econômicas, revelando as disparidades da má distribuição e da concentração de renda na minoria rica no Brasil. Mato Grosso é a miniatura expressiva deste retrato, com trabalhos escravos, exclusão social de várias ordens, além da intensificação no uso do solo, principalmente para a monocultura da soja e do algodão. A derrubada de grandes áreas de cerrado em função da agro-pecuária, a degradação dos rios e solos para a atividade de extração do ouro e diamantes, a pesca predatória, a qualidade das águas, o aumento acelerado do desmatamento, a perda de biodiversidade e a diminuição de ambientes naturais, entre outros fatores, encontram-se em território mato-grossense como um todo, atingindo também os aspectos sociais.

A concepção de ambiente ao qual nos referimos neste texto é o ambiente caracterizado pela complexidade, e de caráter eminentemente político reivindicado pela educação ambiental. É sempre importante lembrar de que a degradação social está associada aos danos ambientais, no elo indissociável que prejudica tanto a cultura como a natureza (SATO & PASSOS, 2006). E por isso, preocupa-se com os aspectos econômicos de Mato Grosso, um estado historicamente hostil ao ambiente, pela exploração da natureza e em nome da riqueza capital da minoria. Ainda que a luta ecologista exista, o pensamento da maioria orienta-se muito mais com a noção de desenvolvimento sustentada pelo mercado, e por isso, trazem prejuízos incontáveis de ordem socioambiental.

As interpretações das questões ambientais expõem de forma clara, embora isso não seja explícito na pauta pela coletividade, que uma crise pluridimensional se instala no planeta. E a problemática assinala a exaustão de um determinado modelo que a sociedade produz, desproporcional e ironicamente, com mais problemas que soluções. Historicamente todo esse depauperamento socioambiental advém de um movimento promovido pelo Governo Federal por volta de 1937, conhecido como a "Marcha para o Oeste", cuja meta era a ampliação das fronteiras econômicas e políticas do Brasil e objetivava a ocupação e colonização das terras mato-grossenses (SIQUEIRA, 2002, p.229).

A pesquisa por nós desenvolvida não tem a pretensão de fazer uma revisão do que significou o movimento "Marcha para o Oeste", mas o caracterizamos aqui como um grande processo predatório no MT, pois foram as mudanças ocorridas durante as décadas de 30 a 70 que transformaram a paisagem drasticamente. A partir destas décadas, a abertura das fronteiras agrícolas ocasionou inúmeros problemas ambientais, enfrentados até a atualidade, já que "a crise ambiental se origina no processo de desenvolvimento da sociedade moderna e está diretamente relacionada aos aspectos socioeconômicos e políticos" (RAMPAZZO, CAMPOS & MARQUES 2006, p.13). O cenário paradoxo se exacerbava entre o global e o local na década de 70, pois enquanto o mundo testemunhava as primeiras conferências internacionais do ambiente, como Estocolmo (1972), Belgrado (1975) ou Tbilisi (1977), o Brasil impregnava-se pela ditadura militar do "ame-o ou deixe-o", no ápice da marcha transamazônica, sob o atroz *slogan* que ainda pulsa forte no Estado: "integrar para não entregar".

Esta ideologia déspota ainda é tão forte que no início do ano de 2008, o norte de Mato Grosso testemunhou uma manifestação da burguesia, com panfletos trazendo as mesmas palavras de ordem da década de 70, como se um *gap* de 30 anos fosse um mero esquecimento histórico. Fazendeiros, madeireiros, pecuaristas, agricultores, Rotary Club e a própria prefeitura municipal de Juína, entre outros neoliberais, foram às ruas como se vivessem a plena aurora do golpe de 1964, ironicamente no mesmo mês de março, reivindicando a não-regulação da acumulação capitalista, desde que esta obstruía as liberdades individuais e a concorrência privada, inibindo os mecanismos de mercado. Após 30 anos da ditadura Médici, o livre mercado foi novamente apontado pelos neoliberais como o grande equalizador das relações entre os sujeitos e as oportunidades de

desenvolvimento capital da sociedade, numa clara reivindicação da elite que nega compreender que os lucros transacionais da minoria são os responsáveis pelos danos socioambientais de todo planeta.

Na recuperação filosófica sobre o antagonismo do global-local, Scherer-Warren (2006) recupera que a modernização liberal busca unificar a economia no discurso globalizador, entretanto, não pela riqueza, senão pela triunfante exclusão que fragmenta culturas e identidades. Nomeando este fenômeno como "desmodernização", o autor considera que outros pares dualistas (integração-atomização; informação e desinformação, entre outros) se projetam e interferem à cultura de participação da sociedade civil em espaços de construção de políticas públicas. Propondo uma guinada reflexiva, a proposta pós-moderna do autor tem perfil fenomenológico à mobilização política, em considerar 3 dimensões: a) os espaços identitários subjetivos de cada sujeito (monoculturalismo - EU); b) as lutas das tribos, guetos ou grupos (multiculturalismo - OUTRO); e c) a capacidade inventiva de perceber o mundo para além de nossas próprias lutas, assumindo o tecido emaranhado do mosaico internacional (interculturalismo - MUNDO).

"Aceitar o diferente", conclama a fenomenologia, porém é preciso discernir o que é diferente e o que é violência. Inscritas na filosofia de Paulo Freire, consideramos imperativo não apenas recusar o despotismo, mas lutar contra os elementos opressores que se constituem como estratégia da burguesia. Uma das táticas de luta talvez resida em romper a dualidade localizada entre a escala mundial (globalistas) e a soberania Estado-Nação (nacionalistas), dando mais atenção às políticas públicas locais, pois "a análise pormenorizada do processo no nível local pode oferecer melhor compreensão das políticas públicas" (FERREIRA, 1997, p.63), além de representar as identidades biorregionais acopladas aos movimentos de lutas.

II. O ENGARRAFAMENTO

O desafio central da pesquisa é o de construirmos um olhar crítico sobre as políticas públicas de educação ambiental no cenário nacional e estadual, com atenção especial no âmbito da educação escolarizada. Para tanto, buscamos a construção histórica e política que nos auxiliaram neste processo de avaliação e

assumimos que uma avaliação está muito além de punir os erros e premiar os acertos, mas a compreendemos como uma "verificação dos processos desenvolvidos com seus resultados, na qual permite novas orientações das ações para superação dos limites visando à manutenção das potencialidades" (SATO; TAMAIO; MEDEIROS, 2001, p.18). Não é, portanto, um exame de penitenciar os culpados ou vangloriar-se de possíveis sucessos, porém de refletir a construção de políticas públicas, gerando um campo de conhecimento que também possa contribuir com a própria educação ambiental nas escolas.

Frey (2000) considera que a formulação de políticas públicas sempre remete às 3 indagações: a) a tentativa de se avaliar uma boa plataforma política; b) a análise das forças políticas nos processos decisórios; e c) o exame da contribuição efetiva dos programas de políticas públicas. Ainda que consideremos a pesquisa à luz da produção científica, sem a visão utilitarista da resolução de problemas, é inegável que algumas perguntas ainda ecoam nos corações daqueles que buscam tecer a educação ambiental para além da academia.

A postura crítica das pesquisadoras consiste em aliar as perguntas de Frey (op. Cit.) às três dimensões conectadas à abrangência da proposta, quais sejam: produção de conhecimento pela pesquisa; avaliação das políticas públicas pelo histórico mato-grossense; e a promoção da educação ambiental pela militância ecologista. Em outras palavras, à luz de novos conhecimentos, manter a contribuição cidadã na construção de políticas públicas, e possibilitar que a militância ecologista consiga mudar a vida, reinventando a paixão. Sob uma perspectiva não estruturalista, talvez possamos recuperar a vocação política weberiana, pois "ser apaixonado é, acima de tudo, um elemento do líder político" (WEBER, 1979, p.116), e que não retira o caráter da responsabilidade pessoal e coletiva da luta. A pesquisa apaixonada, assim, sai de seu enclausuramento científico, projetando-se sob as esteiras políticas e retirando qualquer primazia hierárquica, busca corroborar o fortalecimento da educação ambiental dentro e fora da escola.

No porão da adega, oriunda da videira que cresceu entre a lucidez e o inebrio causados pelo vinho, algumas taças se quebraram frágeis, mas outras ainda se mantem intactas. A velha safra parece ter sido excessivamente amarga ou espumante demais para ser degustado à la carte. Quiçá um tinto de "sapere" possa indicar o **sabor**, mas também o **saber** de uma guinada política que consiga

examinar o *bouquet*, para que novas safras envelheçam ao paladar de novos rótulos de esperanças.

O processo da fermentação e engarrafamento do vinho contou com a pesquisa qualitativa bibliográfica, por meio das receitas disponíveis em forma de publicações, documentos etílicos e alquimia bibliográfica de velhos e novos itens adicionados no cardápio durante a leitura desta pesquisa documental. Primeiramente, assim, a colheita de uvas ocorreu por meio de dados descritivos, e "enfaticamente mais o processo do que o produto" (BOGDAN & BIKLEN, 1994, p.281). A maneira de engarrafamento do vinho considerou textos já existentes sobre a avaliação da política ambiental, uma vez que revelam cardápios já experimentados e tornam-se imprescindíveis aos novos processos (SILVA, 2001). Esta construção investigativa parte de um cunho mais teórico e menos empírico, porém não a torna menos importante. Estudos históricos são investigações documentais que possibilitam a releitura do mundo e que oferecem novas posturas práticas. Focando a necessidade de revisitarmos as referências bibliográficas concernentes às políticas já definidas e vigentes no cenário nacional e internacional, uma consideração mais específica considerou o solo mato-grossense como um território de lutas e com coragem de ousar a guinada ao desenho de políticas públicas.

Além da pesquisa bibliográfica, ressaltamos nossa participação em instâncias colegiadas, como a comissão interinstitucional de educação ambiental (CIEA) de MT, bem como a Rede Mato-Grossense de Educação Ambiental (REMTEA), além do envolvimento direto com os Coletivos Jovens de Meio Ambiente. Também salientamos nossa participação efetiva em eventos que tiveram como proposta a construção de políticas públicas em educação, como foi o fórum que desenhou o plano decenal de educação para o estado de MT e que referendou os princípios do Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e de Responsabilidade Global em suas políticas. Nosso envolvimento nestas instâncias consubstancia olhares mais críticos para além da pura leitura, oferecendo magnitude de compreensão aprimorada à pesquisa ora em desenvolvimento, como proposta de tese de Doutorado na Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), como pesquisa no âmbito do Grupo Pesquisador de Educação Ambiental (GPEA) da UFMT, além da militância pela REMTEA.

A luta ecologista em MT não é coisa fácil, desde que o incremento da constatação e consciência ambiental reforçou os conflitos entre os interesses

econômicos e ecológicos, forjando arenas de disputas entre os desenvolvimentistas e ecologistas. É imperativo sublinhar que a pesquisa não é neutra, tampouco as pesquisadoras e, portanto, carrega as paixões da militância acopladas aos desejos das ciências, no tecido fenomenológico que se constitui situar-se no mundo, agindo nele, com ele e para ele.

Queremos ir além do neo-institucionalismo que busca compreender somente o funcionamento das instituições para medir a eficácia e que conclama pela cidadania do direito, preferências e recursos. Em contraponto, queremos construir uma cidadania do dever, e destarte, coincidimos com os olhares de March & Olsen (1995) com o foco de responsabilidade que ultrapassa os projetos de individualismo, inscrevendo-se em movimentos coletivos de construção política. Seria importante considerar, neste contexto, que a exigência científica da pesquisa inclui as instituições envolvidas na formulação de políticas ambientais, mas jamais exclui a possibilidade da atenção das pesquisadoras, envolvidas no *front* do processo, o que talvez possibilite melhor compreensão das políticas, mas que mantem seus campos ideários longe de serem imparciais.

III. A ADEGA

A essência do vinho não é somente de produzir cheiros ou revolucionar o mundo em suas transcendências, mas talvez recriar uma poética do meio que possibilite um sabor híbrido mais palatável. Ora sóbria, ora embriagada, oscilando entre bagaços e frutas, a pesquisa quis produzir um efeito de rolha, onde examinando rótulos, o velho vinho pudesse ser engarrafado por novos enólogos da educação ambiental. A usina onde foi realizada a pesquisa, portanto, é a adega que se torna importante ser detalhada.

Com uma área de 903.357.908 km², Mato Grosso localiza-se a oeste do Meridiano de Greenwich e a sul da Linha do Equador No Brasil, o estado faz parte da região Centro-Oeste fazendo fronteiras com os estados de Mato Grosso do Sul, Goiás, Pará, Amazonas, Rondônia e um país, a Bolívia. Há a incidência de três bacias hidrográficas: Amazônica, Tocantins-Araguaia e Platina. A divisão política administrativa se caracteriza por 141 municípios, que estão distribuídos nos três

ecossistemas que compõem o Mato Grosso: Floresta Amazônica, Pantanal mato-grossense e o Cerrado (MULLER, 2006).

A diversidade cultural do pantanal é expressa nas danças, lendas, mitos, músicas, festas, culinária e mesmo o linguajar, é muito peculiar da região. Os mitos e lendas locais estão diretamente ligados à dinâmica das águas, já que as comunidades estabelecem uma relação cotidiana com os elementos naturais constituintes da paisagem pantaneira. A região tem sua estrutura fundiária de grandes propriedades voltadas para a pecuária em suas áreas alagadiças, desta forma não há no pantanal um processo de crescimento populacional. No entanto, no planalto o padrão de crescimento urbano foi acelerado e desordenado, e as cidades que surgiram não tem infra-estrutura adequada para minimizar os impactos ambientais. E a poluição causada e por estes centros urbanos são despejados na planície pantaneira, que recebe os sedimentos e resíduos do Planalto[3].

A Amazônia é reconhecida como a maior floresta tropical existente, equivale a 1/3 das reservas de florestas tropicais úmidas e provavelmente é símbolo da ecologia da floresta de todo o mundo. No seu território contempla 1/5 da disponibilidade mundial de água, apresentando-se como um bioma extremamente complexo e simultaneamente muito delicado. Todos os elementos a compõem estão intimamente ligados como uma teia. É constantemente alvo de disputas entre madeireiros, fazendeiros ou agricultores para sua devastação, e abriga os povos indígenas, seringueiros, populações biorregionais ou ribeirinhos que tentam não se sucumbir ao processo desintegrador e que ainda conta com um minguido de ecologistas dispostos a lutar pela conservação da floresta. Infelizmente, porém, é a porção mato-grossense que vem sendo mais ameaçada pela queima oriunda da monocultura, pecuária e extrativismo vegetal.

O cerrado é considerado o mais rico dos biomas com rica biodiversidade florística do Brasil. Até a década de 50, os Cerrados mantiveram-se quase inalterados, porém a partir da década de 1960, com a interiorização da capital e a abertura de uma nova rede rodoviária, o cerrado deu lugar à pecuária e à agricultura extensiva. Essas mudanças ocorreram por meio da implantação de novas infra-estruturas viárias e energéticas, bem como na descoberta de novos usos desses solos regionais, dando vazão às novas atividades agrárias rentáveis sem consideração à biodiversidade, ora drasticamente alterada. Os danos mais impactantes ocorreram durante as décadas de 70 e 80, quando houve um rápido

deslocamento da fronteira agrícola, com base em desmatamentos, queimadas, uso de fertilizantes químicos e agrotóxicos, que resultou em 67% de áreas do Cerrado altamente modificadas, com voçorocas, assoreamento e envenenamento dos ecossistemas. Restam apenas 20% de área em estado conservado. A partir da década de 1990, governos e diversos setores organizados da sociedade debatem como conservar o que restou do Cerrado[4].

A população do Estado estimada pelo Censo 2007[5] é de 2.854.456 habitantes. Se analisarmos e compararmos o aumento da população de MT, verificaremos que em 16 anos (1991 a 2007) houve um aumento demográfico aproximado de 40%, caracterizando um estado com alto *pool* migratório. Embora com toda a extensão territorial, o aumento da população humana é preocupante, já que as áreas urbanas são as que mais demandam consumo sobre o ambiente, em função dos gastos em energia, planejamento, produção alimentar, ou infraestruturas básicas de vida urbanizada. Se por um lado houve crescimento populacional, por outro houve também crescimento da produção agrícola, fato que gera aumento da arrecadação no Estado, mas não que não se reverte em qualidade de vida da população, e o que verificamos é a disparidade na distribuição de renda, e a injustiça ambiental que assola o território e suas identidades.

Ainda que a literatura, especialmente a internacional, revele que a densidade demográfica seja um dos grandes impactos ambientais, é emergencial perguntar para qual região estamos considerando este fenômeno. De fato, ao considerarmos o tempo de existência da Terra e os atuais 7 bilhões de habitantes, a curva exponencial do crescimento populacional é assustadora. Mas não é o tamanho da população que demarca impactos ambientais, já que, examinado os níveis de consumo e as taxas de poluição, será fácil identificar que os países mais ricos (menor densidade populacional) são os maiores causadores dos danos socioambientais do planeta. Os últimos dados da Convenção de Quioto, por exemplo, denunciam o grave problema de emissão de gás carbônico (CO₂) pelos países industrializados, como os Estados Unidos da América (EUA) ou Austrália, dois países com controle demográfico, mas que se recusaram a assinar o protocolo das mudanças climáticas.

Num estudo econômico energético, Ignacy Sachs (*apud* SATO, 1997) comprova que o déficit energético gerado no planeta advém principalmente do alto consumo e não da densidade demográfica. Comparando os níveis de consumo da

energia comercial, por meio de uma fórmula matemática que afere os impactos ambientais, este economista francês especialista em assuntos brasileiros divulga que os EUA (baixa demografia) apresentam um impacto ambiental muito maior do que a Índia (alta demografia). Diversos outros estudos revelam que o déficit ecológico está na dependência dos níveis de consumo, para além do tamanho populacional, pois é o excesso de consumo da minoria que afeta a biocapacidade planetária.

No mesmo paradoxo, o estado de MT é considerado uma rica porção brasileira em termos de Produto Interno Bruto (PIB). Porém, para além da renda per capita, será necessário lançar a pergunta sobre a distribuição, já que aparente riqueza desaparece do chão da maioria, sendo concentrada nas mãos da elite. Os danos ambientais se relacionam diretamente com a cultura mato-grossense, desde que o conjunto de vida se interliga e estabelece uma teia conectada com todos os elementos da Terra. Por isso, a educação ambiental aqui percebida faz parte do elo político mais intrincado da sociedade humana, ainda que não se despeça da proteção da biodiversidade, bacias hidrográficas ou fisionomias florísticas. As paisagens da educação ambiental constituem, assim, um cardápio de vários glutões, especialistas ou *chefs* no sabor político da guinada conceitual que busca denunciar as disparidades socioambientais, mas sobremaneira, quer anunciar uma nova mirada para pensar e fazer a educação ambiental sob a invenção da democracia, inclusão social e proteção ecológica.

IV. A FERMENTAÇÃO

Nos dicionários da língua portuguesa, encontraremos a definição de políticas públicas como meros programas de ação governamental, inclusive com o uso da palavra "enformar", no sentido de dar forma à plataforma do governo (HOLANDA, 1986, p. 1109; HOUAISS, 2001, P.2253). Entretanto, outros autores tem tentado trazer um debate mais participativo, evocando uma relação dialética entre governo e sociedade:

A palavra política origina-se do grego e significa limite. Dava-se o nome de polis ao muro que delimitava a cidade do campo; só depois se passou a designar polis o que estava contido no interior dos limites do muro... Quando entendemos política a partir da origem do termo, como

limite, não falamos de regulação sobre a sociedade, mas de uma regulação dialética sociedade- Estado que favoreça a pluralidade e a igualdade social e política (SORRENTINO et al, 2005, pág. 288).

É famosa a tragédia de Sófocles, que vive o dilema entre o público e o privado da sociedade grega. Entre os desejos individuais do lugar verdadeiro de felicidade, nomeado por Moore como utopia, haverá também que se construir um local coletivo de esperanças, a que Foucault denominou de heterotopia (SATO & PASSOS, 2006). Buscando transcender o dilema tardio de Platão, entre o uno e o múltiplo, compreendemos que Políticas Públicas se referem ao conjunto de ações, planejamento e, sobremaneira, presença de vários segmentos sociais e não meramente governos.

Sobre o debate das diferenças entre Governo e Estado, Höfling (2001) considera que Estado é o conjunto de instituições permanentes que formam um bloco que facilitam as ações do governo, enquanto Governo é o conjunto transitório de programas e projetos que parte da sociedade, configurando-se como uma orientação política num determinado espaço, território e opções. Isso implica dizer que consideramos as políticas públicas sob a esteira da democracia, com regulação da sociedade civil, por meio de sua efetiva participação. Não há, no caso desta tese, a regulação SOBRE a sociedade, mas a instituição de direitos e deveres sobre assuntos de bem comum COM a sociedade. Na compreensão de que a palavra PÚBLICA transcende o caráter individual e coletivo, Rua (2005) considera que a dimensão pública é dada pelo tamanho do agregado social, mas essencialmente pelo seu imperativo caráter político.

As políticas públicas, entretanto, não afastam o papel do Estado, nem do Governo. Pelo contrário, torna-se emergencial rever seus papéis à luz de uma dimensão contemporânea que exige novos diálogos à construção de uma Nação. O papel do Estado é redistributivo, dessa forma toda e qualquer política pública proposta deve consolidar a equalização da sociedade considerando os aspectos sociais, ambientais, políticos, históricos, econômicos e culturais. Indubitavelmente o panorama brasileiro é de intensa dualidade nos conflitos das diferenças sociais, o que pede atuações emergenciais na busca da superação do caos social vivido pela população e, aqui em especial, pelo povo mato-grossense.

Se tradicionalmente as políticas públicas são postas na vazão da racionalidade técnica, há que se considerar de que o velho vinho não pode apenas

se apresentar em novas garrafas, mas necessita ser revisada desde sua concepção, permitindo que novos temperos acenem para um paladar mais apurado à degustação do banquete. Assim, diversos autores (SATO, 1997; FERREIRA, 1997; LAYARGUES, 2002; JACOBI, 2003; SORRENTINO et al, 2005; TAMAIO, 2007) tem tentado debater as políticas públicas no pretexto de uma guinada conceitual que encaminhe a prática da educação ambiental de forma democrática, pois além de manter o foco na dimensão do Estado, amplia seus cenários para que a participação e o controle social seja plataforma da cidadania do dever (não meramente do direito) concretizando o fortalecimento da educação ambiental.

Acreditamos que um bom exemplo foi a Lei 9795/99 e o Programa Nacional de Educação Ambiental (ProNEA), que de maneira bastante democrática, diversas vezes conseguiram suas audiências nas propostas para manutenção, alteração ou inclusão de pautas específicas. A REMTEA teve papel relevante neste processo, por meio de Grupos de Trabalho instituídos entre seus elos, do qual o GPEA é, atualmente, seu aro mais forte. Na construção do Programa Nacional de Educação Ambiental (ProNEA), o Órgão Gestor de Educação Ambiental do Brasil, composto pelos Ministérios da Educação (MEC) e do Meio Ambiente (MMA), realizaram meios de consultas públicas.

O ProNEA não tem ações de execução, mas representa um marco legal e estruturante da EA. É um documento teórico que apresenta e propõe diretrizes, princípios, missão e objetivo da EA. De acordo com a publicação, trata-se de um programa que propõe um constante exercício de transversalidade para internalizar a educação ambiental no conjunto do governo, nas entidades privadas e no terceiro setor, por meio de espaços de interlocução bilateral e múltipla. Portanto, é um programa balizador e orientador para a EA (TAMAIO, 2007, p.86).

Paralelamente ao movimento da construção da Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), no apagar das luzes do ano 2002, Mato Grosso também teve a Lei Estadual de Educação Ambiental Nº. 7.888/2003. Entretanto, sem nenhuma participação dos educadores ambientais, nem dos enólogos, a lei foi uma vergonhosa cópia da nacional. A Lei foi proposta pelo então Deputado Moacir Pires e sancionada pelo Governador do Estado Blairo Maggi em 09 de Janeiro de 2003, conforme Diário Oficial da União da mesma data. O processo de discussão não permeou a construção de diálogo com a sociedade civil organizada, e nem com o

movimento ecologista do Estado. A Política então é considerada autoritária e não reflete os anseios dos educadores ambientais mato-grossenses.

O neo-intitucionalismo parte do pressuposto de que a impossibilidade da escolha estratégica é determinada de forma decisiva pelas estruturas político-institucionais, ou seja, os governantes (FREY, 2000). Mas a governabilidade democrática é muito eficiente se houver diálogo na coalizão política. No olhar crítico de March & Olsen (1995), o processo criado pelos sujeitos sociais, suas identidades, significados e direitos não é exógeno à governabilidade, porém central a ela.

A construção da democracia não é tarefa fácil, mas foi graças aos participantes da REMTEA que a formação da Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental (CIEA) teve sua constituição paritária entre governo e sociedade civil. Após sérios confrontos, a CIEA vence as mazelas do autoritarismo e em 2005 promove uma ampla consulta à construção do Programa Mato-Grossense de Educação Ambiental (ProMEA), alicerçada em marcos regionais e pelo processo participativo. Sob a liderança da atual Secretaria de Estado de Meio Ambiente (SEMA), e a presença de diversas outras secretarias e pastas governamentais, a construção do ProMEA teve também a participação paritária de diversos organismos não-governamentais, como sindicatos, universidades, redes e empresas.

Por meio de uma oficina, as proposições do ProMEA foram lançadas, discutidas, registradas e depois escritas, sendo o documento final submetido à aprovação da própria CIEA. Ainda no âmbito das Políticas Estaduais de MT, o atual governo sustenta um Programa Integrado de Educação Ambiental gerido pela SEDUC, pelo Instituto de Defesa Agropecuária e pela própria SEMA. Desde 2003, estes órgãos deveriam planejar ações conjuntas em educação ambiental, mas infelizmente ainda é uma realidade não exequível no Estado. Contudo, seria injusto afirmar de que nada foi feito em termos de políticas governamentais. Ainda que pesem as críticas, o Governo tem ações interessantes e meritorias que demarcam as ações ao longo dos anos, independente da política partidária que se estabelece nas épocas das eleições. A descentralização da equipe de Educação Ambiental, a possibilidade de formação continuada e a participação dos seus funcionários aos eventos da educação ambiental, por exemplo, vai revelando uma escuta mais sensível pelos governantes.

No *mea culpa* ideológico, vale lembrar de que somente a presença da sociedade civil não assegura boas políticas, desde que muitos dos movimentos

sociais ainda estão enfraquecidos. Recuperando as sábias palavras de Touraine (1989), há uma densa diferença entre o movimento e o movimentismo, principalmente no contexto político brasileiro. Este segundo é caracterizado por um movimento cujas práticas se evidenciam fracas, pois dispõem de um grau reduzido de consciência e organização. Disso decorre a importância de estabelecer os diálogos nas arenas de disputas, sendo capaz de perceber as diferenças e transcendê-las, ainda que as identidades imanentes tenham que abrir mão de alguma coisa, e o pacto de negociação assegurará a inclusão de diversos segmentos à tessitura democrática da educação ambiental. Os inevitáveis conflitos podem ser negociados por meio da mediação pedagógica que não necessita da síntese hegemônica, muito menos de consensos que retiram as diferenças, mas de uma dialética conflitante repousada na arte de "com-viver" com os diferentes. Afinal, o inimigo possivelmente é outro.

No campo da Educação escolarizada, a SEDUC tem ação pautada exclusivamente no âmbito formal orientado pelo Projeto de Educação Ambiental (PrEÁ). Por meio de convênio com a UFMT, além da participação da secretaria municipal de educação de Cuiabá e membros da REMTEA, a SEDUC propõe algumas linhas de ações: a) produção de material educativo e o fortalecimento dos sistemas de educomunicação; b) a formação inicial de estudantes com auxílio do Coletivo Jovem de Meio Ambiente de Mato Grosso (CJMT); c) o processo de formação de professores e membros da comunidade; e d) a ousadia em transformar as ações de intervenção educativa em processos de gestação educativa pelas próprias escolas e seu entorno (MATO GROSSO, 2004).

Sob a orientação dos Projetos Ambientais Escolares Comunitários (PAEC), a meta é aliar a escola à comunidade (e vice versa), rompendo a linha segregadora que torna o currículo da escola alheia ao currículo da vida. Para isso, conta com a formação de professores, estudantes e membros da comunidade em processos de coletivos educadores ambientais. No bojo da dinâmica de aprender em ciranda, a SEDUC conta com a participação de parceiros da sociedade civil, e acata as orientações do Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e de Responsabilidade Global, inicialmente desenhado durante a Eco92 e que se encontra em pleno movimento de revisitações e transformações. Um momento posterior desta pesquisa deverá criar alguns indicadores que possam avaliar as políticas do PrEÁ. Todavia, a atual etapa investigativa considera os possíveis fatores

processuais, propostos pelos sujeitos sociais, que conduziram à consolidação das políticas públicas em educação ambiental em Mato Grosso.

Frey (2000) argumenta que existem 3 tipos de culturas políticas envolvidas à construção de políticas públicas: a **cultura paroquial**, sem visão política sistêmica; a **cultura de súditos**, com os cidadãos aguardando passivamente pelos resultados; e a **cultura de participação**, que interfere de forma ativa nos acontecimentos políticos. Reconhecemos, assim, que estes processos e seus protagonistas perfazem o estilo de luta da conduta política, que para além do exame de produtos e sucessos dos programas de tecnocratas, a educação ambiental consegue ser construída processualmente pela cultura de participação de seus protagonistas.

V. A DEGUSTAÇÃO

A década de 80 foi marcada por intensas transformações e ações ecologistas no Brasil. Mato Grosso contou com um grupo de artistas pela natureza, e fundou a primeira organização não-governamental (ONG) do estado: a Associação Mato-Grossense de Ecologia (AME MATO GROSSO). Embora não atuante nos dias atuais, esta ONG foi referência em todo cenário nacional, porque de sua luta, Chapada dos Guimarães foi decretada como Parque Nacional. Foi no bojo das reivindicações da sociedade civil que o decreto federal se firmou, possibilitando a criação de uma importante Unidade de Conservação.

Certamente, a década seguinte foi o divisor de águas para que a consciência ecológica pudesse ser mais revigorada no solo brasileiro, por meio da Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), realizada em 1992 no Rio de Janeiro (ECO92). Enquanto os governantes, cientistas ou os chamados "tomadores de decisão" ou "formadores de opinião" discutiam o conceito de desenvolvimento sustentável circunscrito na Agenda 21, havia um foco de resistência. No contrafórum da sociedade civil, a tônica dada era em sociedades sustentáveis, no marco do Tratado de Educação Ambiental. Outro documento alternativo que ganhou força mundial constituindo-se como um princípio ético foi a Carta da Terra, igualmente proposta pela sociedade civil e que não fere os princípios da Agenda 21.

Em Mato Grosso, a REMTEA é uma rede que nasceu em 1996, fruto das articulações iniciadas durante a ECO92, e participa de várias instâncias democráticas de formulações de políticas públicas, e inclusive representando o Ministério Público na reformulação das leis de desmatamento. Propondo encontros bianuais, alia arte, ecologia, educação e política, transversalizando seus sonhos para além do estado, e hoje contando inclusive com participantes internacionais. A SEDUC é elo da REMTEA, o que colore a pesquisa científica com significados da militância comprometida, assumindo o princípio 4 do Tratado de Educação Ambiental: "A educação ambiental não é neutra, mas ideológica. É um ato político, baseado em valores para a transformação social[6]". É neste princípio que ancoramos o olhar para que as políticas públicas sejam participativas, e que para além das ações governistas, contemple a sociedade civil à construção de um planeta sustentável, inclusivo do ponto de vista social e protegido do ponto de vista ecológico.

A avaliação de políticas públicas não se resume, assim, aos impactos efetivos de programas, projetos ou leis. Para além de indicadores que possam revelar a eficácia política, o mote da pesquisa deve revelar a potência e a capacidade da aprendizagem política, dos níveis de participação e das aspirações culturais de seus protagonistas. Höfling (2001), citando Locke, assinala que as teorias neoliberais conceberam a cidadania essencialmente aos direitos individuais, destacando a propriedade privada como direito natural. Entretanto, nada garante a função da regulação, principalmente porque o próprio capital estabeleceu as relações de classe, em suas disputas de interesses. Mas infelizmente os estudos sobre políticas públicas enfocam basicamente casos empíricos e seus resultados (RHODES, 2000), desde que os interesses da opinião pública são sempre mais dirigidos aos conteúdos dos sucessos e produtos da política, com negligência aos aspectos processuais, estruturais ou autorais.

A percepção, à guisa do epílogo destas reflexões, é que se as políticas públicas forem construídas de forma democrática, os esforços nacionais e estaduais se agregam e coadunam nos inúmeros programas e projetos de educação ambiental espalhados por este país grandioso, tanto em fronteiras como em culturas. A política educacional tem sua pauta específica, modelada pelas características singulares e necessárias à plataforma da educação ambiental escolarizada. Todavia, não se configura como ilha isolada de um continente em crise e, portanto, requer sua

revisão à luz de políticas públicas mais abrangentes. Neste sentido, a proposta dos Projetos Ambientais Escolares Comunitários (PAEC), coração da proposta da SEDUC, parece considerar os espaços educativos para além da sala de aula, e contribui de forma efetiva para a mudança que se quer da sociedade, por meio do controle social participativo.

Torna-se, assim, emergencial avaliar as Políticas Públicas propostas e delineadas pelos governos e sociedade civil, no sentido de verificar a efetividade das mesmas, focadas não apenas à cultura local, como também na proteção ecológica dos ecossistemas e suas sustentabilidades. O diálogo entre escola e comunidade torna-se importante, pois ainda que cada qual mantenha suas particularidades, são partes de um contexto político mais integrado e sistêmico. Por isso, toda avaliação de políticas públicas não deve ser pontual, setorial ou temporal. Há uma dinâmica processual, múltipla e atemporal que pode ser construída no exame das políticas. Exatamente por isso, a estrutura de um observatório^[7] de políticas públicas em educação ambiental torna-se importante, pois sua função não é apenas a de acompanhar ou noticiar, mas deve ter o papel crítico de denunciar, e essencialmente de anunciar, além de organicamente participar dos processos em suas dimensões mais amplas.

É importante frisar que há distinção entre padrões de política e de identidades singulares de certos sujeitos sociais. O esforço em dialogar entre estas duas dimensões ainda está longe de ser alcançado, pois ainda deparamos com clientelismo, paternalismo, concepção de que a crítica à instituição é pessoal ou outras faces que incorporam as contradições inerentes da natureza humana, que ao situar em esferas coletivas, acabam projetando as ações cotidianas ao grande coletivo. Para a construção de políticas públicas participativas, Dovers (2004) recomenda que a aprendizagem política deva ser: PERSISTENTE, numa perspectiva da sustentabilidade contra a pontualidade; PROPOSITIVA, no sentido de inovar as táticas de luta; SENSÍVEL, considerando os campos subjetivos de valores e ideologias; FLEXÍVEL, para que a mediação pedagógica possa se estabelecer; e INCLUSIVA, para que as políticas públicas sejam percebidas como cidadania de todos.

Como Dionísio, o deus grego do vinho, talvez possamos aprender a arte de extrair o suco da fruta, cuidando das uvas como se fossem políticas públicas que envolve engajamento participativo desde o plantio, a escolha do solo, a vindima, a

produção, o engarrafamento, o envelhecimento e a saborosa degustação. As políticas ambientais podem ser adocicadas como o vinho do Porto, ou no paladar mais apurado de quem tem preferência ao amargo, como um bom vinho tinto. No liminar da finalização deste texto sobre educação ambiental, entretanto, vale lembrar que o aquecimento global poderá causar danos ao plantio das uvas, já que a temperatura alta afetará as zonas vinícolas. É provável que a ciência e a técnica deem um jeito de resolver a situação, permitindo que o vinho continue sendo saboreado, ainda que talvez com gosto alterado. Mas a previsibilidade histórica anuncia que o custo empregado a esta tecnologia poderá elevar o preço das safras. É uma luta desde já, portanto, para que as políticas públicas também assegurem para que esta salutar bebida não se torne apenas como néctar dos deuses, mas a todos os educadores ambientais enólogos da Terra. Do contrário, o que seria dos educadores ambientais apaixonados sem sua bebida evocada por Baudelaire?

Hoje o espaço é de luzes cheio!
Sem esporas, rédeas e freio,
Vamos a cavalo a um destino
Que o vinho torna um céu divino!

(Charles Baudelaire, vinho dos amantes)

BIBLIOGRAFIA

- BOGDAN, Roberto C.; BILKLEN, Sara K. **Investigação qualitativa em Educação**. Porto: Porto Editora, 1994.
- BRASIL, Governo Federal. **Constituição Federal Brasileira**. Brasília: Governo Federal Brasileiro, 1988.
- DOVERS, Stephen. Institutional and human resources for sustainability, in *Dimensions of Sustainable Development*, [Eds. Reinmar Seidler, and Kamaljit S. Bawa, 2004] in **Encyclopedia of Life Support Systems (EOLSS)**, Developed under the Auspices of the UNESCO, Eolss Publishers, Oxford ,UK, [<http://www.eolss.net>] [Retrieved April 10, 2008].

- FARIA, Carlos A. Idéias, conhecimento e políticas públicas. Um inventário sucinto das principais vertentes analíticas recentes. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v.18, n.51, p. 21-29, 2003.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1986.
- FERREIRA, Leila. Sustentabilidade e democracia no poder local. **Sociedade e Ambiente**, ano I, n.1, p.63-79, 1997.
- FREY, Klaus. Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. **Planejamento e políticas públicas**, n.21, jun, p.211-259, 2000.
- HOUAISS, Antônio (Coord.) **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.
- HÖFLING, Eloísa. Estado e políticas (públicas) sociais. **Cadernos Cedes**, ano XXI, n.55, p. 30-41, 2001.
- JACOBI, Pedro. Educação ambiental, cidadania e sustentabilidade. **Cadernos de Pesquisa**, n.118, p.189-205, 2003.
- MARCH, James; OLSEN, Johan. **Democratic Governance**. New York: Free Press, 1995.
- MATO GROSSO, Secretaria de Estado de Educação. Caderno 1: Projeto de Educação ambiental - Preá: Múltiplas Dimensões da Educação Ambiental. Cuiabá: Tanta Tinta, 2004.
- MULLER, Frederico Guilherme Moura. **Rodovia Cuiabá-Santarém, BR - 163, desmatamento atual e futuro: uma questão de monitoramento e controle**. Cuiabá: 2006, 207p. Dissertação (mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Geografia, UFMT.
- RAMPAZZO, Sônia E.; CAMPOS, Heleniza A.; MARQUES, Ana. Reflexões sobre a Ciência Ecologia na Pós-Modernidade. In III Simposio Latinoamericano Y Caribeño de Historia Ambiental. Carmona (Sevilla): **Anais**, p110-115, 2006.
- RODHES, Richard. Governance and public administration. In JON, Pierre (Org.) **Debating Governance**. Oxford: Oxford University Press, 2000, p. 54-90.
- RUA, Maria das G. Desafio da administração pública brasileira: governança, autonomia, neutralidade. **Revista de Serviço Público**, ano 48, n.3, p. 133-152, 1997.

RUA, Maria das G. *Análise de Políticas Públicas: Conceitos Básicos*. Salvador: Seminário de Estado e Democracia, UFBA, 12p., 2005 (mimeo). [capturado] <http://estadoedemocracia.blogspot.com/2007/08/analise-de-politicas-publicas-conceitos.html>, 10abril08.

SATO, Michèle. **Educação para o ambiente Amazônico**. São Carlos: 1997, 245f. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Ecologia e Recursos Naturais, Universidade Federal de São Carlos, UFSCar.

SATO, Michèle; PASSOS, Luiz A. Pelo Prazer Fenomenológico de um Não-Texto. In: GUIMARÃES, M. (Org.) **Caminhos da Educação Ambiental: Da forma à ação**. São Paulo: Papyrus, 2006, p. 17-30.

SATO, Michèle; TAMAIO, Irineu; MEDEIROS, Heitor. **Reflexos das cores amazônicas no mosaico da educação ambiental**. Brasília: WWF-Brasil, 2002.

SCHERER-WARREN, I. Cultural diversity, democracy, and participation, in *National and Regional Institutions and Infrastructures*, [Ed. Neil E. Harrison, 2006], in **Encyclopedia of Life Support Systems (EOLSS)**, Developed under the Auspices of the UNESCO, Eolss Publishers, Oxford, UK, [<http://www.eolss.net>] [Retrieved April 10, 2008].

SILVA, Edna Lúcia; MENEZES Estera Muszkat. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. Florianópolis: Laboratório de Ensino a Distância da UFSC, 3. ed. rev. Atual, 2001.

SIQUEIRA, Elizabeth Madureira. **História de Mato Grosso: Da ancestralidade aos dias atuais**. Cuiabá: Entrelinhas, 2002.

SORRENTINO, Marcos; TRAJBER, Rachel; MENDONÇA, Patrícia; FERRARO JR, Luiz Antonio. Educação ambiental como política pública. In: **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 31, n. 2, p. 285-299, maio/ago, 2005.

TOURAINÉ, Alain. **Palavra e sangue. Política e sociedade na América Latina**. São Paulo: Trajetória Cultural & Campinas: UNICAMP, 1989.

WEBER, Max. Burocracia. A política como vocação. H.H. GERTH; W. MILLS (Orgs.). **Ensaio de sociologia**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979, 110-135.

[3] Informações obtidas no site do IBAMA, <http://www.ibama.gov.br/>

[4] Informações obtidas no site do IBAMA, <http://www.ibama.gov.br/>

[5] Fonte IBGE

<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/contagem2007/populacao>

[6] www.ufmt.br/remtea

[7] Observatório Latinoamericano de Políticas Educativas: <http://www.lpp-uerj.net/olped>.



Capítulo 5. AVALIANDO OS CAMINHOS...

“O que se pretende com o diálogo, em qualquer hipótese (seja em torno de um conhecimento científico e técnico, seja de um conhecimento experiencial), é a problematização do próprio conhecimento em sua inquestionável reação com a realidade concreta na qual se gera e sobre a qual incide para melhor compreendê-la explicá-la, transformá-la”.

Paulo Freire

Referência Bibliográfica: PEDROTTI-MANSILLA, Débora; SATO, Michèle. **Avaliando os Caminhos em busca da sustentabilidade da Educação Ambiental no âmbito escolarizado em Mato Grosso**. Artigo a ser enviado para publicação na Revista da Educação Pública da Universidade Federal de Mato Grosso.



Imagem: Michele Jaber

Avaliando os Caminhos em busca da sustentabilidade da Educação Ambiental no âmbito escolarizado em Mato Grosso.¹⁶

Pedrotti-Mansilla, Débora & Sato, Michèle

Resumo

A construção de políticas públicas requer uma constante avaliação e reflexão. Compreendemos a avaliação em uma perspectiva antagônica à avaliação tradicional, a busca se pauta na avaliação por meio do diálogo de forma a hibridar a avaliação entre resultados e processos, observando o estado natural do fenômeno. Este artigo objetiva por meio da metodologia diagnóstica avaliativa, oferecer prognósticos do quadro da construção e implementação da Política de Educação Ambiental da SEDUC MT (PrEA/MT), com vistas a sugestões de caminhos possíveis para o fortalecimento da Educação Ambiental no Sistema de Ensino do Mato Grosso. "Aprender com o erro" é a tática que poderá fazer renascer nas unidades escolares de Mato Grosso a educação ambiental, mas sobremaneira participativa, com a audiência necessária para que escolas e comunidades se sintam parte dos seus processos formativos e decisórios, alicerçando a isso os processos políticos pedagógicos necessários a uma educação que seja ambiental e política na busca de um mundo mais justo e sustentável.

Palavras Chave: Educação Ambiental, avaliação, escolas

Abstract

The construction of public policies requires a constant evaluation and reflection. We understand the assessment in an antagonistic view the traditional evaluation, the search is guided in the assessment through dialogue in order to fuse the evaluation of results and processes, observing the natural phenomenon. This article aims at using the methodology diagnostic evaluation, offer predictions in connection with the construction and implementation of the Environmental Education SEDUC MT (PREA / MT) with a view to suggestions for possible ways to strengthen environmental education in the Education System Mato Grosso. "Learning with the error" this is the tactic that could revive the school units of Mato Grosso to environmental education, but greatly participatory, with the audience needed for schools and communities to feel part of their formative processes and decision-making, drawing on this political processes necessary for teaching an education that is environmentally and politics in search of a more just and sustainable.

Keywords: Environmental education, evaluation, schools

¹⁶ PEDROTTI-MANSILLA, Débora & SATO, Michele. Avaliando os Caminhos em busca da sustentabilidade da Educação Ambiental no âmbito escolarizado em Mato Grosso. Artigo a ser enviado para publicação na Revista da Educação Pública da Universidade Federal de Mato Grosso.

A avaliação ainda hoje figura no cenário nacional como a vilã, responsável em apontar inocentes ou culpados frente aos processos aos quais ela é utilizada. Esta postura de uma avaliação tradicional ainda causa temor a muitos pesquisadores que não se aventuram a transitar nesta área, já que a avaliação apresenta “um campo conceitual pouco esclarecido, temido nas bases educacionais e profissionais, mal compreendido e utilizado equivocadamente” (SATO, p.27, 2001).

A avaliação sobre Políticas Públicas ainda é algo novo e seu campo epistemológico vem sendo construído por meio do avanço das pesquisas que têm amadurecido tanto em qualidade e como na quantidade de trabalhos em desenvolvimento (SOUZA 2003, p.15).

O conceito de avaliação por nós adotados neste estudo se refere a uma avaliação mais naturalista, tornando-a como uma ação corriqueira e espontânea realizada por qualquer indivíduo acerca de qualquer atividade humana; é assim um instrumento fundamental para conhecer, compreender, aperfeiçoar e orientar as ações de indivíduos ou grupos (BELLONI, 2007, p. 14).

Compreendemos a avaliação em uma perspectiva antagônica a avaliação tradicional, acreditando que outro tipo de avaliação é possível, esta construção busca no diálogo uma forma em hibridar a avaliação entre resultados e processos, observando o estado natural do fenômeno. A avaliação assim se constitui em um ato cuidadoso para que possamos colher nos resultados para ousar novas “formas de repensar o mundo, inserindo-se nele, transformando-o e sendo simultaneamente transformados” (SATO, p. 14, 2002).

Este artigo objetiva por meio da metodologia diagnóstica avaliativa, oferecer prognósticos do quadro da construção e implementação da Política de Educação Ambiental da SEDUC MT (PrEA), com vistas a sugestões de caminhos possíveis para a implementação da Educação Ambiental no Sistema de Ensino do Mato Grosso.

O Projeto de Educação Ambiental (PrEA) é considerado neste artigo como a Política de Educação Ambiental da SEDUC MT, pois traz em seu bojo, objetivos, metas e o direcionamento político pedagógico para a Educação Ambiental no Sistema Estadual de Ensino do Estado de Mato Grosso.

Do ponto de vista administrativo (governança) o PrEA, se insere como uma Ação no Programa Integrado de Educação Ambiental do Governo do Estado de

Mato Grosso (MT) no qual, as Secretarias de Meio Ambiente, Educação e o Instituto de Defesa Agropecuário deveriam trabalhar de forma conjunta no sentido de agregar esforços e ações para consolidar a Educação Ambiental no Estado.

Frey (2000, p.226) traz para o debate das políticas públicas o “ciclo político”. Este ciclo revela as diferentes fases das políticas públicas: desde a formulação, passando pela implementação e do controle dos impactos das políticas, que no caso, o autor considera a avaliação. O autor ressalta a avaliação como sendo a última fase do Ciclo Político, mas enfatiza que é primordial, para as adaptações necessárias as políticas, e por meio dela se determina e encerra-se o Ciclo Político ou começa-se outro, considerando que os resultados da avaliação podem influenciar as decisões da ação pública.

Na linha traçada por Frey e refletindo sobre o ciclo político, optamos por adotar a avaliação, não como uma fase deste ciclo político, mas na perspectiva que ela deve mediatizar todo o processo das políticas públicas, de forma a refletirmos sobre as fragilidades e potencialidades para que a Política Pública de Educação Ambiental da SEDUC MT se fortaleça nos currículos escolares.

Neste estudo iremos nos ater às fases da elaboração (construção) e da implementação do PrEA. De forma a refletirmos sob diferentes aspectos da proposta pedagógica inserida no Projeto, os materiais didáticos produzidos, os Encontros de Formação Continuada, conjuntura política à época e os aspectos pedagógicos administrativos que dão a sustentabilidade a Proposta no Sistema Educativo.

Processos avaliativos em Educação Ambiental devem considerar a complexidade dos múltiplos olhares dos sujeitos envolvidos, já que a concepção de EA que defendemos é eminentemente política, e busca a participação democrática para a construção de um planeta Terra mais justo e solidário. Neste sentido de um olhar complexo, consideramos que:

“a avaliação em educação ambiental precisa levar em conta os aspectos sociais, históricos, políticos culturais econômicos, basear-se nas relações humanas e nas estruturas dos problemas ambientais que esses aspectos desvelam, o que significa oferecer múltiplas perspectivas de análise” (DEPRESBITERIS, p. 532. 2001)

Não desconsideramos a importância de avaliarmos os objetivos, financiamentos, proposições e táticas que foram utilizadas para a implementação da Política de Educação Ambiental da SEDUC MT, mas o intuito primeiro é demarcar

acertos e fragilidades inerentes a qualquer processo que envolva educação ambiental e escolas, e por meio destas reflexões avaliativas propor caminhos e táticas que fortaleçam a Educação Ambiental nas escolas mato-grossenses.

A avaliação diagnóstica que trazemos neste artigo não é neutra e sim realçada pelo olhar das pesquisadoras revestido de uma roupagem de participação e de co-responsabilidade no direcionamento das potencialidades e erros. Assim sendo procuramos construir uma avaliação de Políticas Públicas em Educação Ambiental que nos leve para além de indicadores comumente utilizados (campo de aplicação matemática, incontestável, controlável), uma avaliação que conceba outras fortalezas para além de números.

Para atender ao objetivo deste artigo, é necessário compreender e conhecer o Projeto o qual nos propusemos a avaliar, de forma a abranger todo o delinear desta Política desde a construção até a sua implementação.

Metodologia de Avaliação

A metodologia utilizada neste artigo se baseia na avaliação naturalista e diagnóstica (Lincoln Y Cuba, 1895 apud Anadón, 2001). Naturalista porque acontece no Sistema Estadual de Ensino, onde as ações da Política de Educação Ambiental foram implementadas. Assim, constituem-se como fontes de pesquisa a participação das autoras frente aos processos de construção e implementação do PrEA MT, bem como documentos técnicos que constituem o acervo da SEDUC MT.

Na avaliação naturalista a proposta não se situa nos indicadores quantitativos de forma a mostrar os resultados advindos dos objetivos propostos pela Política, mas fundamentalmente ancorado nos desejos e possibilidades de transformação da realidade. Desse forma as reflexões propostas têm o objetivo de subsidiar por meio da reflexão dos processos a Política no sentido de melhorá-la e transformar a realidade (ANADÓN, 2001,p.567).

Avaliação naturalista, nega segundo Anadón (2001) o dualismo entre sujeito e objeto. E considera que os dados do estudo em questão é o resultado da interação entre o observador e os atores envolvidos nos processos avaliados, portanto ela objetiva também desenvolver a consciência crítica dos participantes

frente à ação, aos quais estão comprometidos, e no sentido de apontar as mudanças necessárias para a implementação do projeto avaliado.

Uma avaliação centrada nos processos dialógicos e participativos, deste modo a metodologia por nós proposta se baseia na busca de significar o caminho percorrido pela Política de Educação Ambiental, não na intencionalidade de apontar culpados ou inocentes frente ao processo de implementação do PrEA MT, mas sobremaneira refletir sobre aspectos da Política, que consideramos pertinentes neste momento, para que as potencialidades sejam salientadas e os fracassos refletidos tornem-se potencialidades.

Se caracteriza também como avaliação diagnóstica por apresentar uma avaliação assistemática, por meio de informações levantadas aleatoriamente, a partir de diversas formas de contato. Para este estudo consideramos análise documental das devolutivas das formações continuadas e notícias veiculadas no site da Secretaria, mas essencialmente de nossas percepções construídas por meio da observação participante em todo o processo de construção e implementação da Política (MEDEIROS, 2007, p. 19).

Segundo Luckesi (1995, p. 82): “para que a avaliação diagnóstica seja possível, é preciso compreendê-la e realizá-la comprometida com uma concepção pedagógica”. Consideramos que aos estudos do autor estão voltados para a avaliação no processo ensino-aprendizagem, porém adaptados para a avaliação de Política Pública, no sentido de que ao compreendermos a concepção pedagógica a qual o Projeto se baseia não podemos realizar aqui uma avaliação tradicional, mas sim uma avaliação diagnóstica naturalística. Pois o PrEA MT foi alicerçado na perspectiva da Educação Libertadora de Paulo Freire e na crença da relação dialética entre a Instituição e a sociedade (PEDROTTI & SATO, 2008, p.).

As inferências e reflexões que constam neste estudo, dar-se-ão na esperança de que a acuidade da avaliação aqui proposta proporcione importantes e valiosas informações que permitam a incorporação do conhecimento produzido na provável retomada da Política de Educação Ambiental da SEDUC MT (TREVISAN & BELLEN, 2008, p. 536).

De forma a mergulharmos e conhecermos o panorama da Política de Educação Ambiental da SEDUC MT apresentaremos a seguir o aporte administrativo e pedagógico do sistema estadual de ensino do MT, na compreensão de que a visão global do mesmo nos leva a entendê-lo na sua complexa

capilaridade, de forma a obtermos uma melhor abrangência do contexto pesquisado, já que as “questões de fundo” as quais informam as decisões tomadas, as escolhas feitas, os caminhos de implementação traçados (HOFLING, p. 30, 2001) são valorosas para uma avaliação da Política de Educação Ambiental.

Capilaridade do Sistema de Ensino Estadual MT

Mato Grosso atende a uma demanda de 858.107 alunos¹⁷. Este atendimento se distribui entre as redes privada, federal, estadual e municipais, que constituem um total de 2762 escolas distribuídas nos 141 municípios do estado, conforme Quadro 1.

Figura 5 - Quadro 1. Panorama do Sistema de Ensino do MT

Rede	Nº de Estabelecimentos de Ensino	Modalidades Oferecidas
Rede Privada	333	Educação Infantil (Creches e Pré-Escolas); Ensino Fundamental; Ensino Médio; Educação Especial; EJA Presencial e EJA Semi Presencial.
Rede Municipal	1.765	Educação Infantil (Creche e Pré-Escola) Ensino Fundamental; Ensino Médio; Educação Especial; EJA e EJA Semi Presencial.
Rede Estadual	661	Educação Infantil (Creches e Pré-Escolas; 597) Ensino Fundamental; Ensino Médio; Educação Especial; EJA Presencial e EJA Semi Presencial
Rede Federal	03	Ensino Médio e Educação Profissional.

Independente da Rede a qual pertença, as unidades escolares brasileiras devem considerar as Políticas e Diretrizes Educacionais do Ministério da Educação (MEC). No Estado do Mato Grosso, a orientação é a mesma, onde ainda se incorpora as Políticas e Diretrizes Educacionais do Estado.

A totalidade dos alunos se distribuem nas várias modalidades de ensino, e a sua grande maioria está concentrada no Ensino Fundamental, conforme o Quadro

¹⁷ Censo Escolar 2007-D.O.U 14-01-2008 - Informações obtidas em <http://www.seduc.mt.gov.br/conteudo.php?sid=174&parent=14> acesso em 10/11/2008 Censo Escolar 2007-D.O.U 14-01-2008.

2 nos mostra de forma objetiva o número de alunos atendidos no Estado divididos por modalidades de atendimento.

Figura 6 - Quadro 2 – Número de Alunos por Modalidade

Modalidade	Número de Alunos
Educação Infantil	91.454
Ensino Fundamental	524.550
Ensino Médio	146.753
Educação Especial;	6.932
EJA Presencial e Semi Presencial;	86.191
Profissional	2.227

Segundo a Contagem Populacional realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)¹⁸ com data de referência em 1º de abril de 2007, há no Estado de MT atualmente 2.854.642 habitantes. Comparando os dados referentes a números de alunos atendidos e a contagem populacional veremos que se encontram nas escolas de MT, mais de 30% da população nos diversos níveis e modalidades de ensino.

Tal fato demonstra que a Educação é um serviço público de grande relevância e abrangência, o que reforçar que a inserção da Educação Ambiental nas escolas poderá ter um papel importante na sensibilização da sociedade como um todo, não só no presente, mas no futuro também. Esta visão embora pareça ingênua se transformar ao refletimos que a politicidade da educação carece que os profissionais que nela atuam se assumam como seres políticos, e além disso é imperativo que a perspectiva política esteja presente no currículo da escola (Freire, 2001, pág. 95).

A Rede Pública Estadual de Educação está presente nos 141 municípios do Estado. A organização administrativa-pedagógica da SEDUC MT se dá de duas formas: centralizada (Sede) cuja responsabilidade é em traçar as Diretrizes pedagógicas e administrativas; e descentralizada por meio das 86 Assessorias Pedagógicas, responsáveis pelo monitoramento da Política Educacional nas escolas e por questões administrativas, e 15 Centros de Formação e Atualização dos Profissionais da Educação Básica (CEFAPROs), que tem como função primordial

¹⁸ Contagem Populacional 2007/ IBGE

disseminar e implementar as Políticas Educacionais do Estado, por meio da formação continuada dos profissionais da Educação.

Em virtude da extensão territorial do Estado a formação continuada dos profissionais da educação ocorre de forma descentralizada, por inúmeros motivos: trazer a Instituição formadora para perto do local de trabalho, maior respeito às peculiaridades formativas dos diversos profissionais da Educação, atendimento as demandas locais, além de economia financeira com despesas de pessoal.

Os CEFAPROs são pólos irradiadores dos programas e diretrizes educacionais e atendem tanto a demanda das escolas, como da Secretaria da Educação. A orientação para os profissionais dos Centros de Formação é que as formações continuadas aconteçam por meio do Projeto Sala de Professor¹⁹, nas formações continuadas sejam utilizadas metodologias que reflitam a prática do docente em sala de aula, e que contribuam de maneira significativa no fazer do professor em sala de aula e no processo de ensino-aprendizagem.

Há no Estado 15 Centros de Formação e Atualização dos Profissionais da Educação (CEFAPRO), que atualmente contam em seus quadros, com raras exceções com profissionais das diversas áreas do conhecimento, e de profissionais que atendem a demandas específicas como a Educação de Jovens e Adultos, Diversidade, Indígena, do Campo, Especial e Tecnologia Educacional.

A Educação Ambiental aparece como eixo formativo na Matriz Curricular²⁰ dos CEFAPROs, definida pela Superintendência de Formação Continuada da SEDUC/MT junto aos profissionais dos Centros de Formação, a inclusão da EA na matriz se deve ao fato que em 2006, o PrEA já estava no seu processo de implementação na Rede, e assim já constava como um eixo a ser trabalhado pelos Centros de Formação junto aos profissionais da educação.

O direcionamento atual é que os CEFAPROS trabalhem com a implementação das Políticas Educacionais e com as reais necessidades formativas dos professores das escolas, assim a Educação Ambiental continua contemplada já que se constitui uma Política da Secretaria.

Mesmo frente a tantos desafios os Centros de Formação realizam formação continuada nas Escolas por meio do Projeto Sala de Professor. Na

¹⁹ Projeto que objetiva realizar a formação continuada dos profissionais na própria unidade escolar.

²⁰ Diário Oficial do Estado de Mato Grosso de data de 05/05/2006 disponível em http://www.iomat.mt.gov.br/do/navegadorhtml/?edi_id=2537. Acesso em 10/01/2010.

dinâmica de formação em serviço, assim o fato do PrEA MT não ter tido a sua dinâmica de implementação por meio dos CEFAPROs, a época os Centros por decisão política trabalhavam prioritariamente com a implementação da Escola Organizada em Ciclos de Formação Humana), trouxe e ainda traz prejuízos a implementação do mesmo na rede.

Avaliando o Contexto político-pedagógico do Projeto de Educação Ambiental da SEDUC MT

Alicerçado em dois pilares intrinsecamente conectados, o PrEA se insere no diálogo da sociedade e da natureza. No marco da sua sustentação epistemológica, acolhe o pensamento de Paulo Freire. E por reconhecer que os ideários axiomáticos acompanham a teoria do conhecimento, o PrEA também dialoga com marcos socioambientais importantes, como o Tratado de Educação Ambiental para as Sociedades Sustentáveis, a Justiça Ambiental e a Carta da Terra. Completando o ciclo filosófico da epistemologia, axiologia e praxiologia, sua orientação prática estimula uma construção cidadã para fora dos muros da escola, por meio dos Projetos Ambientais Escolares Comunitários (PAEC). Em outras palavras, propõe um currículo fenomenológico, construído em cada escola e biorregião, nos seus contextos socioambientais (SATO & PASSOS, 2002).

As diretrizes do Projeto indicam a necessidade da incorporação da EA no Projeto Político Pedagógico das Escolas, de forma a fortalecer as ações de reflexivas dos profissionais da educação. Tal inserção se faz necessária a medida em que se entende que não há neutralidade nos Projetos Pedagógico das escolas eles são políticos e expressam a intencionalidade da escola e o seu compromisso com a comunidade. Esta é uma tática importante do PrEA, e ressignifica o fazer pedagógico das práticas educativas, já que ela proporciona o fortalecimento das ações concretas e reflexivas nas escolas, evitando que a EA seja trabalhada somente em eventos e ações pontuais (FREIRE, 2006,p. 41).

Processo de Construção da Política de Educação Ambiental da SEDUC MT

A Política de Educação Ambiental da SEDUC MT foi concebida no ano de 2004, em uma conjuntura onde MT configurava no cenário e na mídia nacional e internacional como o vilão do desmatamento na Amazônia. Outro fato que colocou o Estado aos olhos do mundo foi a eleição em 2003 do Rei da Soja²¹, o então sojicultor Blairo Maggi. Em meio a este panorama e buscando formas de transpô-lo os tomadores de decisão resolveram fortalecer as ações de Educação Ambiental na Secretaria de Estado de Educação.

Desta forma no mesmo ano foi lançado o Programa Escola Atrativa que era um conjunto de 24 projetos, no dia 31 de março de 2004 o próprio governador ao lançar o programa aponta para o fato de o Estado ser o primeiro a desenvolver um projeto de Educação Ambiental, e fala da importância da preservação ambiental e dos recursos naturais²². Tal citação só é mostrada de forma a confirmar que o desejo político dos governantes moveu a construção do PrEA. Certamente um desejo recheado de intenções, já que investir em educação ambiental era necessário num momento caótico para administração.

É importante frisar que a SEDUC, mesmo antes da intencionalidade de criar o PrEA desenvolvia junto as escolas ações de EA, este registro é fundamental para que justiça seja feita aos profissionais que ao longo dos anos se empenharam em realizar ações significativas e pertinentes nas unidades escolares.

Para a Construção do PrEA foi contratada uma consultoria por meio da Universidade Federal de Mato Grosso, que além da responsabilidade de elaborar o projeto teve o papel de atuar no processo de implantação do mesmo.

Assim iniciou o que aqui avaliamos como uma tentativa frustrada de Construção Democrática do PrEA. O Projeto foi concebido pela consultoria da UFMT e mais 15 pessoas, entre elas, 07 técnicas que constituíram então o Grupo de Educação Ambiental da SEDUC MT, com representação de técnicos das Gerencias de Ensino Médio e Fundamental, Educação Indígena e de Jovens e Adultos. A proposição de construção contou ainda com 07 pesquisadores do Grupo de Pesquisa em Educação Ambiental da UFMT (GPEA) e da Rede Mato-grossense de

²¹ Fonte: Jornal O Diário de Cuiabá Disponível em <http://www.diariodecuiaba.com.br/detalhe.php?cod=125609>, acesso em 28/01/2010

²² Fonte: Site da Secretaria de Comunicação. Disponível em <http://www.secom.mt.gov.br/imprime.php?cid=8328&sid=13>. Acesso em 28/02/2010.

Educação Ambiental de Mato Grosso (REMTEA), que desenvolviam as suas pesquisas e atuavam por meio do movimento ecologista nos territórios do MT e 01 técnica da Secretaria Municipal de Educação do município de Cuiabá.

O olhar crítico da avaliação considera que o PrEA foi um desejo institucional do governo de MT e foi construído sem a presença de um fórum ou coletivo que manifestasse o desejo do professorado. Todavia, vale dizer que o grupo formado para conceber a política, conhecia bem o chão da escola e as diversas propostas de Educação ambiental que vinham sendo desenvolvidas pelas escolas. Além de professores da rede pública, eram pessoas que transitavam o cotidiano escolar e, portanto, sabiam das necessidades e das realidades das escolas.

Neste sentido avaliamos um avanço, considerando que comumente nos processos de construção de políticas públicas se contrata uma consultoria e o profissional sozinho delinea toda a Política. A participação de membros do GPEA e REMTEA ampliou o horizonte para além do Institucional.

Considerarmos que a pequena participação das Escolas na Construção da Política foi um dos grandes equívocos e acabou gerando problemas para a implementação do mesmo no sistema de Ensino, já que os profissionais não se identificavam com o Projeto e nas formações continuadas o caracterizavam em alguns momentos como um novo pacote governamental a ser executado, deixando claro que a dimensão política pedagógica do PrEA não havia sido compreendida pelos profissionais da educação, ponderando que a maior potencialidade do projeto, é justamente a de não dar receitas as escolas, e sim libertá-las das amarras dos pacotes governamentais, pois a abertura ao desejo e o fazer da comunidade escolar é um ponto forte do Projeto.

Um importante indicador a ser considerado na avaliação de Políticas em Educação Ambiental é o número de indivíduos e/ou entidades representativas que devem participar do processo de construção da Política. Esta tática garantiria a participação da sociedade, o que de certa forma contribui diretamente no controle social sobre a Política, de forma a que se chega a um compromisso de assinatura entre os Governos e os sujeitos participantes (FARIA, 2003).

Na intencionalidade de propor novos caminhos, acreditamos que este panorama pode mudar se houver um exercício de cidadania e os profissionais da educação se sentirem co-autores da proposta.

Uma maneira conveniente seria a de delinear novamente o PrEA com vistas a garantia da discussão por parte da Rede de Ensino, que poderia inclusive ser realizada por meio dos Centros de Formação do Estado que estão em contato direto com os profissionais da Educação. Rediscutir junto a Rede de Ensino os aspectos políticos pedagógicos que sustentam a proposta e sugestões de melhorias seria pertinente para a sustentabilidade da Educação Ambiental na rede de ensino.

Processo de Implementação do PrEA MT

Outro ponto importante desta avaliação está centrado no processo de implementação da Política, que foi gestada frente a uma interessante tática de implementação (Figura 01 – Esquema de Implementação do PrEA), que buscou a inserção da comunidade escolar, por meio dos Projetos Ambientais Escolares Comunitários, com vistas a organizar um movimento circular no coletivo na escola, inicialmente voltado para questões cotidianas e problemas da comunidade, mas posteriormente, a intencionalidade, era que todo este movimento fecundo das escolas contribuísse de forma significativa a construção e o fortalecimento de Políticas Públicas em Educação Ambiental no Estado.

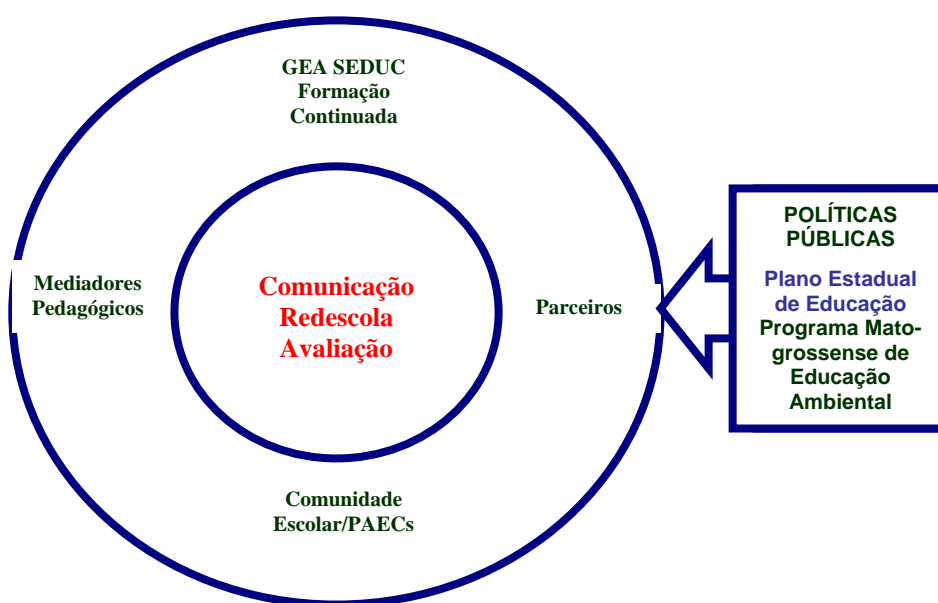


Figura 7 - Esquema da Tática de Implementação do PrEA MT.²³

²³ Desenho baseado na Figura 1 que consta no Caderno 1 Em constante Construção do PrEA MT.

Nesta perspectiva de educação política, com ênfase na participação nos processos decisórios, a tática inicial foi à realização da formação de professores, mas ainda com vistas a formar o professor multiplicador, que faria a formação junto aos pares na sua escola. A formação continuada seria oferecida por meio do Grupo de Educação Ambiental da SEDUC MT, responsável pelo planejamento das formações junto a Rede de Ensino.

Neste sentido foram construídos quatro cadernos pedagógicos que traziam em seu bojo, texto de diversos autores nacionais e internacionais, com conceitos, concepções e metodologias sobre Educação Ambiental, na intencionalidade de sustentar a práxis pedagógica quando da construção dos Projetos Ambientais Escolares Comunitários.

Outra perspectiva interessante do PrEA MT era a indicação para que cada escola buscasse em sua biorregião possíveis parceiros que pudessem atuar junto a escola no desenvolvimento do seu Projeto Ambiental Escolar Comunitário.

Todo este movimento de escola e comunidade contaria com a comunicação que era fundamental para retroalimentar as ações e os planejamentos, tanto das escolas e como da SEDUC. De forma a intensificar a comunicação foi criada a Redescola, uma rede de discussão *on line*, com objetivo de ser uma via de mão dupla na comunicação entre escolas x escolas e escolas x SEDUC.

A avaliação do Projeto foi pensada para acontecer em todas as fases da implementação da Política, mas o seu ápice seria na realização de Fóruns Regionais e um Fórum Estadual que resultaria no lançamento de um Livro com experiências das escolas. Estes Fóruns seriam momentos oportunos para troca de experiências, proposições de mudanças necessárias ao encaminhamento da Política na Rede além de constituir ricos momentos de aprendizagens coletivas.

Uma das potencialidades do PrEA MT, embora timidamente escrita em sua proposta foi a de conceber processos permanentes de formação e avaliação continuadas. No entanto entraves relativos à governança inerentes as Instituições públicas impediram a realização deste bem definido desenho inicial que contaria ainda com parceiros governamentais e não governamentais no sentido de fortalecer os PAECs nas escolas.

A intencionalidade era de que todo este movimento sustenta-se a partir das escolas momentos de participação democrática e de construção coletiva, o que

resultaria em aprendizagens com um sabor diferente, na dimensão do diálogo e da reflexão. Assim a tentativa de construir Projetos junto com as comunidades escolares levaria os participantes a refletirem sobre a necessidade da ampliação dos mesmos frente aos processos de formulação de Políticas Públicas.

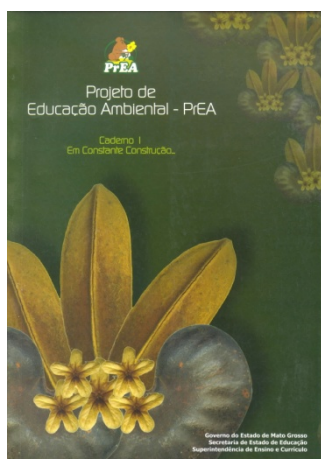
Avaliação dos Materiais Didáticos

Os materiais aqui avaliados compreendem o Kit do Mediador Pedagógico composto por 04 Cadernos que sustentam a proposta do Projeto, constam ainda mais um livro intitulado “Educação Ambiental” da Dra. Michèle Sato da Editora Rima.

Os Cadernos Pedagógicos reúnem textos de diversos autores da Educação Ambiental do cenário mato-grossense, nacional internacional. O objetivo dos Cadernos foi o de atender as necessidades teóricas para a formação de professores da Rede na própria unidade escolar com vistas ao desenvolvimento dos Projetos Ambientais Escolares Comunitários.

A seguir faremos uma análise minuciosa dos Cadernos e suas perspectivas.

Caderno 01 Projeto de Educação Ambiental – PrEA



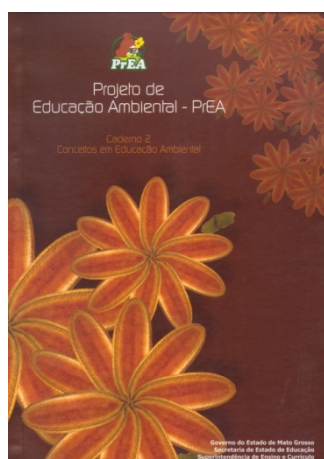
O Caderno descreve de forma sistemática os antecedentes do projeto, traz um pouco da trajetória da Educação Ambiental na SEDUC e as proposições político pedagógicas do mesmo.

Dentre as linhas de ações o destaque é para a formação continuada do Grupo de Educação Ambiental da SEDUC MT, realização de Diagnóstico Sócio Ambiental, critérios para a formação de Professores, incentivo para que cada unidade escolar construa junto aos seus pares os Projetos Ambientais Escolares Comunitários, trazendo para o bojo da unidade escolar a especificidade de cada região.

O Caderno sustenta a proposta e apresenta de forma clara os objetivos e os cenários onde o Projeto se implementaria, atende as necessidades formativas

dos professores, no que diz respeito a conhecer o projeto, suas concepções teóricas e estratégias de Ação.

Na parte referente aos anexos apresenta documentos importantes para o conhecimento dos profissionais da Educação como a: Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA) 9795/99 27/04/99, Decreto N° 4281 25/06/2002 que regulamenta a PNEA, Política Estadual de Educação Ambiental Lei N° 7888 09/01/2003, Manifesto do Chefe SEATHL e a Carta da Terra.



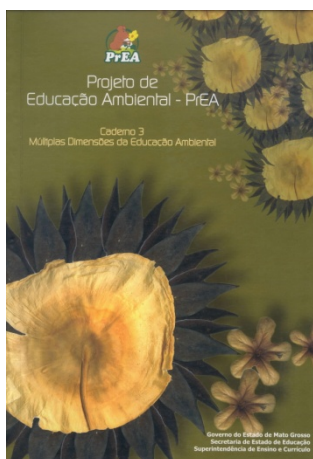
Caderno 2 - Conceitos em Educação Ambiental

A abordagem do Caderno 2 está centrada nos conceitos em Educação Ambiental trazendo um aporte conceitual e teórico importante para a formação dos mediadores pedagógicos nas escolas. Os conceitos como percepção ambiental, sustentabilidade, biodiversidade, pluriculturalidade e diferentes abordagens na Educação ambiental, são apresentados de forma clara e coesa, e dão sustentabilidade ao respeito a diversidade de proposições de cada região do Estado.

Apresenta textos de 05 autores nacionais e ainda uma vasta indicação de bibliografias para consulta pelos professores.

Considerando as parcerias necessárias para a construção dos PAECs, o Caderno lista ainda inúmeras entidades ligadas aos movimentos sociais que atuam nos diversos municípios de Mato Grosso.

No intuito de facilitar ainda mais e promover o acesso dos professores a outros materiais em EA, o Caderno apresenta uma lista de sites relacionados a Educação Ambiental, mas nos dois casos, da bibliografia recomendada e dos sites há indicações de que estas listas sempre terão que ser atualizadas.



Caderno 3 – Múltiplas Dimensões da Educação Ambiental.

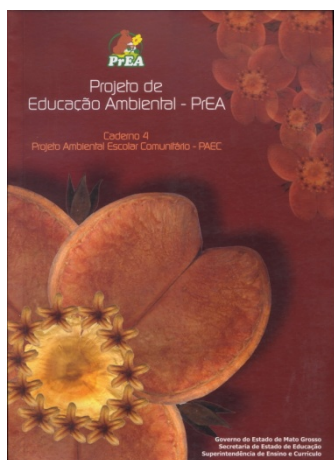
O primeiro texto deste Caderno apresenta um Roteiro para auxiliar os professores à construção dos

Projetos Ambientais Escolares Ambientais, junto aos seus pares na Unidade Escolar.

Os textos que compõem o Caderno tratam de diversas temáticas de caráter regional, nacional e global necessárias e oportuna para o desenvolvimento da educação ambiental nos territórios mato-grossenses como: Biorregionalismo, Cultura pantaneira, Compostagem de Lixo, Trabalho de Campo e as contribuições para o trabalho interdisciplinar, avaliação na diversidade.

No contexto internacional e dos grandes Tratados, traz textos que abordam diferentes metodologias de pesquisa que podem ser empregadas em educação ambiental e que seriam ricas no contexto da escola subsidiando a construção dos PAECs. E contextualiza a educação ambiental no cenário das políticas nacionais de educação.

Caderno 4 – Projeto Ambiental Escolar Comunitário



Neste Caderno há apresentação de textos de cinco diferentes autores sobre educação ambiental.

Os textos que formam o Caderno apresentam de forma clara e significativa ao contexto escolar, exemplos de Projetos Ambientais, que podem subsidiar a construção dos PAECs nas escolas.

Relata experiências e vivências em Educação Ambiental no contexto local e nacional, refletindo em dois textos sobre a importância da formação de professores em educação ambiental.

Há um texto sobre uma experiência com Projetos ambientais de Escolas Indígenas, com vistas ao manejo ambiental e a importância da diversidade biológica.

De forma geral todos os Cadernos ao fim de cada texto, trazem perguntas reflexivas, que podem subsidiar a formação continuada dos professores na própria escola.

Um fato que trouxe problemas relacionados ao uso do Kit do Mediador Pedagógico é que o mesmo foi distribuído no número de somente um por escola. Assim alguns professores nunca nem viram o material, já que no coletivo da escola

o material se perde. Disponibilizar no site da SEDUC MT, o material em versão digital, para possibilitar o acesso dos profissionais da educação²⁴, seria uma interessante tática no sentido de democratizar o material produzido.

Fascículos Pedagógicos

Os fascículos pedagógicos produzidos pela SEDUC MT, atenderam a um dos objetivos do PrEA, que se pautava na produção de materiais pedagógicos regionalizados.

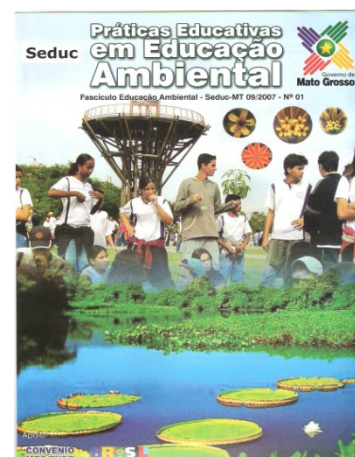
A duas edições trazem discussões importantes e oportunas sobre a Educação ambiental e Educação das Relações étnico-raciais, traz novas perspectivas que levam a construção dos Projetos ambientais escolares comunitários.

É um excelente material, com uma linguagem clara, menos acadêmica, apresenta um formato leve em função da redução do número de páginas.

Outro fator importante é que foi produzido em maior quantidade, e isto amplia a sua abrangência e a possibilidade de democratizar a informação junto ao coletivo da escola.

Cumpre o seu papel de comunicação rápida e clara frente aos objetivos iniciais já que traz informes sobre o Movimento Juventude pelo Meio Ambiente, Encontros da Rede Mato-grossense de EA, e ainda apresenta na íntegra a Carta das Responsabilidades confeccionada na Conferência Infante Juvenil ocorrida no ano de 2006 do Programa Vamos Cuidar do Brasil com as Escolas, do Ministério da Educação. Seguindo os objetivos do Projeto em um dos Fascículos há uma revisão da lista de Entidades que atuam na Educação Ambiental no Estado.

Porém os fascículos não cumprem com a comunicação e a troca de experiência entre os Projetos Ambientais Escolares e Comunitários desenvolvidos



²⁴ Igualmente, por recomendação da Coordenação Geral de Educação Ambiental /CGEA do MEC, um Kit de Mediador Pedagógico foi enviado por correio para cada Secretaria de Educação do Brasil.

pelas escolas, considerando que nenhuma das duas edições analisadas traz relatos dos PAEC desenvolvidos no âmbito escolar.

A continuidade da confecção dos fascículos e uma maior ênfase no fazer escolar certamente enriqueceriam as discussões sobre a educação ambiental no Sistema de Ensino.

Formação Continuada

O PrEA MT, teve seu início com a produção do material e após a confecção do mesmo, o Grupo responsável pela Educação Ambiental na SEDUC MT fez um intenso planejamento para dar início as formações continuadas no Estado. Estas formações foram planejadas juntamente à consultoria do Projeto e aconteceram na perspectiva cunhada na reconstrução social:

“que situa o professor entre o diálogo da práxis educativa, do conhecer teorias tanto quanto saber explicar as suas observações empiristas, que se recusa a reduzir o mundo da escola em máquinas frias, que não aceita modelos porque sabe que cada ação-reflexão nunca é completamente reproduzível (MATO GROSSO, 2004, p. 23).

Outra tática presente na proposta para a formação em Educação Ambiental era a Educação a Distância e a formação semi-presencial. A primeira modalidade, a educação a distância, não aconteceu durante os anos de 2005 a 2008, já a estratégia semi-presencial, foi planejada em algumas formações, de forma a garantir que os Mediadores Pedagógicos formassem os seus pares, no entanto a devolutiva obtida por meio de relatórios sobre esta etapa junto a SEDUC MT, mostra que ocorreram poucas formações nas escolas e a tática dos mediadores pedagógicos (multiplicadores), não foi efetiva frente ao número de profissionais das escolas que precisavam ser formados.

Outro fato que trouxe prejuízo a esta etapa, foi o reduzido número de técnicos da SEDUC que acompanhavam o processo, o excesso de trabalho e a burocracia não possibilitaram um acompanhamento que certamente teria sido necessário, neste momento. Neste sentido referendadas em Almeida (1999, p. 249) refletimos que as mudanças nos sistemas de ensino, que era necessário para a implementação do PrEA, requerem da Escola um:

“...posicionamento político com intuito de estabelecer novas diretrizes e atitudes a serem adotadas pelo sistema. Tais mudança

necessitam de apoio administrativo, recursos apropriados, coordenação do trabalho docente e ações de formação que possibilitem aos professores, orientação, reflexão e ajuda no enfrentamento de novas situações.”

As formações continuadas aconteceram em parceria com o GPEA e com a REMTEA, com metodologia na perspectiva da práxis pedagógica, considerando que a formação de professores em EA deve comportar uma dimensão que transcende os objetivos programáticos, trazendo a dimensão do diálogo com o mundo da vida (Carvalho, 2002). Neste sentido foram elencadas as seguintes temáticas necessárias a construção dos Projetos Ambientais Escolares e Comunitários como: inclusão social, justiça ambiental, diferentes abordagens da EA Filosofia ambiental, Construção de Projetos Ambientais Escolares Comunitários (PAEC), Diversidade etnoracial Sustentabilidade, Pesquisas e vivências em EA.

O desenho das formações eram um misto entre Conferências Conceituais que abordavam temas importantes e convenientes a formação continuada dos professores, bem como as oficinas voltadas ao fazer, atendendo ao princípio da práxis pedagógica delineada no PrEA.

A formação continuada foi planejada de forma a atender em diferentes momentos, professores que atuavam em diferentes municípios das 12 Regiões de Planejamento do Estado. De forma a salientar as especificidades locais e atender os profissionais nos pólos onde eles atuavam.

No entanto a primeira formação aconteceu no ano de 2005 em Cuiabá e envolveu quatro pólos de planejamento do Estado, o público presente foi de somente um professores que representava a sua unidade escolar com atuação profissional em diferentes municípios do Estado. O que denominou-se de Mediadores Pedagógicos.

Após esta formação inicial as outras formações só começaram a ocorrer um ano depois, em julho de 2006, de forma descentralizada nos pólos, o que deu uma nova perspectiva a formação, já que além de ocorrer onde o profissional atuava, houve uma mudança significativa no desenho inicial das formações.

Primeiramente só estava previsto a formação de professores, mas com uma experiência bem sucedida por meio da Conferência Infante Juvenil do Pantanal Mato-grossense, realizada por meio de uma parceria firmada junto ao MEC por meio do Programa Vamos Cuidar do Brasil com as Escolas, com a Universidade Federal de Mato Grosso e Centro de Pesquisa do Pantanal (Figura 8). Os frutos da

Conferencia balizaram assim junto à consultoria e o grupo responsável na SEDUC uma nova proposição de desenho de formação, que aliada a vontade política a época foi alterada no seu formato inicial.

Assim o novo desenho direcionou para a realização da formação continuada nos pólos, e contemplava para além da participação de professores, alunos e membros das comunidades. Esta mudança ocorrida no meio do processo de implementação foi algo importante e demonstrou a vontade política à época, já que resultou em aumento nos custos financeiros quase que triplicados para a Secretaria de Educação.



Figura 8 - Conferência Infante Juvenil do Pantanal Mato-grossense.

Um ponto importante da mudança do público das formações diz respeito à presença dos alunos nas formações, e esta presença resultou na criação de inúmeros Coletivos Jovens que se multiplicaram pelo Estado, já que na mudança do desenho, aliou-se ao grupo responsável pelas formações membros do Coletivo Jovem do Mato Grosso.

O envolvimento dos alunos e do Coletivo Jovem foi uma potencialidade do PrEA e se revela ainda nos dias atuais, e se mostrou na participação entusiasta de alunos junto as discussões. Atualmente e nos anos que se seguiram após a formação do Projeto, o Coletivo continuou articulando junto a SEDUC MT momentos

de formação e é um importante parceiro na luta pela implementação da educação ambiental nos currículos escolares do Estado.

A grandeza do trabalho do coletivo Jovem que nasce com o PrEA, se encontra no comprometimento dos membros junto ao movimento ecológico mato-grossense, na rigorosidade de alguns com a pesquisa acadêmica e principalmente por ser um trabalho voluntário. A generosidade dos membros do Coletivo Jovem, e o seu compromisso político, certamente por inúmeras vezes pressionou as Instituições para que as mesmas se esmerem na busca por consolidar ações de educação ambiental.

Consideramos que o processo de implementação de Políticas de Educação Ambiental é algo complexo e deve ser realizado de forma sistêmica nos Sistemas de Ensino e analisando o número de horas de formação continuada oferecidas aos professores, alunos e membros das comunidades, avaliamos que somente 24 horas (16 horas presenciais e 8 horas semi-presenciais) não são suficientes para promover a desejada formação e conseqüente construção das políticas em Educação Ambiental.

Outra tática que trouxe prejuízo a implementação do PrEA na Rede de Ensino foi a escolha de somente um mediador pedagógico por escola, pois a maioria dos mediadores não deram continuidade, nem mesmo realizando o repasse da formação recebida. Tal fato foi avaliado nos relatórios recebidos pela equipe responsável pela EA na época da implementação. O problema parece ter sido o de não estabelecer por meio dos mediadores pedagógicos o mecanismo dialético de aprendizagens, assim uma nova esperança de retomada do PrEA MT tem que ser na perspectiva que a formação continuada deva acontecer por meio dos Centros de Formação.

Durante os anos de 2007 e 2008, houve poucas e raras formações continuadas realizadas pela SEDUC e pelos Centros de Formação sobre educação ambiental na perspectiva do PrEA. Todavia o Coletivo Jovem, junto ao Ministério da Educação por meio das ações do Programa Vamos Cuidar do Brasil com as Escolas se aliou a SEDUC intensificando assim cada vez mais a sua participação no Estado e realizaram as atividades com professores e alunos alusivas não somente ao Programa do MEC bem como outras ações ambientais no Estado (Figura 9).



Figura 9 – Resultado da Oficina de Trabalho do Coletivo Jovem MT.

No entanto avaliamos que a tática formativa do Projeto foi precária, mas este problema pode vir a ser superado, no sentido de se estabelecer um novo direcionamento para a política em questão.

Concebemos que por meio da formação continuada os profissionais da educação seriam sensibilizados, frente a urgência da implementação da educação ambiental. Assim uma forte política de formação continuada, conseguiria romper as amarras que imobilizam os profissionais frente aos novos desafios propostos, na compreensão de Imbernón (2002, p.15) que define o papel e importância da formação continuada:

[...] a formação assume um papel que transcende o ensino que pretende uma mera atualização científica, pedagógica e didática e se transforma na possibilidade de criar espaços de participação, reflexão e formulação para que as pessoas aprendam e se adaptem para poder conviver com a mudança e a incerteza. [...] E isso implica formar o professor na mudança e para a mudança por meio do desenvolvimento de capacidades reflexivas em grupo, e abrir caminho para uma verdadeira autonomia profissional compartilhada [...].

Mas de forma a superar este problema uma saída interessante e fecunda seria realizar a formação continuada dos profissionais que atuam nos diferentes Centros de formação do Estado e estes que em contato direto com as escolas fariam a formação necessária para a discussão e implementação da EA nos currículos escolares.

REDESCOLA

A Redescola fazia parte das táticas de comunicação que permeavam o projeto, foi concebida como uma lista de discussão on line com o objetivo de ser um canal de comunicação entre as ESCOLAS X ESCOLAS e ESCOLAS X SEDUC, para o intercâmbio de bibliografias e experiências sobre o desenvolvimento dos PAECs que viriam a ser construídos nas unidades escolares.

No entanto a Rede não teve êxito por inúmeros motivos dentre eles: os técnicos da SEDUC MT faziam parte da Redescola o que pode ter constrangido alguns professores. Outra causa pode ter sido o pouco acesso à internet por parte dos professores o que dificultava a comunicação. Neste cenário a Redescola não teve continuidade e acabou deixada ao ostracismo.

Mas é importante ressaltar que a Redescola foi uma inovadora experiência que apesar de ser deixada de lado pela Instituição, caminhou por um tempo e fez-se presente em mais de um Encontro da Rede Mato-grossense de Educação Ambiental, nos eventos satélites, promovidos pela Rede, onde os professores apresentaram os Projetos desenvolvidos nas escolas e trocaram experiências.

A comunicação, a troca de experiências e o aprender com o outro é algo significativo. Desta forma avaliamos este canal de comunicação sendo algo importante e com o incremento da tecnologia educacional e ainda a ampliação dos laboratórios das escolas e acesso a internet, se retome a idéia desta lista de discussão, no entanto que ela seja também um canal de controle social e que seus facilitadores sejam os profissionais que atuam nas escolas, de forma a garantir discussões.

Equipe de Educação Ambiental da SEDUC MT

Um objetivo importante e que buscava dar sustentabilidade a proposta era a formação continuada dos professores que compunham o Grupo de EA da SEDUC MT. Objetivo este que inicialmente foi executado, por meio de formação continuada e participação efetiva nos Colóquios de Estudos do GPEA, e em Encontros realizados pela REMTEA e outros eventos educacionais.

Entretanto, com o fim da consultoria (responsável pela formação continuada dos profissionais que atuavam no Grupo de Educação Ambiental) e problemas inerentes à governança conferiram constantes mudanças no quadro dos técnicos que compunham a época da elaboração e implementação da proposta o Grupo de Educação Ambiental. Desta forma com o esfacelamento do Grupo o sentido da formação continuada que era de dar sustentabilidade as ações da SEDUC MT e do PrEA, ficaram prejudicados, e atualmente nenhum dos profissionais que vivenciaram e construíram a proposição se encontram no Grupo de Educação Ambiental.

Porém todo este movimento foi importante do ponto de vista da Institucionalização da EA na Secretaria. Em 2004 quando da construção do Projeto o Grupo era ligado a Gerencia de Ensino fundamental. Após a atuação do Grupo e muitas lutas no sentido de Institucionalizar a EA, no ano de 2007 cria-se a Gerência de Educação Ambiental e das Relações Etnorraciais, o que amplia os cenários de atuação e fortalece a educação ambiental na dinâmica da SEDUC MT. No entanto somente no ano de 2008, em uma nova reestruturação da SEDUC MT que finalmente passa a existir então no organograma a Gerência de Educação Ambiental.

Uma potencialidade clara desta Política, é que por meio dela e dos processos que ela desencadeou, e na luta conjunta dos profissionais da educação e do movimento ecologista do estado conseguiu-se Institucionalizar a EA no Sistema de Ensino.

Projetos Ambientais Escolares Comunitários

No contexto mais pedagógico que acontece no chão dialogante da escola, a proposição do PrEA MT era a criação dos Projetos Ambientais Escolares Comunitários, com intuito de promover a mediação pedagógica entre escola e comunidade e potencializar o diálogo.

Outro elemento interessante dos PAECs era o de diminuir as ações pontuais, práticas corriqueiras nas escolas. Estas ações geralmente previstas e planejadas para as datas comemorativas com alusão ao meio ambiente, como Dia da Árvore, do Meio Ambiente, da Água dentre outros, de forma geral não

conseguem abarcar de maneira complexa as temáticas, e assim a ação se torna pontual, não é refletida de forma coletiva. Todavia aqui não negamos estas práticas, mas ressaltamos que o desenvolvimento de um Projeto pelo coletivo da Escola certamente daria um significado e um novo olhar da comunidade para a educação ambiental e os desafios socioambientais enfrentados pelas mesmas. Assim investir em ações que tragam teoria e prática aliadas e refletidas no coletivo constitui elemento fundante para a transformação social que se deseja construir.

A proposição dos projetos não estava atrelada a nenhuma temática, na intencionalidade de garantir a autonomia da escola e da comunidade que a compõem, já que na elaboração do PAEC todos participariam: professores, estudantes, membros da comunidade e outros profissionais que atuam nas escolas, pessoas que geralmente caladas, não conseguem expressar no coletivo os seus desejos e anseios. A construção do Projeto seria uma importante oportunidade, e o seu caráter participativo abre muitas possibilidades, que potencializaria a difícil tarefa de se reconstruir nas escolas uma nova prática (Vasconcellos, 2006, p.170).

Esta inovadora proposição respeita a escola e considera as diversas identidades do contexto escolar. Certamente esta é a fortaleza do PrEA, quando enfatiza e considera o respeito a escola e aos profissionais que ali atuam, sejam estudantes professores e comunidade escolar em geral. Porém a mesma fortaleza pode ter sido um entrave na implementação do Projeto, considerando que a proposição é revolucionária demais para que floresça e frutifique no chão das escolas que ainda carece de tempo e adubo (orgânico) para que ações desta magnitude aconteçam.

Mas se os PAECs eram o coração da proposta a implementação da Política deveria vir precedida de apoio financeiro a construção de Projeto. No entanto, somente, após a aprovação do Plano Estadual de Educação no ano de 2008, com Capítulo destinado a EA com metas a serem alcançadas é que a SEDUC se efetivou em seu planejamento financeiro este apoio. Assim verificamos junto ao Sistema Integrado de Planejamento, Contabilidade e Finanças do Estado que somente em 2008, houve a abertura de editais para ao desenvolvimento de Projetos Pedagógicos. E com aumento financeiro implementado nos anos 2009 e 2010, conforme Edital²⁵ de Seleção de Projetos da Secretaria.

²⁵ Diário Oficial do Estado do dia 16/11/2009. Disponível no www.iomat.mt.gov.br.

O apoio financeiro aos Projetos é um importante indicador para a avaliação desta Política. No entanto faz-se necessário considerar que tal indicador não pode ser meramente quantitativo, ele deve ser precedido de uma análise pedagógica criteriosa, o que traz a ele um contorno qualitativo.

Para a implementação dos PAECs nas escolas será preciso uma verdadeira revolução na perspectiva escolar, considerando que ainda hoje as escolas continuam sendo meras reprodutoras da sociedade moderna e capitalista onde os valores empreendidos são “a competição, o individualismo, a degradação da cooperação, a concentração da riqueza e a exclusão social” (RAMPAZZO, 2006. p.27)

A proposição dos Projetos Ambientais Escolares Comunitários é a grande inovação da proposta da Política de Educação Ambiental da SEDUC MT, considerando que ela não limita as escolas, ao contrário, exige professores criativos e comprometidos com a capacidade de inovar e de criar um currículo significativo pra cada escola, que consiga vencer as amarras presentes nas “grades curriculares” e estabelecer um diálogo franco e construtivo com a comunidade. Os PAECs promovem nas escolas “além da incorporação da dimensão do cuidado socioambiental para os Projetos Políticos Pedagógicos - PPP da escola, o reforço da interface da relação entre a escola-comunidade sob a ótica do ambientalismo” (SENRA, 2009, p. 93). Nesta ótica transpor as barreiras que imobilizam o fazer da escola é fundante à construção dos PAECs, no sentido de ressignificar e dar sentido e audiência aos anseios da comunidade escolar.

Construindo Esperanças...

A construção de políticas públicas requer uma constante modelagem dialógica (PEDROTTI & SATO, 2008, p.99), e a sua avaliação necessariamente tem que considerar que nesta modelagem, caminhos experimentados devem ser deixados pra trás em função de novas tessituras que sustentem a proposta.

Há de se “Aprender com o erro” esta é a tática que poderá fazer renascer nas unidades escolares de Mato Grosso a Educação Ambiental, mas sobremaneira participativa, com a audiência necessária para que escolas e comunidades se sintam parte dos seus processos formativos e decisórios, alicerçando a isso os

processos políticos pedagógicos necessários a uma educação que seja ambiental e política na busca de um mundo mais justo e sustentável.

Indicadores de avaliação são importantes, a proposição apresentada, não se refere a indicadores quantitativos, mas indicadores de sustentabilidade, considerados como táticas claras e democráticas que visam o fortalecimento da Política no sistema, tais como: envolver os profissionais da educação no processo de construção da política, já que a identidade do Estado e dos seus sujeitos tem que protagonizar todo o processo; uma forte política de formação continuada que garanta aos profissionais uma reflexão pautada nos desafios presentes na Educação contemporânea; constante produção de material regionalizado, mas com foco voltado para práxis pedagógica; realização de Fóruns de Discussão entre a Instituição (SEDUC MT) e os Instituintes, (comunidade escolar) para que de forma conjunta se avalie os caminhos a serem tomados para garantir a EA nas escolas e o apoio pedagógico e financeiro as escolas para promover a construção dos PAECS , coroando o diálogo e saberes entre a escola e a comunidade.

Com vistas a avaliação do Projeto de Educação Ambiental da SEDUC MT, esta tese não teve por finalidade apresentar dados relativos ao desenvolvimento dos Projetos Ambientais Escolares Comunitários nas escolas, no entanto cabe salientar que inúmeros Projetos foram construídos nas escolas, inclusive já descritos em dissertações de Mestrado do Instituto de Educação da Universidade Federal de Mato Grosso, porém em todos os projetos, sejam avaliados pelos pesquisadores ou acompanhados por nós por meio do assessoramento pedagógico as escolas, a inclusão da participação das comunidades, ainda é um desafio para unidades escolares, que ainda busca táticas que envolvam as comunidades de entorno das escolas, de forma a construir projetos de relevância para a comunidade escolar.

A construção dos Projetos Ambientais Escolares Comunitários é um exercício da educação política necessária para o estímulo ao controle social e, seguramente, contribuirá de maneira significativa para a construção da cidadania ambiental. Considerando que escola e comunidade são partes do mesmo contexto político, os PAEC abrigam pessoas e culturas diferentes, convidando para utilizar e potencializar mecanismos e ações que ampliem esta relação dialética certamente dará um novo colorido à educação ambiental no Mato Grosso.

Referências Bibliográficas

- ALMEIDA, Maria Isabel. Os professores diante das mudanças educacionais. In BICUDO, M.A.V. & SILVA JUNIOR, C.A. da (Org.) **Formação do Educador: Organização da Escola e do Trabalho Pedagógico**. São Paulo: Editora UNESP, 1999.
- ANADÓN, Marta. Quando Avaliar é Formar. In SANTOS, José Eduardo & SATO, Michèle. **A Contribuição da Educação Ambiental à Esperança de Pandora**. São Carlos: RIMA 2001. 604 p.
- BELLONI, Isaura MAGALHAES, Heitor de. SOUSA, Luzia Costa de. **Metodologia de avaliação em políticas públicas: uma experiência em educação profissional**. São Paulo, Cortez, 2007. 96 p.
- CARVALHO, Isabel C. Moura. A invenção do sujeito ecológico: identidade e subjetividade na formação dos educadores ambientais. p 51-63. In SATO, Michèle e CARVALHO, Isabel Cristina Moura (Org) **Educação ambiental Pesquisas e Desafios**. Porto alegre: Artmed, 2005. 232 p.
- DEPRESBITERIS, Léa. Avaliação da aprendizagem na Educação. In SANTOS, José Eduardo & SATO, Michèle. **A Contribuição da Educação Ambiental à Esperança de Pandora**. São Carlos: RIMA. 2001. 604 p.
- FARIA, Carlos A. Idéias, conhecimento e políticas públicas. Um inventário sucinto das principais vertentes analíticas recentes. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v.18, n.51, p. 21-29, 2003.
- FREY, Klaus. Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. **Planejamento e políticas públicas**, n.21, jun, p.211-259, 2000.
- FREIRE, Paulo. **A Educação na Cidade**. São Paulo: Editora Cortez. 2006. 144 p.
- HOFLING, Eloisa de Mattos Estado e Políticas (Públicas) Sociais. **Cadernos Cedes**. ano XXI, nº. 55 novembro/2001.
- IBERNÓN, F. **Formação docente e profissional**: formar-se para a mudança e a incerteza. São Paulo: Cortez, 2002.
- LUCKESI, Cipriano. **Avaliação e Aprendizagem Escolar**. São Paulo: Cortez, 1995
- MATO GROSSO. PEE – **Plano Estadual de Educação**. Secretaria de Estado de Educação. Cuiabá: 2006.
- MATO GROSSO. PROMEA – **Programa Mato-grossense de Educação Ambiental**. Secretaria de Estado de Meio Ambiente. Cuiabá: 2005.p.
- MATO GROSSO, Secretaria de Estado de Educação. Projeto de Educação Ambiental - **Caderno 1: Em Constante Construção**. Cuiabá: Tanta Tinta, 2004.

MATO GROSSO, Secretaria de Estado de Educação. Projeto de Educação Ambiental - **Caderno 2: Conceitos em Educação Ambiental**. Cuiabá: Tanta Tinta, 2004.

MATO GROSSO, Secretaria de Estado de Educação. Projeto de Educação Ambiental - **Caderno 3: Múltiplas Dimensões da Educação Ambiental**. Cuiabá: Tanta Tinta, 2004.

MATO GROSSO, Secretaria de Estado de Educação. Projeto de Educação Ambiental - **Caderno 4: Projeto Ambiental Escolar Comunitário**. Cuiabá: Tanta Tinta, 2004.

MEDEIROS, Heitor Queiroz. Educação Ambiental na Temporalidade do Acre: **Um Olhar sobre a heterotopia de Chico Mendes**. Tese de Doutorado. São Carlos: UFSCAR, 2007.184p.

PEDROTTI, Débora & SATO, Michèle. **Políticas públicas em educação ambiental: velho vinho engarrafado por novos enólogos**. In GALVAO, Afonso & SANTOS, Gilberto Lacerda (Org.). Tendências e desafios de um campo em movimento. Vol. 03. Brasília: Líber Livro Editora, ANPEd, 2008. 160 p.

RAMPAZZO, Sônia E. CAMPOS, Heleniza A.; MARQUES, Ana. Reflexões sobre a Ciência Ecologia na Pós-Modernidade. In **III Simposio Latinoamericano Y Caribeño de Historia Ambiental. Carmona (Sevilla): Anais**, p110-115, 2006.

SATO, Michele et. al. **Sinfonias da Educação Ambiental Mato-Grossense**. In ALVES, André; PUHL, João I.; FANK, Jonia (Orgs.). Mato Grosso Sustentável e Democrático. Cuiabá: Defanti, Cadernos do FORMAD, 2006.

SATO, Michèle; PASSOS, Luiz A. Versos e reversos da diversidade. In: SIMPÓSIO SUL BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL & II SIMPÓSIO GAÚCHO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL, **Anais...** (Conferência de abertura). Erechim: URI, 2002, p. 115-126.

SATO, Michèle Apaixonadamente Pesquisadora em Educação Ambiental. In **Revista EDUCAÇÃO: Teoria e Prática** - vol. 9, nº 16, jan.-jun.-2001 e nº 17, jul-dez - 2001, p. 24-35.

SENRA, Ronaldo. **Por Uma Contrapedagogia Libertadora no ambiente do Quilombo Mata Cavallo**. Dissertação de Mestrado. Cuiabá MT: Universidade Federal de Mato Grosso. 2009.

SOUZA, Celina. "Estado Do Campo" Da Pesquisa Em Políticas Públicas No Brasil. **Revista Brasileira De Ciências Sociais** - Vol. 18 Nº. 51 2003.

TREVISAN, Andrei Pittol & BELLEN, Hans Michael Van. Avaliação de Políticas Públicas: uma revisão teórica de um campo em construção. **Revista da Administração Pública**. – Rio de Janeiro 42(3):529-50, maio/jun. 2008 .

VASCONCELLOS, Celso dos Santos. **Planejamento: Projeto de Ensino-Aprendizagem e Projeto Político Pedagógico**. 16 ed. São Paulo: Libertad Editora, 2006.



Capítulo 6. CONSTRUINDO ESPERANÇAS

**“A educação ambiental não é neutra, mas ideológica.
É um ato político, baseado em valores para a transformação social”.**

**4º Princípio do Tratado de Educação Ambiental
para as Sociedades Sustentáveis. e Responsabilidade Global.**



Imagem: Regina Silva

As reflexões sobre os resultados aqui compilados serão sustentados e adaptados a partir das dimensões trazidas por SATO²⁶, baseada na circularidade Bachelardiana da educação. Um movimento considerado dinâmico pela autora entre o “equilíbrio – caos – superação- transformação”.

Optamos por utilizar deste movimento proposto pela autora, no entanto, no caso da Tese, voltado para o objetivo proposto na dinâmica da avaliação da Política de Educação Ambiental. Assim as reflexões sobre a Política em questão será ancorada no movimento da espiral: “Forma – Deforma- Transforma - Reforma”.

A Política em questão deu forma ao movimento de EA que já acontecia na Rede de Ensino. O artigo inicial desta tese traz por meio da pesquisa dados importantes que mostram o panorama da educação ambiental no MT antes de 2004. A Educação ambiental se desenhava por meio de inúmeras formas, seja nos pequenos projetos e ações pontuais, em datas comemorativas relacionadas a Meio Ambiente, ou ainda em número menor em processos mais reflexivos.

Os professores que protagonizavam o trabalho com a Educação Ambiental, nas escolas utilizavam-se para as construções de suas ações, aporte teórico que pesquisavam em livros, ou a grande maioria inspirados nos meios de comunicação e na participação em eventos científicos. Mas de qualquer forma como a dinâmica da escola é diferente da dinâmica da SEDUC, com tempos distintos. A escola não pára e neste dinamismo ia se tecendo um caminho importante na construção do panorama da identidade da educação ambiental no Estado.

As temáticas abordadas nas escolas mato-grossenses se davam principalmente por meios de vivências relacionadas com a proteção da biodiversidade, preocupações com a queimada, integridade ecossistêmica, cuidados nas matas ciliares ou preocupação com as indústrias madeireiras e a monocultura. Outra temática comumente trabalhada pelas escolas, embora em menor número, era relativa ao saneamento, lixo ou esgoto, e pode evidenciar a percepção dos danos ambientais no Estado, por parte do professorado, despertando a sensibilização da comunidade escolar em não segregar a qualidade de vida dos aspectos naturais. Cuidados com a comunidade do entorno escolar, valorização da

²⁶ SATO, Michele. Fios pó-éticos e malhas surrealistas nas tessituras das Redes. Revista Brasileira de Educação Ambiental. Brasília – 2004. Número 01. 123-129

cultura através de mitos ou expressões artísticas revelam a clareza de que a dimensão social está intrinsecamente relacionada com a dimensão ambiental.

Outras temáticas que apareciam ainda nos trabalhos nas escolas eram relativos ao cuidado com a água, nascentes, rios e olhos da água, numa das regiões mais ricas do potencial hídrico do planeta, na presença das bacias do Alto Paraguai, Platina e Amazônica. Em pequena porcentagem em algumas poucas escolas, proposições de fortalecimento da legislação, busca de energia alternativa ou construção da educomunicação, uma nova tática que consagra a formação e a informação em movimentos circulares de transmissão e recepção, na ultrapassagem do produto informacional à valorização dos processos formativos, e, essencialmente, na responsabilidade sócio-ambiental que edifica uma Nação.

Notadamente e frente ao quadro apresentado sobre a diversidade de temáticas trabalhadas nas escolas, notamos que a educação ambiental se fortalecia nos currículos escolares embora sem um direcionamento claro da Secretaria de Estado de Educação e subsídios pedagógicos e financeiros que a fortalecessem para além dos muros da escola.

Pelo estabelecimento do caos e toda a crítica ao maior plantador de soja do mundo, este teve a iniciativa em propor uma política que contemplasse no território mato-grossense a Educação Ambiental de maneira fortalecida.

O PrEA MT foi construído e diversas fragilidades foram constatadas nos anos subseqüentes a sua implantação. Aprendendo com os erros e na coragem de evocá-los a trajetória adiante, o PrEA deixou de ser um mero projeto de governo e passou a ser reconhecido por várias escolas, parceiros, instâncias e organismos.

Retomando a memória histórica, a inserção da EA nos espaços escolarizados e não escolarizados se fortalece junto com a trajetória ecologista que se inicia na década de 60. Desde o surgimento do movimento dos artistas pela natureza e da Associação Mato-Grossense de Ecologistas, pioneiros na inserção e discussão da EA no Estado a dinâmica pelas discussões e a preocupação com o ambiente levaram o surgimento de outras entidades, redes, coletivos educadores que atuam no Estado. Este campo se fortaleceu ainda mais com a atuação das Universidades (UFMT, UNEMAT) que desenvolvem diversos projetos de pesquisa e vivências no campo da EA.

Ainda em plena construção por estas universidades públicas e também outras privadas, a educação ambiental se fortaleceu para além do âmbito

acadêmico, transversalizando-se em diversos organismos governamentais e não governamentais.

Assumindo que a educação ambiental é um processo em construção, há arestas que necessitam ser sanadas, como há um campo enorme a ser descoberto.

Para o cenário da escola, uma das grandes dificuldades é a ausência de materiais pedagógicos locais, processos formativos contínuos, ausência de recursos e deprecação da infra-estrutura escolar. Somada a todos estes problemas, a própria crise da sociedade que arranha a escola, no triunfante projeto neoliberal que promove a competição aniquilando outras subjetividades.

Frente a este panorama e retomando a espiralidade proposta para a Política de Educação Ambiental, na etapa da FORMA, a SEDUC MT propõem então o Projeto de Educação Ambiental (PrEA/MT) que começa a ser implementado no ano de 2005 com ações pautadas no intuito de superar as dificuldades indicadas pelos professores, e fortalecer os processos de educação ambiental na Rede de Ensino.

A FORMA do desenho do Projeto de Educação Ambiental da SEDUC era totalmente libertária e embora não tenha sido construída inicialmente com a grande maioria do professorado, a sua construção também não se revela opressora, ao contrário, construída e proposta junto a consultoria da Universidade Federal de Mato Grosso, contou com a participação do Grupo Pesquisador de Educação Ambiental e de técnicas da Secretaria de Estado de Educação e da Secretaria Municipal de Educação de Cuiabá. Um grupo formado por pessoas que conheciam a dinâmica da educação ambiental nas escolas do Estado, seja por meio da sua atuação profissional na Rede de Ensino ou ainda pela dedicação a pesquisa científica na área e atuação junto a Rede Mato-grossense de Educação Ambiental.

Sem se fixar em nenhuma temática específica e na intencionalidade em respeito à autonomia de cada escola, o Projeto trazia a indicação à construção dos Projetos Ambientais Escolares Comunitários, prevendo assim a participação de estudantes, professores, membros da comunidade e outros profissionais que atuam nas escolas. Ampliado as oportunidades para a construção de aprendizagens significativas e contundentes do ponto de vista da coletividade da escola, na premissa que todos somos aprendizes.

Uma proposta inédita que, acima de tudo, considerava as diversas identidades do contexto escolar. Mas uma bela proposição já que as escolas

protagonizariam e cada uma desenharia o PAEC como melhor lhe conviesse, de forma a aliar a escola à comunidade (e vice versa), rompendo a linha segregadora que torna o currículo da escola alheia ao currículo da vida.

Seguramente no sentido de considerar o respeito aos desejos da escola e dos profissionais que ali atuam, e são mediados por ela, sejam estudantes professores e comunidade escolar em geral, essa proposição era revolucionária demais para que prosperasse no chão das escolas.

Importante novamente aqui salientarmos que o processo de implementação de uma Política, apresenta vários contornos e dentre eles, há de se considerar questões da governança e da governabilidade. Mesmo com um planejamento e cronograma bem definidos para a sua implementação, a Política encontrou entraves para a sua execução, como a demora na execução do planejamento das formações continuadas na rede de ensino, dificuldades para o financiamento dos projetos ambientais escolares comunitários das escolas, que viriam ocorrer somente a partir de 2008, estratégia insuficiente para a formação de professores e descontinuidade do planejamento inicial da Política que não foi garantido de forma sistemática.

No movimento espiral utilizado aqui para as reflexões pertinentes a Política e após três anos da inserção da Política no sistema de Ensino, julgamos conveniente dialogar com os gestores dos Centros de Formação e Atualização dos Profissionais da Educação, responsáveis pela implementação das Políticas Educacionais, programas e projetos da Secretaria de Estado de Educação.

Este diálogo se tornou fecundo, para a análise da DEFORMA da proposta operacionalizada pelas escolas. Seja pelo estranhamento inicial à proposta que apresentava uma formatação diferente do cotidiano da escola, ou mesmo por causa da dinâmica do esvaziamento que ocorre também pelos obstáculos epistemológicos, que Gastón Bachelard considera como uma das etapas mais difíceis de superação ao trabalho intelectual. Assim a ausência de uma forte política de formação continuada dificultou construções reflexivas necessária ao fazer do professor na escola, bem como o reduzido número de mediadores pedagógicos, também foi fator limitante para que as discussões florescessem no coletivo escolar.

Outro fato importante que sustenta a DEFORMA empreendida pelas escolas na Política é a perda das esperanças em Políticas de Estado. Os profissionais da educação vivenciaram por inúmeros anos a descontinuidade das Políticas Públicas,

que se sustentavam em uma base governamental, e não em uma base sólida de Estado. Assim a preocupação com um novo pacote governamental, ou uma “nova moda” na educação é preocupação presente no cotidiano dos professores que já vivenciaram momentos anteriores de grandes discontinuidades, o que atrapalha o trabalho da escola.

Neste sentido é necessária a construção de Políticas de Estado que garantam a continuidade das Políticas Públicas, que mesmo após o fim de governos se sustenta já que não são ações pontuais e sim programas e projetos pensados em longo prazo por meio da participação democrática.

Outro fato importante é a ausência do coletivo nos processos de construção de políticas públicas, algo que nos imobilizou por um bom tempo e aparece fortemente no olhar dos gestores dos Centros de Formação, que refletem que a construção de políticas públicas, se dá somente quando as mesmas, saem da dimensão individual e se tornam coletivas. No entanto, sustentam a ampliação dos processos de participação da sociedade nas políticas, criticando a insuficiência dos espaços democráticos e clamam pela ampliação das discussões junto coletividade.

A participação e o controle social são essenciais ao processo de construção de Políticas Públicas, de forma a sustentá-las. Se sentir parte, e fazer parte, dar audiências as vozes por muito tempo emudecidas nas escolas, é algo fundante, já que o professor imerso no mundo da escola, é um ser político e como tal tem dimensão da realidade a qual deseja transformar. Assim a DEFORMA da Política é essencial para que a mesma se solidifique junto à escola, e que de a ela contornos diferentes, no entanto necessários ao fazer da escola. Neste sentido a proposição inicial do PrEA MT, foi atendida, já que o objetivo era que a escola se apropriasse da Política e a redesenhasse no seu coletivo, o que mostra a liberdade da proposta e a não define como um pacote governamental.

Mas o processo de DEFORMA passa também pelo desconhecimento e pela falta de entendimento da proposição apresentada. Este dado foi importante e é refletido por nós quando aproximadamente 75 % dos gestores desconheciam a Política de Educação Ambiental, o que gerou desconforto frente ao processo de implementação e discussão do PrEA, e indica dentre outros fatores que a relação dialógica entre a Secretaria e os Centros de Formação apresenta problemas, bem como a inadequação das táticas utilizadas para a construção e implementação do PrEA.

A mudança no desenho que passa no movimento espiral da TRANSFORMAÇÃO é algo importante, desde que a proposta tenha sido entendida, fato este que nos leva a reflexão sobre a urgência em se construir processos participativos nas Políticas de Educação Ambiental, que se mostra fundamental, já que podem garantir um maior comprometimento da sociedade, dando sustentabilidades as Políticas.

A etapa TRANSFORMA, se refere à reflexão necessária a inserção da educação ambiental nos currículos, que requer da escola um novo pensar, construindo relações, onde a solidariedade e o respeito entre os diferentes devem necessariamente existir. Já a concepção da transversalidade, requer uma lógica diferente da estabelecida nos currículos. Que fragmentados em disciplinas, influenciam a maneira como os professores, atuam no interior da escola, fragmentando o conhecimento, e as possibilidades pedagógicas da práxis educativa.

Os dilemas ambientais enfrentados pela coletividade, e a urgência da sensibilização dos sujeitos levará o coletivo da escola a propor de maneira criativa estratégias que superem as dificuldades para a inserção da EA nas escolas.

Criatividade que já experimentamos por meio dos movimentos articulados pelos sujeitos ecologistas que lutam nos territórios mato-grossenses, cujo coletivo TRANSFORMA a realidade colecionando derrotas frente ao desenvolvimento econômico instalado no Estado. Mas saboreando vitórias obtidas por meio de batalhas constantes que levam a construção de espaços participativos, como a construção do Programa Mato-grossense de Educação Ambiental e do Plano Estadual de Educação.

Estas Instâncias consubstanciam a luta e mostram que a aprendizagem política é algo a ser buscado. Não na luta por poder, mas na luta pelo empoderamento das pessoas frente às situações de opressão vivenciadas.

Assim é necessário que façamos uma REFORMA, não somente na Política Ambiental aqui avaliada, mas também nos processos de construção de Políticas Públicas, nas instâncias participativas com o olhar voltado para uma ampliação do controle social, dando voz e audiências à sociedade.

A REFORMA no PrEA pela SEDUC MT deve considerar, os aspectos relacionados aos indicadores como o fortalecimento da formação continuada dos profissionais da educação com base fortalecida na própria escola, o fortalecimento do apoio pedagógico e financeiro aos projetos ambientais escolares comunitários, e

dar voz e audiência aos desejos dos profissionais da educação no sentido de considerar no novo delineamento da proposta, desta forma e por meio de processos participativos, as escolas reconhecerão no PrEA MT uma Política de Educação Ambiental para o âmbito escolarizado, já que a mesma se revestirá com o colorido das escolas e do povo mato-grossense.

Como seres humanos, somos processuais, e de forma consciente, fazendo parte dos processos constitutivos desta política e da pesquisa, optamos por trazer as nossas inconclusões de forma concisa junto aos resultados da Tese. Esta opção se fortalece para mostrar que a avaliação aqui construída se baseia no olhar inconcluso das autoras que portadoras de esperanças, tem a certeza de que não se chega a um final, mas apenas ao um novo recomeço.

Muitos movimentos foram experimentados no processo de construção e implementação da Política de Educação Ambiental da SEDUC MT. A aprendizagem foi importante, pois conseguimos avançar nas dimensões que hoje sabemos que são determinantes à Construção de Políticas de Educação Ambiental, como a garantia de processos participativos, que preconizam a aprendizagem política necessária aos sujeitos que vivem nos diferentes territórios, que se reconhecem e tem identidade própria.

No movimento espiral apresentada pelo PrEA MT e vivenciado por nós em nossa pesquisa, no sentido FORMA, DEFORMA, TRANSFORMA E REFORMA, aprendemos que é imperativo a construção de políticas públicas participativas, mas também que as táticas e ações planejadas para a implementação das Políticas devem ser estruturantes e discutidas na dimensão da governança, garantindo assim planejamento reais, que sejam exequíveis.

Aprender com os erros é uma tática importante na luta ecológica e no Plano das Políticas Públicas, os processos de implementação devem ser mutáveis, mas a avaliação deve estar presentes em todas as etapas do ciclo político, objetivando fortalecer e redirecionar as ações, em uma perspectiva dialógica, junto aos profissionais da educação e comunidade escolar.

Vale ressaltar que a educação ambiental não é uma ilha isolada do continente em crise e, portanto, apontar a falha nesta área específica do saber sem considerar o chão complexo da escola é um olhar caolho. As políticas educativas merecem reforma, assim acontece com a educação ambiental. Em outras palavras, para muitas pessoas, o PrEA não foi um “sucesso” na escola porque as pessoas

estão alheias ao ambiente, e precisamos da “conscientização”! Mas talvez o PrEA não tenha se consolidado em todas as escolas, em função das mazelas políticas educativas, além de toda sociedade de consumo, incitado pelo TER em detrimento do SER, faz a alavanca do lado contrário, estimulando o capital desenvolvimentista em detrimento da utopia ecologista.

A deformidade da falta de participação da sociedade no processo de construção da Política acarretou a ela um contorno de pacote governamental, que foi negada pelo coletivo de professores, mas a transformação foi experimentada ao longo do caminho e após a construção e implementação do PrEA/MT no sistema de ensino, existiram novas construções no campo das políticas públicas em educação ambiental no Estado, e estas primaram por caminhos da participação democrática, como o caso do Programa Mato-grossense de Educação Ambiental e do Plano Estadual de Educação.

A principal REFORMA, apresentada pelas escolas no PrEA se revestiu na construção do Capítulo de Educação Ambiental no Plano Estadual de Educação. A tática utilizada foi de participação democrática. Por meio da discussão de um texto com base no Projeto de Educação Ambiental da SEDUC MT, no Tratado de Educação Ambiental para as Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global e em marcos legais. O texto foi encaminhado às inúmeras escolas do Estado, onde incentivou-se a discussão e depois por meio de Grupos de Trabalho os ajustes foram realizados com representação dos trabalhadores da educação na Conferência do Plano Estadual de Educação.

Assim neste momento a Política aqui refletida se torna fruto da discussão do coletivo de professores e se fortalece como uma Política de Estado, quando compreendida dentro de um Plano de dez anos que pautará as ações da Secretaria de Estado de Educação. Neste momento, a educação política experimentada ao longo do processo construído deve se converter no controle social de forma a cobrar e colaborar para que as metas e objetivos propostos sejam cumpridos.

Neste direcionamento, o período histórico compreendido entre os anos de 2004 a 2008 foram fundamentais para a consolidação das Políticas Públicas de Educação Ambiental no Estado de Mato Grosso, mas de forma coerente, somos sabedores, que a luta compreende anos de atuação dos militantes e profissionais que atuam nas Instituições de Ensino Superior e inclusive do Governo.

A inserção do Tratado de Educação Ambiental para as Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global tanto no PrEA MT, como, no Plano Estadual de Educação é uma conquista histórica do movimento ecológico do Mato Grosso, considerando que o mesmo é fruto de um movimento paralelo a Eco 92, organizado pela Sociedade civil representados por pesquisadores e movimento ecologistas. Esta vitória que parece pequena aos olhos se torna grandiosa, na luta ambiental que é tarefa árdua no Estado, e empregada por poucos sujeitos que lutam frente aos movimentos sociais e ecológicos.

Neste panorama de continuidade, avaliamos que a proposição da Política de Educação Ambiental da SEDUC não foi em vão, ao contrário, ela enriqueceu o debate socioambiental nas escolas, permitiu que as reflexões necessárias ao trabalho com a educação ambiental na rede se fortalecessem, e ainda construiu ao longo de sua trajetória importantes movimentos que acabaram frutificando em outras Políticas Públicas que ora sustentam o trabalho com a Educação Ambiental no Estado, além de possibilitar ao sistema de ensino uma nova guinada a educação ambiental que já existia, mas que ganha com o PrEA MT um direcionamento pedagógico e político claro.

Como nos ensina Dom Pedro Casaldaglia: “Não basta que sejam justas nossas idéias; é preciso que nós sejamos justos, coerentes, honestos no dia a dia, em tudo. Só um facão limpo e afiado corta as cercas”, assim pautadas na certeza de que as REFORMAS têm que ser empreendidas, mas que a beleza do caminho está desenhada conclamamos os erros para sustentar novos caminhos necessários a continuidade da trajetória da construção de Políticas de Educação Ambiental no Estado.

As conquistas no campo das Políticas Públicas em Educação Ambiental foram construídas ao longo dos anos pelos sujeitos habitantes desta terra, que se movimentam na busca pela sustentabilidade ambiental, e a convergência dessas Políticas e Planos construídos de forma democrática fortalecem as ações de educação ambiental no Estado, que contribuirá de forma decisiva para a sua implementação no sistema formal e não formal de ensino.

Que o movimento de espiral experimentado nesta Tese para as reflexões da Política seja persistente no campo das Políticas Publicas em Educação Ambiental no Mato Grosso, nos fazendo juntos FORMAR-DEFORMAR-TRANSFORMAR-

REFORMAR, as diversas Políticas, Programa, Planos e Projetos pautados na dinâmica da mudança da sociedade e na participação democrática.

Que sejamos testemunhas de um novo tempo no Estado de Mato Grosso, escrito pelo povo mato-grossense por meio do movimento ecologista do Estado, das escolas, comunidades de forma que consigamos vislumbrar novos caminhos a serem trilhados na busca pela justiça ambiental e ecológica para a coletividade.